

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM  
CIÊNCIAS DA RELIGIÃO**

**MASATOSHI SATO**

**“O MEU REINO NÃO É DESTE MUNDO” (JOÃO 18,36) CONFRONTO  
ENTRE O REINO DE CÉSAR E O DE JESUS CRISTO**

**GOIÂNIA  
2020**

MASATOSHI SATO

**“O MEU REINO NÃO É DESTE MUNDO” (Jo 18, 36): CONFRONTO  
ENTRE O REINO DE CÉSAR E O DE JESUS CRISTO**

Tese apresentada em cumprimento às exigências do Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências da Religião da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

Linha de pesquisa: Religião e Literatura Sagrada

Orientador: Prof. Dr. Joel Antônio Ferreira

GOIÂNIA

2020

S253o Sato, Masatoshi

"O meu reino não é deste mundo" (Jo 18, 36) : confronto entre o reino de César e o de Jesus Cristo / Masatoshi Sato.-- 2020.

134 f.

Texto em português, com resumo em inglês

Tese (doutorado) -- Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Escola de Formação de Professores e Humanidades, Goiânia, 2020

Inclui referências: f. 131-134

1. Jesus Cristo - Reino. 2. Bíblia - N.T. - João. I.Ferreira, Joel Antonio. II.Pontifícia Universidade Católica de Goiás - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião - 26/08/2020. III. Título.

CDU: Ed. 2007 -- 27-247.8(043)



**PUC  
GOIÁS**



**O MEU REINO NÃO É DESTE MUNDO (Jo 18,36): CONFRONTO ENTRE O REINO DE CÉSAR E O DE JESUS CRISTO**

Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências da Religião da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, aprovada em 26 de agosto de 2020.

**BANCA EXAMINADORA**

*Joel Antônio Ferreira*

Prof. Dr. Joel Antônio Ferreira / PUC Goiás

*Pietro Sassatelli*

Prof. Dr. Pietro Sassatelli / UFG

*Daniilo Dourado Guerra*

Prof. Dr. Daniilo Dourado Guerra / UNIARAGUAIA

*Rosemary Francisca Neves Silva*

Profa. Dra. Rosemary Francisca Neves Silva / PUC Goiás

*Valmor da Silva*

Prof. Dr. Valmor da Silva / PUC Goiás

Profa. Dra. Ivoni Richter Reimer / PUC Goiás

Prof. Dr. Claude Valentin René Detienne / UEG

## AGRADECIMENTOS

A Deus pela dádiva magnificente do Evangelho de João.  
Às instituições que propiciaram a oportunidade de acessar aos estudos teológicos.  
Aos mestres que despertaram o interesse pela pesquisa bíblica.  
Aos amigos que me incentivaram a prosseguir.  
Aos familiares pelo estímulo, apoio e paciência durante o período de estudos.  
À Lucia, minha esposa, que incansavelmente esteve ao meu lado.

## RESUMO

SATO, Masatoshi. *O meu reino não é deste mundo (Jo 18, 36): confronto entre o reino de César e o de Jesus Cristo*. Tese de Doutorado (Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2020.

Os judeus não se comunicavam com samaritanos. Jesus conversa com uma samaritana e ela o reconheceu como o Messias, o Salvador do mundo. Quando Jesus disse que Lázaro ressuscitaria no último dia, Marta respondeu-lhe: “Sim, Senhor, eu creio que tu és o Cristo, o Filho de Deus”. Natanael creu, confessando: “Tu és o Filho de Deus, Tu és rei o de Israel”. Na multiplicação dos pães, a multidão queria coroar Jesus como Messias, mas Ele retirou-se. Na entrada triunfal em Jerusalém, a multidão cantava “Hosana! Bendito o que vem em nome do Senhor, que é o Rei de Israel”. Na ceia com os discípulos, Jesus praticou o lava-pés, ato não reconhecido pelo mundo romano. O mandamento novo é o mandamento de amar a Deus e ao semelhante. César e Pilatos oprimiam o povo, mas Jesus deixou o Paráclito para confortar. O reino de Jesus é contrário ao reino de César que oprime o povo. As autoridades religiosas queriam crucificar Jesus; mas, contra a vontade de Pilatos, Jesus foi crucificado.

Palavras-chave: Reino de Deus, Reino de César, Evangelho de João

## ABSTRACT

SATO, Masatoshi. *My kingdom is not of this world (Jn 18, 36): confrontation between the kingdom of Caesar and that of Jesus Christ. Doctoral Thesis (Graduate Program in Sciences of Religion) - Pontifical Catholic University of Goiás, 2020.*

Jews did not communicate with Samaritans. Jesus talks to a Samaritan and she recognized him as the Messiah, the Savior of the world. When Jesus said that Lazarus would rise on the last day, Martha replied, "Yes, Lord, I believe that you are the Christ, the Son of God." Nathaniel believed, confessing: "You are the Son of God, You are king of Israel". In Multiplying the Bread, the crowd wanted to crown Jesus as Messiah, but He withdrew. At the triumphal entrance to Jerusalem, the crowd sang "Hosanna! Blessed is he who comes in the name of the Lord, who is the King of Israel". At the triumphal entrance to Jerusalem, the crowd sang "Hosanna! Blessed is he who comes in the name of the Lord, who is the King of Israel". At supper with the disciples, Jesus practiced the washing of feet, an act not recognized by the Roman world. The new commandment is the commandment to love God and the neighbor. Caesar and Pilate oppressed the people, but Jesus left the Parcletus to comfort him. The kingdom of Jesus is contrary to the kingdom of Pilate that oppresses the people. The religious authorities wanted to crucify Jesus, but, against Pilate's will, Jesus was crucified.

Keywords: The Kingdom of God, Caesar's Kingdom, Gospel of John

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>11</b>
<b>1 A PALAVRA É DEUS.....</b>	<b>14</b>
1.1 PRÓLOGO (1, 1-18).....	14
1.1.1 O Prólogo na introdução.....	15
1.1.2 Logos.....	16
1.1.3 Criação.....	17
1.1.4 Vida, Luz e Trevas.....	17
1.1.5 Rejeição ao Verbo .....	19
1.1.6 Tornar-se Filho de Deus.....	21
1.1.7 Pela Vontade de Deus .....	22
1.1.8 Verbo se fez Carne.....	23
1.2 O BATISTA NÃO É O MESSIAS.....	24
1.2.1 Autoridades religiosas João 1, 19 – 28.....	24
1.2.2 Encontro com Jesus, João 1, 29 – 34.....	27
<b>2 REVELAÇÕES MESSIÂNICAS.....</b>	<b>30</b>
2.1 DOIS DIAS IMPACTANTES EM SAMARIA JOÃO 4, 1 - 4 2	30
2.1.1 Origem de Samaria.....	30
2.1.2 Samaria capturada.....	31
2.1.3 Cisão de Samaria com Jerusalém.....	31
2.1.4 João Hircano I.....	32
2.1.5 Hostilidades.....	33
2.1.6 Jesus em Samaria .....	34
2.1.7 Necessidade de passar por Samaria.....	35
2.1.8 Resposta da mulher a Jesus que pede água.....	35
2.1.9 Condição matrimonial da mulher Samaritana.....	36
2.1.10 Solicitação da permanência de Jesus entre os samaritanos.	37
2.1.11 O salvador do mundo.....	38



2.1.12	Postura de Jesus em relação aos samaritanos.....	38
2.1.13	Postura dos discípulos em relação aos samaritanos.....	39
2.2	CURA DE UM PARALÍTICO EM UM SÁBADO - JOÃO 5, 1-18.....	40
2.2.1	O ambiente do ocorrido .....	40
2.2.2	Cura da enfermidade .....	43
2.2.3	Acusação dos judeus contra Jesus .....	46
2.3	CURA DO CEGO DE NASCENÇA - JOÃO 9, 1-41.....	47
2.3.1	Cura do cego – Jo 9,1 a 12.....	47
2.3.2	Interrogatório dos fariseus ao Ex cego - 13 a 17.....	51
2.3.3	Interrogatório aos pais do cego, v. 18 – 23.....	53
2.3.4	Testemunho do Ex - cego 9,24 – 34.....	54
2.3.5	Comunhão com Jesus (v.35 - 41).....	55
2.4	ENFERMIDADE DE LÁZARO RESULTA NA GLÓRIA DE DEUS: JOÃO 11, 1 – 57.....	56
2.4.1	Cenário funeral em Betânia.....	57
2.4.2	Diálogo teológico.....	58
2.4.3	A glória de Deus .....	61
<b>3</b>	<b>JESUS, MESSIAS E REI.....</b>	<b>63</b>
3.1	CONFISSÃO DE NATANAEL – JOÃO 1, 44 – 51.....	64
3.1.1	Natanael.....	65
3.1.2	Elogio de Jesus a Natanael.....	65
3.1.3	Surpresa de Natanael.....	66
3.1.4	Profissão de fé.....	66
3.2	PRETENSÃO DA MULTIDÃO DE ARREBATAR JESUS A FIM DE PROCLAMÁ-LO COMO REI - JOÃO 6, 1 - 15 .....	68
3.2.1	Contexto da ocasião da multiplicação de pães e peixes.....	68
3.2.2	O sinal da multiplicação.....	70
3.2.3	Tentativa da proclamação.....	71
3.3	ENTRADA TRIUNFAL DE JESUS EM JERUSALÉM JOÃO12, 12 -19.....	76
3.3.1	Multidões.....	76
3.3.2	Ramos de palmeiras.....	77
3.3.3	Jumento.....	79
3.3.4	Hallel e hosana.....	80

3.3.5	Messianismo na entrada triunfal.....	82
3.4	REINADO DE JESUS.....	84
3.4.1	Lava pés, João 13.....	84
3.4.1.1	O saber de Cristo.....	85
3.4.1.2	O ato de lava – pés.....	86
3.4.1.3	Significado espiritual do lava-pés – João 13, 12 – 17.....	88
3.4.2	Um novo mandamento Jo 13, 14, 15, 16.....	90
3.4.2.1	Uns para com os outros – Jo 13, 34-35.....	91
3.4.2.2	O mandamento – Jo 14,15-24.....	92
3.4.2.3	O amor do amigo – Jo 15, 9 -15.....	93
3.4	PARÁCLITO JOÃO 14, 15 E 16.....	96
3.4.1	Definição do paráclito – João 14, 16 e 17.....	97
3.4.2	Funções do paráclito – João 14, 25 e 26 .....	98
3.4.3	Testemunho do paráclito – João 15, 26 e 27.....	98
3.4.4	Vinda do paráclito – João 16, 7 – 11.....	99
3.4.5	Atividades do paráclito - João 16, 12 – 15.....	101
3.4.6	Videira verdadeira – (João 15, 1-16).....	103
3.4.7	A parábola da “Videira Verdadeira” Jo 15, 1 – 8.....	103
3.4.7	Amor e mandamento (Jo 15, 9-13) .....	107
3.5	AMIGOS E SERVOS – JO 15, 14 – 17.....	108
3.6	ORAÇÃO SACERDOTAL JOÃO 17, 1 – 26.....	111
3.7	JESUS E O PAI: JO 17, 1 – 5.....	112
3.8	DISCÍPULOS: JO 17, 6 – 19.....	113
3.9	FUTURO: JO 17, 20 – 23.....	115
3.10	JULGAMENTO DE JESUS - JO 18 e 19.....	116
3.10.1	1ª Cena fora – Jo 18, 28 -32.....	119
3.10.2	2ª Cena dentro – Jo 18, 33 – 38/a.....	121
3.10.3	3ª Cena fora – Jo 18,38b – 40.....	122
3.10.4	4ª Cena dentro – Jo 19, 1-3.....	124
3.10.5	5ª Cena fora – Jo 19, 4 – 8.....	124
3.10.6	6ª Cena dentro – Jo 19, 9 – 12.....	125
3.10.7	7ª Cena fora – Jo 19, 12b – 16.....	126
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>128</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>132</b>

## INTRODUÇÃO

Dando uma vista ao passado, havemos de lembrar o período áureo dos reis e seus reinados, tais como: Davi, Salomão, Ezequias e Josias. Foram quase cinco séculos de prosperidade e consequente estabilidade. Isto tudo foi arrebatado por causa do exílio nos países estrangeiros, sob o domínio de reis pagãos, sem Templo e sem cultos a Deus *Yahweh*. Quando o povo Israel/judaico, mais do que nunca, sentia a nostalgia e almejava o retorno à teocracia do tempo passado, motivou-se o surgimento do Messianismo.

A palavra messias, no hebraico era *mashîah*, no aramaico *meshiha*, significava ‘ungido’, no grego traduzida por *khristós*. Havia outro aspecto, que se associava ao Messias, que era o ato de unção, com o significado de separar-se, ou melhor, consagrar-se a Deus. Assim, os reis, os sumos sacerdotes e até certos profetas eram consagrados, isto é, recebiam unção sobre a cabeça com azeite de oliva.

Qual era a expectativa dos judeus/israelitas quanto à vinda e às funções do Messias? Deus falou a Davi, o rei, por meio de profeta Natã, que Ele faria uma aliança com Davi e o seu povo (2 Sm 7,1-14), que estabeleceria uma grande nação, liderada por um poderoso Messias, que dominaria os inimigos e que traria paz e prosperidade. Ao mesmo tempo, a expectativa dos camponeses, do povo da terra e dos pobres, estava fixada em Davi, o grande rei, outrora pastor de ovelhas no campo, confiavam que ele proporcionaria liberdade, justiça, saúde e paz. E assim, precederam inúmeros pseudo-messias que prometiam o impossível, trazendo mais sofrimento e até mortes.

A atenção agora volta-se ao Evangelho de João, para examinar como o autor contemplou Jesus como o Messias, como ele entendeu, interpretou e esperou deste novo Messias?

Ele organizou os primeiros quatro dias - do capítulo 1, do versículo 19 a 51- desta maneira: no 1º dia (Jo 1,19-28) está a declaração de João Batista acerca do Messias e diz: “não sou o Messias nem o Profeta”; no 2º dia (Jo 1,29-34) o Batista, apresenta Cristo como Cordeiro de Deus e Filho de Deus; no 3º dia (Jo 1,35-42) dois discípulos de João seguem Jesus porque “encontramos o Messias”; no 4º dia (Jo 1, 43-51) o Messias avistou Natanael e ele faz a confissão de que Jesus é o Filho de Deus e rei de Israel. Engenhosamente, o autor João escreve organizando os dias da semana, a fim de completar um período de sete dias, como em Gênesis 1. Para

comemorar a primeira semana ocorre o casamento em Caná, com abundância de vinho, como um sinal messiânico (Am 9,13).

João prossegue na apresentação do Messias/Rei da seguinte maneira: no capítulo 4, a mulher samaritana reconhece Jesus como o Messias que haveria de vir e Jesus declara: “Sou eu, que falo contigo” (Jo 4,24-26); em Jo 6,14-15, por causa da multiplicação de pães e peixes, a multidão queria coroá-lo Rei/Messias. Depois do esclarecimento de que Jesus é o pão da vida, em Jo 6,66-70, Pedro faz a confissão de que Ele é o “Santo de Deus”. Agora é a vez das autoridades judaicas questionarem a identidade de Jesus: “Porventura [...] de fato o Cristo?” (Jo 7,25-26). Depois, o povo debate e indaga entre si: “Ele é o Cristo...Cristo virá da Galileia?” (Jo 7,40-42). No capítulo 9, o cego de nascença; curado da cegueira, faz a confissão de fé e o adora como o Cristo (9,38). Mais uma vez os judeus interpelam a Jesus, impacientemente: “Se tu és o Cristo, dize-o francamente” (10,24). Outrossim, há uma surpreendente declaração de fé acerca da pessoa de Jesus feita por Marta, no momento de maior dor, devido a morte de Lázaro; seu irmão: “...eu tenho crido que tu és o Cristo, o Filho de Deus” (11, 27). Já na Entrada Triunfal, Jesus que evita o triunfalismo, humilde e despretensioso, tentou mostrar o triunfo da humildade e aceitou o júbilo do povo como Messias/Rei (12, 12-19). Em Jo 18,28-19,16, por fim, Jesus, Messias/Rei manifesto, é julgado pelas justiças secular e religiosa. Finalmente, o Messias/Rei é proclamado na cruz da glorificação (19,18-22) “Jesus Nazareno Rei dos Judeus”.

A apresentação da messianidade/realeza de Jesus é contrastada em relação a visão messiânica da autoridade judaica e dos movimentos revolucionários dos messianistas, na tentativa da restauração política do reino de Davi. A apresentação da messianidade/realeza de Jesus que João propõe não é a restauração político-social de Davi, o rei, nem é o confronto bélico e danoso, na tentativa de demolir o sistema governamental. João apresenta um projeto que restaura a vida humana, conforme a vontade de Deus, e propõe revelar o Filho de Deus como seu pastor e guia.

Esta pesquisa evidencia o contraste do domínio de César e, conseqüentemente, do seu súdito Pilatos na Judéia, que imperava com força e medo; refletindo Roma. De maneira oposta ao domínio de Cristo, em que se prevalece o dialeto do amor, expressa-se a verdade e reporta-se ao serviço da humildade.

A hipótese desta investigação, baseia-se no chamado livro da comunidade - em João 13 a 17 - onde está registrado o fato de que, dentro do propósito de Deus, foi concedido a Cristo este discernimento especial de saber a “hora” de realizar a obra, de cumprir a vontade do Pai que o enviou e ser glorificado na cruz; pelo sacrifício de sua vida. “Jesus várias vezes deixa claro que o Pai fixou um período de tempo para cada evento em sua vida” (TENNEY, 2008, p.149). Há vários textos que confirmam que Jesus sabia da aproximação desta “hora”: (João 2,4) “Respondeu-lhes Jesus: Mulher, que tenho eu contigo? Ainda não é chegada a minha hora”; (João 12,23) “Respondeu-lhe Jesus: É chegada a hora de ser glorificado o Filho do homem”; (João 13,1) “Antes da festa da Páscoa, sabendo Jesus que era chegada a sua hora de passar deste mundo para o Pai”; (João 17,1) “Depois de assim falar, Jesus, levantou os olhos ao céu, disse: Pai, é chegada a hora; glorifica o teu Filho, para que também o Filho te glorifique”. A glorificação de Cristo na cruz é um acontecimento marcante que caracteriza a oposição entre dois reinos, uma vez que, a morte e glorificação de Jesus na cruz consiste dentro de um plano eterno de Deus para salvar o mundo. Assim sendo, a oposição entre os dois reinos consiste em que o reino de César não tem “hora”, não tem planos, não tem propósito; porque cada imperador cria a sua plataforma política social conforme seu impulso, palpite e bel-prazer. Além disso, o reino de César não é conduzido pela vontade de Deus e sim pelos imperadores, cuja atitude persegue, oprime o fraco, destrói o semelhante; a fim de obter vantagem e auferir maior proveito para si.

A pergunta sobre a “verdade” (João 18,38) feita por Pilatos, a qual Jesus evitou responder, é justamente a prática da vida comunitária da humildade e do amor mútuo que Pilatos jamais poderia entender, uma vez que ele não falava a linguagem do Paráclito; razão pela qual Jesus manteve o silêncio (Jo 15,18-27). Enquanto Roma e Jerusalém espalham odiosidade e inimizade, o mundo se desagrega cada vez mais e, paradoxalmente, o amor e sua vivência promovem o Reino de Deus; entre os pobres, oprimidos e cansados. O Reino de Deus se comunica diretamente com o dialeto do Paráclito, isto é, a linguagem do amor (Jo 14,15-28; 16,4-15) e desta maneira é que Cristo/Messias vai vencendo os males do mundo e implantando o seu reino. A vitória do império de Cristo/Messias não depende da força e violência, nem de armas de qualquer espécie. Há de condenar tudo o que impedir a vivência da unidade, da paz e do bem-estar e assim, o Reino do Messias deve estar em contínua expansão comunitária.

## 1 A PALAVRA É DEUS

Tradicionalmente a autoria do Quarto Evangelho é atribuída a João, o discípulo de Jesus, filho de Zebedeu, irmão de Tiago (Mt 4,21) e foi escrito, provavelmente, na década de 90 d.C. em Éfeso. Ao aludir algo sobre o Evangelho de João, é fundamental que se faça referência ao Prólogo deste livro, isto é, o trecho que se inicia no capítulo 1, do versículo 1 ao 18, porque ele é o nascedouro dos personagens, das doutrinas e do propósito deste livro. Especialmente quando tenta abordar sobre “O meu reino não é deste mundo” (João 18,36) confronto entre o reino de César e o de Cristo, que será apresentado no decorrer do item “Prólogo”

### 1.1 PRÓLOGO

Cada evangelista, ao iniciar os seus escritos, faz uma introdução, tece um resgate e contextualiza o ambiente dos seus escritos. Assim João retrocede para o início da criação, não só a criação do mundo físico, como no livro de Gênesis, sobretudo a gênese da existência do divino, em forma de uma poesia que foi adaptada como um hino, provavelmente do círculo joanino. É um tipo de “vestíbulo” (CARSON, *apud* KÖSTEMEBERGER, 2004, p.19) para servir de introdução teológica altamente elaborada e profunda, abordando temas mais relevantes, que no decorrer do seu Evangelho serão desenvolvidos. Esta introdução, que abrange os primeiros dezoito versículos, é denominada como o Prólogo de João. Há muitas teorias acerca da sua origem. Bruce declara que: “Não encontramos na filosofia grega o verdadeiro pano de fundo do pensamento e da linhagem de João, mas sim, na revelação hebraica”. No Antigo Testamento a “palavra de Deus” indica Deus em ação, em especial na criação, na revelação e na libertação (BRUCE, 1997, p.34). Assim, entende-se que João fundamenta o seu Prólogo na teologia hebraica. Como escreve Beasley-Murray: “O Prólogo é uma diretiva, para como ler e entender o evangelho inteiro” (BEASLEY-MURRAY, 2000, p.10). Doravante todas traduções de textos em inglês são pessoais, e o cerne destas palavras é desvendar a pré-existência de Logos. Assim o Prólogo oferece chaves de interpretação para o resto do evangelho (MATEOS & BARRETTO, 1989, p.29). O Prólogo do Quarto Evangelho antecipa a temática de toda a obra constante no seu evangelho. É como o eco de Gênesis 1, Pai e Filho no início da

gênese do universo (João 1.3; 8.58). Evoca-se expondo a primeira criação do mundo descrito neste primeiro livro, assim o tema de João é a nova criação de Deus. Esta afirmação tem implicações teológicas profundas. Ao mesmo tempo, paraleliza a atuação de Deus na criação do mundo, ao fenômeno da nova criação da humanidade em Cristo (BRUCE, 1997, p.33). “Estes versículos trazem alguns grandes pensamentos que serão desenvolvidos como a narrativa que desdobra: a excelência de Cristo, quem é o Verbo de Deus, eterna contenda entre luz e trevas. Mas o principal tópico é a encarnação e rejeição” (MORRIS, 1995, p.63). No seu Prólogo, João segue uma certa estrutura da descrição desta criação do Universo na elaboração do seu prelúdio, tais como: “no princípio” (Gn1,1); “havia trevas” (Gn1,2) e “... disse Deus: Haja luz” (1,3).

### 1.1. 1 O Prólogo na introdução

Começa o primeiro versículo, assim: “No princípio era o Verbo, e o Verbo estava com Deus”. Sem dúvida, o autor está rememorando esta expressão com a de Gênesis 1,1; “No princípio”. O livro de Gênesis abre com ‘*en arch*’, mas João começa o seu hino ainda mais atrás. A expressão “no princípio” pode significar o que era antes de tudo ou começo dos tempos. Antes da descrição da criação ele proclama que Logos era ainda antes. O status pessoal que ele atribui ao Verbo tem a ver com a existência real, a relação que o Verbo tem com Deus é a de pessoa para pessoa. Entende-se que a expressão “no princípio, *arch*” abriga um teor teológico imenso. “No princípio” portanto, quando o universo foi criado, a “origem” no sentido básico da causa, é a raiz da origem do universo, o Verbo divino que trouxe à existência já estava ali. O foco deste versículo é mostrar a preexistência de Logos. Os dicionários e as enciclopédias bíblica-teológicas disponibilizam uma farta exposição sobre a palavra “princípio”. “Ele é o começo que denota uma ação, causa, mais qualitativo que temporal” (BROWN, 1966, p.4). Levando-nos para a eternidade que precede qualquer medição da compreensão humana e terrena da aferição do tempo, “fora dos limites do tempo e do lugar, nenhum dos quais existia “no princípio – *en arche*”. (MOLONEY, *apud* por KÖSTENBERGER 1998, p.27). É preciso concluir que este “princípio” está incomparavelmente antes e além do tempo da criação do universo descrito no livro de Gênesis, isto é, “origem” no sentido básico da causa. “Logos”, no início, revela-se a

compreensão que em nenhum momento Deus estava sem Logos (LÉON, 1996, p. 65). “Cristo é chamado ‘o começo’ porque Ele é a causa eficiente da criação, num sentido absoluto, levando-nos para a eternidade que precede o tempo. Ele é antes de todas as coisas, e isto não delinea o que começa” (ZODHIATES, 1992, p. 260, 261)

### 1.1.2 Logos

Verbo, de termo grego de muita acepção, pode significar: “palavra, pensamento, razão, expressão de pensamento” (TENNEY, 2008, vol.3, p. 1002). Por outro lado, a palavra exprime “pensamento interior e exterior do discurso da auto-revelação de Deus: seu pensamento era comunicado pela sua fala”, (BARRETT, 1978, p.152). O evangelho de João aborda a revelação da mensagem de Deus e sua comunicação: “No princípio era o verbo”, o texto começa com revelação audível (“Palavra”), e daí para frente e para trás entre os dois, (incorporados nos sinais e discurso de Jesus). João usa o vocábulo “*logos*” quarenta vezes, no entanto, só em João 1,1 a 3,14, a palavra é designada a Cristo, isto é, Jesus Cristológico. O termo “abrange todo o ministério de Jesus, colocando todas as obras e palavras de Jesus dentro da estrutura de ser, tanto do eterno como da existência e auto-revelação na história da salvação” (KÖSTENBERGER, 2004). Alguns autores como Bultmann, afirmam que “as ideias de João são emprestadas de ideologias pagãs, especialmente dos sistemas gnósticos, mas a evidência é insuficiente e a teoria tem se tornado insustentável por recentes descobertas arqueológicas” (TURNER, *Logos*. In: TENNEY, 2008, p.1008). O termo Verbo é o título apropriado para Jesus. É único e sem paralelo na linguagem e na cultura modernas. João emprega o termo “*logos*”, nos seus escritos, sem informar o seu significado. Isto pode denotar que provavelmente o vocábulo era familiar a seus leitores que entendiam o seu significado. “O Logos é Deus verdadeiramente como ele em quem existia mais próxima união de ser e vida” (SCHNACKENBURG, 1990, p.232). Na Septuaginta, versão grega da Bíblia, o termo “Logos” é muito frequente. É bom fazer menção de que, no Antigo Testamento, a “Sabedoria” cantada pelo salmista e escritores do Antigo Testamento referia-se ao Verbo como agente da criação, que provavelmente aludia a Cristo encarnado, assim João estava familiarizado com o conceito da palavra. Outrossim, o autor evita usar o termo “*sofia*, sabedoria”, como em Provérbios, ao referir-se a Logos, o Cristo. O autor



diz que: “o Verbo estava com Deus”. Logo, de início nos é revelado que em nenhum momento Deus estava sem Logos.

E a frase: “e o Verbo era Deus”, é o auge da existência do Logos, em comunhão e parceria com Deus, e era Deus. “O Verbo era Deus”, e não “Deus era o Verbo” (comp. 4.24, “Deus é Espírito” e não “o Espírito é Deus”, Deus é o atributo do Verbo. Como disse Jesus, mais adiante: “Antes que Abraão existisse, eu sou” (Jo 8,58)

### 1.1.3.Criação

O versículo três diz: “Todas as coisas foram feitas por intermédio dele, e sem ele, nada do que foi feito se fez”. O propósito destas palavras está focalizado para a criação de Deus relatada em Gênesis, mas o tema do prólogo é a nova criação espiritual por meio de Jesus. Assim, nas duas obras criadoras, o agente é a Palavra de Deus, ou seja, o Logos. Para relatar sobre a criação, João tem o cuidado de evitar o uso do verbo “fazer ou criar, *poieo*” para resguardar-se da ideia de algo produzido de um ser divino, isto é, evitar que a existência do “Logos” se assemelhe à trivial geração do universo por um ser subordinado, e para tal, vale-se de expressão “nascer e gerar” (1,13-18). O que João escreveu acerca da precedência da criação, não é uma simples narrativa, mas uma afirmação teológica impenetrável da existência do Verbo, no alvorecer da criação, não remetendo apenas antes do mundo propriamente, mas para divina e absoluta eternidade. A criação não era ato e arte solitários de qualquer, mas Pai e Filho estavam na obra, assim o Pai criou, mas fez isto por meio do Logos. Gênesis focaliza os atos criadores de Deus, mas o Evangelho de João centraliza o Logos “no início era o Verbo”; “o Verbo estava com Deus”; “o Verbo era Deus”.

### 1.1.4 Vida, Luz e Trevas

O autor passa a abordar acerca da cristologia da perspectiva da vida, luz e trevas, nos versículos: “A vida estava nele e a vida era luz dos homens. A luz resplandece nas trevas e as trevas não prevalecem contra ela” (v. 4 e 5). A palavra

“vida” mencionada no Prólogo, visa não apenas a manifestação do ser, mas a dependência viva, existencial com o próprio Deus pelo Logos.

A essência do projeto divino e a intenção da palavra, isto é, do Logos que é “vida” e a vida é “Luz”. “Esta luz é uma especificidade eterna da Luz, isto é, do Verbo, para brilhar na escuridão para a luz do homem e para ter vida nele mesmo” (BARRETT, 1978, p.158). Luz verdadeira é um ser pessoal e a vida era a essencial energia do Verbo. No evangelho, a luz, naturalmente identifica-se com Jesus e com o amor de Deus “De novo, Ihes falou Jesus, dizendo: Eu sou a luz do mundo; quem me segue não andarás nas trevas; pelo contrário terá a luz da vida” (8,12). “O Verbo significa a comunicação do conhecimento de Deus, conseqüentemente a vida era a luz do homem, que deu-lhe o verdadeiro conhecimento” (BARRETT, 1978, p.158). Jesus falou amplamente de vida, assim há numerosas referências disto - (5,25-26- 29; 6,33-57, 63; 11,26; 14,6, 19; 17,3; 20,31, ou da vida eterna - 3,15-16-36; 4,14, 36; 5,21, 24, 39 40; 6,27, 40,47-48; 6,51-53-54-58-68; 8,12; 10,10, 28; 11,25; 12,25, 50; 17,2). Luz e vida eram imagens naturais usadas juntas. “A palavra vida que é mantida no Prólogo visa, portanto, não apenas a manifestação no ser, mas à relação viva, existencial, com o próprio Deus, pelo Logos” (LÉON-DUFOUR, 1996, p. 71). Luz, por sua vez, é uma expressão dominante neste Evangelho, pelo menos na primeira metade do evangelho. O evangelista termina a frase com uma nota triunfante sobre a luz: “e as trevas nunca puderam extingui-la, da versão Living Letters”. O antagonismo da luz e trevas surge sempre que a luz brota. Na primeira criação “havia trevas sobre a face do abismo” (Gn 1.2) até que Deus chamou a luz à existência. Da mesma forma, a nova criação (em que o Verbo é o agente de Deus com tanta eficiência como na primeira), abrange a expulsão da escuridão espiritual pela luz que brilha no mundo. Luz e escuridão são postos, mas não de força igual. A luz é mais forte que a escuridão, as trevas não podem prevalecer contra ela (BRUCE,1997, p.39). Mateos e Barreto comentam que o surgimento da luz não foi impassível. Houve forças que tentaram embaraçar a sua atuação.

A luz não cessou de brilhar, mas seu brilho não é pacífico e sem obstáculo, ocorre em cerco de trevas que busca sufocá-la. A treva é a antiluz e, portanto, a antivida. Não é mera ausência de luz, mas entidade ativa, maléfica, força de morte, inimiga da vida ... irreconciliável com a plenitude da vida. Tenta extingui-la, invadi-la para que cesse seu brilho, mas não consegue. A treva, entidade negativa, é hostil à luz, e quer aniquilá-la (MATEOS e BARRETO, 1996, p.48).

### 1.1.5 Rejeição ao Verbo

A descrição do Prólogo prosseguia harmoniosamente, “O Verbo estava no mundo, o mundo foi feito por intermédio dele” (v.10), de súbito, surge a rejeição do mundo para Cristo, que veio exclusivamente para os homens, “mas o mundo não o conheceu” (v.10). O Quarto Evangelho é o “Evangelho da Rejeição”, isto aparece assim cedo no Prólogo. O escritor relata: “veio para o que era seu, e os seus não o receberam”, v.11. Esta é uma reação aterradora diante da atuação magnânima da Trindade na criação do universo e seus habitantes. O Verbo está no cosmos, mas o cosmos não o conhece (Jo 1,10). Cristo não somente entrou no cosmos, Ele veio como o Salvador do cosmos (Jo 4,42) ou a luz do cosmos (8,12). O cosmos aqui é o gênero humano, mas há alusão de que poderia ter um sentido mais amplo, a saber, o cosmos como a criação de Deus (BROMILEY, cosmo. In: TENNEY. Enciclopédia da Bíblia, 2008, p.405). Aqui há a repetição do relato da criação, “Todas as coisas foram feitas por intermédio dele”, v.3, e “o mundo foi feito por intermédio dele” v.10. João costuma destacar uma palavra por meio de repetição e neste versículo reitera a palavra “mundo” por três vezes, naturalmente os sentidos utilizados são diferentes - A palavra “mundo” é um termo muito utilizado em João, em todo o Novo Testamento aparece 180 vezes, e só neste Evangelho ocorre 78 vezes. Como escreveu Bromiley (BROMILEY, cosmo. In: TENNEY. Enciclopédia da Bíblia, 2008, p.405) “o cosmo é o teatro de história humana, e mais especificamente da história de Deus e homem”. Referindo-se à palavra mundo, o evangelista aplica expressão: “entrar”, assim é costumeiro, o pecado e a morte entraram no mundo. Cristo não pertencia a este cosmos, mas ele veio de Deus para o cosmos para realizar a sua vontade. Como é descrito na primeira criação, “havia trevas sobre a face do abismo”, e Deus ordenou que houvesse a luz no universo criado e as trevas se dissiparam (Gn 1,2). Na primeira criação Deus chamou a luz à existência. Da mesma forma, a nova criação, em que o Verbo é o agente de Deus, com tanta eficiência como na primeira, executa alia expulsão da escuridão espiritual pela luz que brilha no mundo. O Prólogo de João (Jo 1,1-18) fornece uma detalhada reinterpretação da história da criação de Gênesis. Aqui o cosmos é o primeiro universo, da totalidade da criação.

No termo cosmos, há a totalidade de tudo que é criado e o particular aspecto da humanidade, como isto representa a ordem criada em sua separação de Deus, sem os dois se distinguirem um do outro. A relação de Deus para o

mundo corresponde para a relação de luz para trevas; a ordem criada não reconhece o Criador, a escuridão recusa a luz (1,5) e a verdade (17,17; 18,37). Assim a redenção é retratada como um dramático evento no qual o amor do Criador está cumprido no envio do Filho ao mundo (3,16; 11.27; 12,46; 18,37; 1 Jo4,9,14). Aquele que “não é do mundo” (Jo8 ,21-23; 18,36) vem como a “luz” (1,9; 3,19; 8,12; 9,5, 12,46) e como o Salvador (4,42; 1Jo 4,14) ao mundo a fim de trazer a verdadeira vida e suportar o pecado do mundo (1,29; 1Jo2,2); para encontrar lá aqueles que estão no mundo (17,6), mas não são determinados pelo mundo (15,19; 17,14, 16), e quem tem que suportar o ódio do mundo (15,18, 17,14, 1Jo 3,13; 16,33). Assim como o próprio Filho teve que suportar isso (no ódio dos judeus, 5,17; 8,37-47); o Filho demonstra aos seus o verdadeiro amor do Pai (13,1; 17,21-24) e com a saída do mundo e ele deixou os no mundo (17,11, 15; 1Jo 4,17) como a comunhão do Espírito (14,17) e do mandamento do amor (13,34, 15,9). De fato, ele envia os no mundo, assim como o Pai tem o enviado (17,1). A vinda do Filho pela salvação do mundo (Jo 3,17, 12,47) torna-se julgamento para aquele que recusa a salvação (3,19, 12,31: ..., 16,18). Os crentes são, entretanto, os representantes da revelação do Filho e do amor de Deus para o mundo (17,21,23) no meio do mundo. Assim, o próprio mundo não rejeitou, mas está superado (16,33; 1Jo5,4 f) Os crentes não podem mais amar o mundo (1Jo2,15-17), pois eles têm aquele que é maior que o mundo (4,4). (BALZ. Mundo. In: BALZ and SCHNEIDER, 1994, vol.2, p.312)

No versículo 10, o autor repete três vezes a palavra “mundo”, e todas as vezes, ele introduz a sentença com a mesma expressão: “o Verbo estava no mundo”, aqui o verbo transmite a ideia de continuidade; “o mundo foi feito por intermédio dele” o cosmos deve sua existência ao Verbo; “mas o mundo não o conheceu” aqui descreve a rejeição da Palavra pelo mundo, e esta rejeição é aumentada ao longo da narrativa. O Verbo estava a todo momento no mundo, que tinha feito, e mesmo assim o mundo não o conheceu. Há uma sutil mudança do significado da palavra “mundo”. Nas primeiras duas ocasiões isto se refere a terra com tudo que está nela, incluindo a raça humana, e na terceira ocasião isto significa o povo, essencialmente aqueles que estiveram em contato com Jesus de Nazaré.

Ele está no cosmos, mas o cosmos não o conhece (Jo 1.10). Cristo não somente entrou no cosmos, Ele veio como o Salvador do cosmos (Jo 4.42) ou a luz do cosmos (8.12).

Veio para o que era seu, e os seus não o receberam” v. 11. João destaca a tragédia da rejeição. Pode-se traduzir desta maneira: ‘chegou em casa’. É a exata expressão usada pelo ‘discípulo amado’ quando, em resposta a Jesus e João tomou a Maria ‘em sua casa’ (19.27; cf. 16.32). Quando o Verbo veio para o mundo ele não veio como um estrangeiro. Ele chegou em casa. Além disso, ele veio para Israel. Tinha ele vindo para alguma outra nação pagã, mas Israel era o povo peculiar do próprio Deus. O Verbo não foi onde não poderia ter esperado ser conhecido. Ele veio para casa, onde o povo deveria ter conhecido. Ele veio para sua propriedade própria (MORRIS, 1995, p.86).

Jesus, o enviado do alto, tem vindo a este mundo (1,9-10; 3,16-17,19; 6,14; 10,36; 11,27; 12,46; 16,28; 17,18, 21, 23; 18,37). Sua missão era reproduzir o amor de Deus para o mundo (3.16). O mundo é dominado pelas trevas e pelo príncipe deste mundo. A vinda do emissário era para salvar, não para condenar o mundo (3,17; 4,42; 6,33, 51; 12,47), mas a condenação é inevitável para aqueles que não contemplarem e desdenharem a luz (9,39). A vinda do emissário é expressada em termos da vinda da luz ao mundo, como a luz do Mundo (3,19; 8,12; 9,5; 12,46). A luz não pertence ao mundo, mas ela veio dos céus (8,23; 17,16; 18,36) e tem vindo para revelar o Pai e seu amor para o mundo (14,31; 17,21, 23,24). Sua vinda é trazer a vida para o mundo (6.33) dando sua vida ao mundo (1,29; 6,51). Tendo entrado no mundo e completado sua missão, o emissário voltaria de onde veio (13.1; 14.19; 16.28) (SASSE, *mundo*. In: KITTEL (Editor) *Theological Dictionary of the New Testament*, 1976, vol. III, p.894).

#### 1.1.6 Tornar-se Filho de Deus

Os judeus rejeitaram a Cristo, mas a sua mensagem redentora não se restringia apenas aos judeus, mas por meio deles, toda a raça humana seria alcançada - “todos quantos”. A cristologia joanina se caracteriza pela abrangência da sua mensagem universal e o critério na conquista da vida prometida – “receberam”. Para o homem receber é preciso conhecer. Conhecer a Deus implica não somente a percepção da sua existência, mas também a relação humilde, de obediência e confiança (BARRETT, 1978, p.162). Receber Cristo é aceitá-lo em obediência e fé, como o enviado do Pai, isto é, receber a divina natureza ou ter o caráter de Cristo. Ele dá para “todos quantos o receberam, deu-lhes o poder de se tornarem feitos filhos de Deus” (v.12). Há relevantes termos que requerem explanação neste versículo, por exemplo: 1) “deu”. A tragédia da rejeição é superada pela oportunidade que Deus dá, a graça da aceitação, isto é, a dádiva da possibilidade de receber a Cristo. 2) “o poder - *eksousian*”. João não fala do poder, no sentido de operar milagre. A palavra “*dunamis*” - poder e habilidade - não ocorre em João, mas o termo “*eksousian*”, que significa autoridade, direito; em vez de mero poder, sim. (1.12; 5.27; 10.10, 11, 18; 17.2; 19.10). Neste versículo o significado é de oportunidade. Ele não diz ser, mas tornar-se; assim é uma mudança. 3) “filhos” João atribui “filhos” como “crianças” em

vez de filhos de Deus. O termo que João usa é “*tekna Theou*” - filhos de Deus, aqueles a quem Deus ama e estima como um Pai (ZODHIATES, 1992, p.1371). Ele nunca usa “*uios*” para a filiação humana, mas utiliza referido termo para Cristo. E a expressão “*tekna*” para cristãos, de alcançar o privilégio e direito daqueles que receberam Cristo, i.e. creram no seu nome, assim puderam tornar-se filho de Deus. E chama a atenção para a natureza da filiação, e a frase implica numa comunidade de vida entre Deus o Pai, e seus filhos gerados. João enfatiza o processo desta transformação que é por meio da fé, isto é, “aos que creem no ...”, o texto grego esclarece o detalhe com o uso da preposição “*eis* – em” que indica um compromisso ativo com uma pessoa (RIENECKER & ROGER, 1985, p.162). O termo “*teknon*” é da raiz de gerar e assim ser filho de Deus tem o sentido de adoção. Desta maneira, em 2 Pe 1.4, “co-participantes da divina natureza”, ao invés de um que enfatiza os direitos e o privilégio de filiação. A frase: “no seu nome”, isto é, o uso do nome de Deus ou de Jesus nos nossos dias, é empregado, muitas vezes voluvelmente, como se o mero pronunciamento do nome de Deus efetuasse um milagre. A expressão “no seu nome” significa confiar na pessoa do Verbo, com toda a personalidade. O nome é substituto referencial da pessoa, e pode-se muito bem encontrar aqui uma equivalência para acreditar em Cristo.

#### 1.1.7 Pela Vontade de Deus

João prossegue a narração na explicativa sobre o “filho de Deus” do versículo anterior (v. 12). “Este nascimento faz um participante de toda a nova criação inaugurada pela angústia Messiânica empreendida por Jesus e seus seguidores” (16,21) (KEENER, 2003, p.405). Os homens não são filhos de Deus pelo processo natural, somente por meio de confiar em Jesus. Como foi possível para os seres humanos nascerem de Deus? Ele explicita minuciosamente, excluindo todos os meios naturais de alcançar graça, de se tornar filho de Deus – “Não nasceram do sangue, nem da vontade da carne, nem da vontade do homem, mas de Deus” (Jo 1,13). O contraste entre a divina autorização e habilidade humana está claro no texto. Deus deu aos pais o poder de trazer crianças ao mundo. João para destacar a necessidade

do nascimento divino para alcançar a vida eterna, descreve três origens impróprias para serem considerados filhos de Deus, que são: “não nasceram do sangue”, isto é, da descendência natural, remetia “uma corrente doutrinal psicológica grega de que o embrião é feito da semente do pai, e sangue da mãe” (BERNARD, 1993, p.18); “vontade da carne”, isto é do desejo sexual; “vontade do homem”, significa: *aner*, distinto do *antropos* – “como alguém que desempenha um papel na conceição de uma criança” (ZODHIATES, p. 435, 1992). O que tudo isto revela é que não é pela capacidade humana inerente.

### 1.1.8 Verbo se fez Carne

Aqui temos o clímax da doutrina sobre Cristo como o Verbo, escrito por João: “E o Verbo se fez carne”. Isto é, Jesus tornou-se homem no sentido mais completo, aqui na terra a Divina pessoa assumindo natureza humana na perfeição. Explicar o exato significado de “*egeneto*” nesta sentença, está além de poderes de alguma interpretação. A mensagem de João é que a encarnação representa um evento de igual importância com a criação. O abismo era intransponível do lado humano; mas Deus, divino Verbo, tornou-se em carne (1,14). A lógica da narrativa implica uma transferência: o Verbo que tinha estado para sempre com Deus (1,1-2) tornou-se carne (1,14) assim os outros puderam ser nascidos, não da carne, mas de Deus (1,13; 3,6). Se o Verbo tem se tornado carne, porém, não tem cessado de ser Deus.

Ao chegar ao término da exposição sobre o Prólogo do Evangelho de João, afigura-se uma introdução banal de um parágrafo inicial do evangelho, mas ele é uma apresentação inicial e estrutural profunda, que descreve a gênese do universo e da teologia hermética, porque descreve o significado deste Evangelho. “No princípio” de Gênesis, é o primeiro momento da existência, ao passo que “No princípio” do Quarto Evangelho é infinito. O “*logos*” torna-se coparticipante da criação - “Todas as coisas foram feitas por intermédio dele, e, sem ele, nada do que foi feito se fez”, v.3. João paraleliza o conteúdo de Gênesis com o Prólogo em usar os temas de “vida, luz e treva”. Em Gênesis aparece a serpente e sua conseqüente expulsão da presença do Criador. No Prólogo há rejeição ao Verbo, como resultado da maldição inoculada pela serpente no jardim, mas o Senhor prometeu e cumpriu: “Porei inimizade entre ti e a mulher, entre a tua descendência e o seu descendente. Este te ferirá a cabeça, e tu

ferirá o calcanhar” (Gn 3,15). Por receber este “descendente” – “Mas todos quantos o receberam, deu – lhes o poder de serem filhos de Deus” (1,12), o mundo é redimido por meio deste descendente da nova criação. Assim, o Verbo tomou a forma de carne e habitou no nosso meio, eis o grande clímax do Prólogo.

Quase todos os povos antigos têm mitos e suas narrativas contam a origem e desenvolvimento de suas nações. Por exemplo, segundo a lenda, uma loba chamada Luperca, amamentou Rômulo e Remo, que mais tarde tornaram-se os fundadores de Roma. Enquanto a descrição bíblica que fala do início do universo descrito por João é muito mais antecedente, isto é, antes da criação do universo e além disso, o Prólogo não é mitológico, mas é divino. Este Verbo, que é Cocriador enviado ao mundo e “se fez” (1,14), justamente este é o Messias.

## 1.2 JOÃO BATISTA, TESTEMUNHA DE JESUS – João 1, 19 – 34

O testemunho de João Batista como o precursor de Jesus, está incorporado logo depois do Prólogo. Seu arranjo textual é muito estratégico, e tem por fim, elucidar a apresentação terrena de Cristo aos leitores, logo no início do ministério de Jesus, neste evangelho. Tanto o precursor como o autor querem dignificar a pessoa do Messias em primeiro lugar.

### 1.2.1 Autoridades religiosas João 1, 19 - 28

João, chamado de o Batista, é de uma família sacerdotal, mas ele não exercia a função religiosa de sacerdote, mesmo tendo o direito hereditário sacerdotal como seu pai Zacarias, que atuava como sacerdote (Lc 1, 5-11), em sistema de rodízio, de adentrar no santuário, e oferecer sacrifícios no interior do Templo. Contrariamente, João procurava viver no deserto da Judéia (Mt 3,1), exercendo a vocação de profeta, pregando a mensagem do arrependimento, da remissão de pecados, e ministrando batismos àqueles que procuravam. João Batista aparece neste evangelho, respondendo às perguntas enviadas pelos representantes das autoridades religiosas de Jerusalém, para inquirir acerca da sua pessoa e do batismo que ele realizava, uma



vez que, a atividade de João suscitava desconfianças das autoridades judaicas de Jerusalém.

Os inquisidores consideravam João Batista como um messias e o interrogaram sobre sua relação com Elias ou com “o Profeta” anunciado no livro de Deuteronômio. Queriam averiguar como ele exercia a sua função profética, quem o autorizou e o que pretendia.

De acordo com a crença contemporânea, a manifestação do Messias, tão esperada, aconteceria precedida pela volta do profeta Elias ou com a vinda do Profeta anteriormente anunciada. A presença dos clérigos, juntamente com a polícia do Templo estavam dispostos a tomar medida enérgicas, caso João se declarasse ser o Messias ou manifestasse distúrbios por meio de suas atividades, e dependendo das reações, eles chegariam a detê-lo.

Não é de admirar o espanto perante a atividade de João, porque o sistema religioso judaico de então, sentia-se inseguro diante dos diversos movimentos populares políticos em ebulição.

João não atribuía nenhuma função alarmante a si próprio, que pudesse centrar atenção sobre sua pessoa, como um messias agitador, mas procedia como uma mera voz que proclama no deserto, aos pobres, aflitos e desassistidos. Sua aspiração era proclamar uma mensagem de exortação da aproximação do Reino de Deus. Assim, João parece colocar-se fora do círculo sócio religioso comum da tradição de Israel.

É necessário que se faça um esclarecimento acerca do termo “judeus” neste evangelho, na época de Jesus. A expressão não se refere ao povo judeu étnico, mas ao grupo específico de pessoas de determinada classe religiosa, sem dúvida de raça hebreia, que dá adesão ativa ao regime político-religioso existente como fariseus, saduceus, levitas, sacerdotes, autoridades do Templo, grupos estes, que se mostravam incrédulos em relação a Jesus.

Em Israel, principalmente na região da Galileia, alastrava-se um clima generalizado de expectativa da vinda de um Messias, principalmente entre os israelitas pobres, camponeses e devotos, e nesta época, o Batista iniciou suas atividades de precursor de Jesus, exortando o povo a arrepender-se das suas iniquidades, e batizando.

O surgimento súbito de um pregador da mensagem de penitência e volta às práticas austeras que trazia as indicações de profetas do passado inquietou o povo.

O personagem Batista é atestado pelo historiador judeu Flávio Josefo do século I, que descreve sobre João, o Batista, como “um homem de bem, que exorta os judeus a cultivar a virtude e usar justiça nas relações entre eles, e de piedade em relação a Deus, a fim de se acercar do batismo” (LÉON-DUFOUR, 1996, p.125). A vida e as atividades dele, foram muito curtas - do outono de 27 à primavera de 29 (d.C.).

Menos de um século antes (63 a.C.), o governo, independente dos reis-sacerdotes sob os Hasmoneus, foi derrotado pelo Império romano e anexou a Judéia como uma província romana, que causou o fim da antiga esperança e aspiração messiânica, de liberdade e independência de Israel. Assim, a nação vivia na espera fundada na promessa do surgimento de um Messias poderoso e justo, que emergisse do campo como Davi, que proporcionou à nação de Israel paz, prosperidade e renome. Por isso, quando o Batista surgiu, o povo perguntava: “Quem era este batizador?” O profeta Malaquias c.430 a.C. havia profetizado: “Eis que eu vos enviarei o profeta Elias, antes que venha o grande e terrível dia do Senhor” (Ml 4,5). Estas palavras avivavam a expectativa exasperada da vinda de um Messias. Realmente a imagem do Batista, de “vestes de pelos de camelo e um cinto de couro; sua alimentação eram gafanhotos e mel silvestre” (Mt 3,4), assemelhava-se com a descrição de Elias do passado (2 Rs 1,8) “Era homem vestido de pelos, com os lombos cingidos dum cinto de couro”.

O autor inicia a descrição do surgimento de João em confronto com a comissão que procura averiguar as atividades do batizador. A comissão enviada de Jerusalém para averiguar quem era o João, começa perguntando: “Quem és?” João responde aos inquisidores, nega ser um personagem messiânico e se define como a voz que faz ressoar de Deus Salvador, a mensagem de arrependimento e de preparação para a vinda, de fato, do Messias, Jesus Cristo que viria após ele. As autoridades perguntaram: “Quem és tu?” (v.19). Se João tivesse afirmado que era o Cristo, teria alcançado uma enorme multidão como seus seguidores. Dizem os textos nos sinóticos que uma grande multidão da Judéia e de Jerusalém saía para ser batizada e ouvir suas pregações.

Na agitação do messianismo crescente na época, o testemunho de João era o motivo de excitação popular, e assim, João recusa terminantemente, qualquer fagulha de sonhos messiânicos nas suas palavras e atitudes. A inquietação dos fariseus se concentrava nas questões religiosas, e as autoridades estavam alarmadas com a realização de batismos realizados por João, assim eles indagam: “Por que

batizas?” Eles questionaram porque consideravam o batismo como um rito escatológico que deveria ser aplicado por pessoas qualificadas dentro do ritualismo judaico, por eles credenciado. Mas João dispunha da anuência da suprema autoridade para tal missão, sem que precisasse de uma autorização das instituições religiosas de Jerusalém: “Aquele que me enviou a batizar em água” (v. 33) era o próprio Deus que havia ratificado. Seu propósito principal era servir de instrumento na missão de ser precursor do Messias que logo emergiria e João se adequava perfeitamente a um personagem “escatológico”, proclamador da mensagem de aproximação do julgamento divino. Por causa da sua despreensão, e sem qualificação, foi-lhe indeferida a autorização para realizar uma tarefa religiosa que obtivesse um consentimento dos superiores. É provável que o batismo de João não tenha sido bem visto pelas autoridades pelo fato de ser praticado de modo independente, sem ter um consentimento das instituições religiosas da época.

O Batista responde à pergunta das autoridades acerca do batismo: “respondeu-lhes João: Eu batizo em água”, com o “Eu” enfático está indicado que está chegando alguém que batizará de outra maneira, no Espírito Santo. Ele está servindo como um precursor. É tão eminente, que João considera-se impróprio para retirar as correias de suas sandálias: um rabino disse: “Um discípulo deve executar para seu mestre qualquer serviço que um escravo faz para seu dono, exceto desamarrar suas sandálias” (Rabino bem Levi, c. 239 d.C., BRUCE, 1997, p.56).

### 1.2.3 Encontro com Jesus, João 1, 29 – 34

“No dia seguinte” (v.29), certamente é um dia depois do enfrentamento do Batista com as autoridades religiosas de Jerusalém. “Jesus vinha para ele”, o João Batista não conhecia pessoalmente a Jesus, quando iniciou suas pregações e batismos no vale do Jordão. Conforme a descrição dos Sinóticos, Jesus se dirigiu ao local onde o Batista estava realizando batismos e ele próprio procurou ser batizado também, assim o conheceu em pessoa. E neste enfrentamento ele faz a célebre declaração, acerca de Jesus: “Eis o Cordeiro de Deus que tira o pecado do mundo” (v.29). “O Cordeiro de Deus”, expressão esta, que ocorre em João somente aqui, e no versículo 36. Este “Cordeiro”, é o Cordeiro providenciado por Deus, para o sacrifício

em favor da redenção da humanidade (Is 53; 1Pe 2,5; 1Jo 3,5; 1Jo 1,7). De acordo com a interpretação judaica, o Messias não sofreria a morte na cruz: “Nós temos ouvido da lei que o Cristo permanece para sempre” (12,34). Nem os discípulos compreendiam a predição da sua morte como o cumprimento da missão Messiânica. Mas o precursor, o João Batista, compreendia Cristo como o Cordeiro Pascal, tanto que, ao vê-lo exclamou dizendo: “Eis o Cordeiro de Deus, que tira o pecado do mundo” (v. 29). Aqui, o verbo *airo* é corretamente traduzido por tirar ou remover e, o pecado que o Cordeiro de Deus tira, é o pecado do mundo.

O precursor encerra o seu testemunho a respeito de Jesus, referindo-se a descida do Espírito. Ele dedica três aspectos da vinda do Espírito – Espírito “como pomba”, permanência dele sobre Cristo e testemunho de Cristo como “Filho de Deus”. Não é fácil vincular o Espírito a imagem de uma pomba, porque não há apoio nem correlato bíblico que possa associar clara e seguramente a descida do Espírito representado “como uma pomba”. Por outro lado, na ocasião do Pentecostes, o símbolo do Espírito é descrito “línguas como de fogo” (At 2,3). Ainda, abordando sobre o Espírito, João descreve que o referido Espírito desce e pousa. Esta conduta, de pousar do Espírito, é explicada com o uso do verbo *menw*, o mesmo verbo usado na metáfora da “videira verdadeira” que ocupa na necessidade vital, a permanência do ramo à videira, da mesma maneira é clara, a importância de que o Espírito permaneça em Cristo. Com isso, o precursor quer declarar mais uma profecia de Isaías, que confirma em Jesus - “Sobre ele repousará o Espírito do Senhor” (Is 11,2).

Em terceiro lugar, de acordo com o testemunho de João, é que o Filho de Deus é autenticado pelo sinal, sinal este, que desce em Espírito e permanece. Esse é verdadeiramente o Filho de Deus, pelo fato de: “Sobre ele repousará o Espírito do Senhor” (Is 11,2). Assim, João dá testemunho de que Jesus, sem sombra de dúvida, é o Messias prometido. Aqui, toda elucidação acerca da atuação do Espírito, como nos sinóticos, não é uma voz do céu, como confirmação do batismo e de autenticação de Jesus, tal como: “Este é o meu Filho amado”, mas é o testemunho magistral feito por um homem real, que é o precursor, o João Batista.

O arranjo literário do autor é excepcional por colocar logo depois da descrição profundamente espiritual e teológica do prólogo, apresentando o testemunho magnífico de um profeta, aparentemente sem prestígio.

O contraste irrefutável do reino de Cristo e do governo terrenal, é exibido na prisão e morte do nobre homem enviado de Deus, por causa do adultério de Herodes

Antipas, com Herodias. Pelo fato de João ter denunciado este relacionamento ilícito, Antipas aprisionou-o e, motivado pelo ódio de Herodias para com João, por fim; resultou na decapitação dele, abreviando assim, a vida deste arauto de Deus em menos de dois anos de ministério. A narração sobre o “precursor” (3,28), é bem resumida no evangelho de João e transmite um sentimento duvidoso sobre o valor da sua missão e atuação profética. Houve bastante preparação deste homem, desde a concepção milagrosa e a sua vida no deserto, uma vida tão reduzida, ceifada drasticamente, teria havido importância? Mas, a referência majestosa à vida deste humilde e desprezioso profeta de Deus, por Jesus, registrada em Mateus e Lucas, é: “Em verdade vos digo: entre os nascidos de mulher, ninguém apareceu maior do que João Batista” (Mt 11,11), tal menção engrandece a vida de João Batista, o precursor. Na história dos imperadores e dos governadores no reino de Roma, com base no que se saiba, não se ouviu falar que tenha havido um mero sacerdote profetizado por espírito de deuses que tenha profetizado o surgimento de um imperador divino e salvador, muito menos que tenha denunciado uma relação conjugal ilegal de um soberano no seu reino. Pelo contrário, o assento no trono do Império Romano, muitas vezes, era disputado pela violência, traições e mortes.

## 2 REVELAÇÕES MESSIÂNICAS

### 2.1 DOIS DIAS IMPACTANTES EM SAMARIA JOÃO 4, 1 - 4 2

Povos e nações alimentam algum tipo de sectarismo entre as diversas discriminações existentes no relacionamento humano ao redor do mundo. Entende-se que a que se fundamenta nas questões religiosas é a mais ferrenha e perversa. Muitas vezes, estas segregações são motivadas por causas insignificantes e injustas que podem perdurar por séculos e séculos, e por ocasiões, vai se agravando e intensificando progressivamente, ainda mais.

O Novo Testamento retrata o quadro de uma segregação que perdurava mais de dois séculos: o caso da rivalidade entre judeus e samaritanos, motivado por questões política, étnica e religiosa. Jesus no seu ministério conciliador, tentou compelir os seus discípulos a extinguir esta luta, através de seus ensinamentos, seus exemplos e suas ordens. Um destes episódios mais excepcional, foi o encontro de Jesus com a mulher samaritana narrado no capítulo quarto do Evangelho de João, de que tratará este item.

#### 2.1.1 Origem de Samaria

Depois do reinado de Salomão, Israel que era unificado, dividiu-se em Reino do Norte e Reino do Sul. O Reino do Norte, cuja capital era em Siquém, e Omri, um dos reis que sucedeu no reinado, comprou uma propriedade particular para edificar uma nova capital do seu reino, sec. 878 a.C., e construiu no monte Gerizim um templo o qual passou a ser o centro religioso da população do norte de Israel, provocando assim uma grande concorrência com o Templo de Jerusalém, que era em Israel do Sul. Contudo, esse fato não teria sido o motivo principal da ruptura entre os dois povos, porque sabe-se da existência de semelhantes casos em outras localidades onde estavam construídos templos, tais como em Lobíadas na Transjordânia e Onías IV em Leontópolis (KOESTER, 2005, p. 247). A cidade de Samaria foi considerada por muitos anos como centro de idolatria pelos profetas atuantes (Is 8.4; 9.9; Jr 23.13; Ez 23.4; Os 7.1; Mq 1.6).

### 2.1.2 Samaria capturada

Salamanazar IV, rei da Assíria conquistou Samaria em c. 722 a.C. e deportou 27.290 povos de Samaria para a Mesopotâmia, Média, Pérsia e trouxe os exilados da Babilônia, Hamate e de outros lugares e os assentou em Samaria, motivando a miscigenação do povo israelita do norte (2 Rs 17.24-41). Este, era um povo rural, menos favorecido que não foi deportado, persistiu em habitar na mesma região, continuou adorar em Jerusalém e foi chamado de “samaritanos” (Jr. 41,5). Estes habitantes provavelmente eram descendentes de israelitas puros, deixados na região por ocasião da deportação. Ademais, quando os descendentes israelitas se uniam por casamento, os filhos eram considerados israelitas legítimos (TENNEY, 2008, p.424).

### 2.1.3 Cisão de Samaria com Jerusalém

Quando Israel do Sul voltou do cativeiro babilônico à terra de origem, sob a liderança de Esdras e Neemias, foi iniciada a reconstrução do muro, bem como do templo de Jerusalém. Os samaritanos ofereceram ajuda para tal empreitada, porém os sulistas recusaram dizendo: “Nada tendes conosco na edificação da casa para o nosso Deus; nós mesmos, sozinhos, a edificaremos ao Senhor Deus de Israel, como nos ordenou Ciro, rei da Pérsia” (Ed 4.3). De acordo com o registro sulista, “os adversários” começaram a atrapalhar a obra.

Dario, imperador da Babilônia havia nomeado Sambalá como Sátrapa (governador nomeado para administrar a satrapia que era a divisão territorial no governo persa, como se fosse uma província romana), de Samaria. Uma das filhas do Sátrapa, casou-se com Manassés, irmão do Jádua, sumo sacerdote de Jerusalém. Então, as autoridades religiosas, incluídos Esdras e Neemias que, indignados, ordenaram que se divorciassem. Manassés não pretendia desistir do cargo, na possibilidade de suceder a função de sumo sacerdote, procurou o seu sogro e disse que não podia desperdiçar a oportunidade e ao mesmo tempo não almejava separar-se da sua esposa por muito amá-la. Sambalá respondeu prometendo que construiria um belo templo e o nomearia como sumo sacerdote. O prometido templo foi erguido no Monte Gerizim, enquanto Manassés e sua família se transferiram para Samaria. Nesta ocasião, sacerdotes e levitas também abandonaram Jerusalém mudando-se

para Samaria, porque ficaram desgostosos com as exigências da exclusão dos casamentos mistos e demais imposições muito severas da parte de Neemias. Devido às boas relações mantidas com os sumos sacerdotes de Jerusalém, Manassés conseguiu uma cópia da “lei de Moisés”, que logo foi traduzida e copiada na língua samaritana. Por sinal, os samaritanos atuais conservam este texto do Pentateuco, sem que tenha feito qualquer alteração ou acréscimo. Uma verdadeira causa da repulsa dos samaritanos pelos judeus está na expansão separatista da cultura samaritana (KOESTER, 2005, p.247). Vale ressaltar também o fato, de os samaritanos se recusarem cultuar a Javé no Templo em Jerusalém. McGinty (McGINTY apud TOGNINI, E. p.76, 1956), confere a cisma do samaritano a três causas: 1) rivalidade comercial; 2) preconceitos raciais e 3) preconceitos religiosos.

#### 2.1.4 João Hircano I

Israel sob o comando de Simão Macabeu havia libertado a Judéia do domínio de Antíoco IV, mas o resto do país vivia sob o domínio selêucida, ainda dos sírios. No reinado de Antíoco VII, quando este morreu numa batalha, os pretendentes ao trono lançaram-se numa guerra civil. João Hircano I, neto de Matatias, o macabeu, aproveitou-se da ocasião e conquistou a Iduméia, Samaria, Medeba e leste do Jordão, por meio de conquistas brutais. O desfecho final para uma separação entre estes dois povos aconteceu 128 a.C., quando Hircano I conquistou Siquém (Samaria) e destruiu o templo samaritano do monte Gerizim, vinte anos depois subjugou a cidade de Samaria e a destruiu completamente. Após a conquista das cidades, Samaria foi subjugada e toda a população permaneceu sob as regras religiosas de Jerusalém, e apesar de os samaritanos, sem dúvida resistirem aos seus métodos atrozes, não tiveram êxito. Em 63 a.C. Pompeu na sua campanha expansionista conquistou Samaria e incorporou-a na nova província da Síria e dessa maneira, obtiveram o reconhecimento romano como “religio licita”, religião permitida. Mesmo assim, durante este período, fricções foram se agravando cada vez mais (BARCLAY, 1965; BARRETT, 1978; BEASLEY-MURRAY, 2000; BERNARD, 1993; BROWN, 1996; DODS, c.1876; JEREMIAS, 2010; KEENER, 2003; KOESTER, 2005; KOSTEMBERGER, 2004; LÉON-DUFOUR, 1996; LONGMAN III, 2007; MICHAEL, 2010; PUIG, 2000; SCHNACKEMBERGER, 1990; TENNEY, 2008).



### 2.1.5 Hostilidades

A longa história de hostilidades dos judeus para com os samaritanos é expressa por Ben Sira no livro deuterocanônico de Eclesiástico 50.25-26: “Há duas nações que minha alma detesta e uma terceira que nem sequer é nação: Os habitantes da montanha de Seir, os filisteus e o povo estúpido que habita em Siquém”. Rabi Jochanan estava passando por Samaria com o intuito de orar, interceder em Jerusalém. Um samaritano interpelou-o e perguntou: “Onde você vai?” e o Rabi respondeu: “Estou indo ao Templo em Jerusalém a orar”. E o samaritano disse-lhe zombeteiramente: “Não seria melhor orar neste monte santo (Gerizim) do que naquela casa maldita?” (BARCLAY, 1955, Vol.1, p. 142). Os peregrinos que se dirigiam às festas em Jerusalém frequentemente eram molestados nas armadilhas, até mesmo em confrontos sangrentos e mortais, razão pela qual muitos romeiros evitavam este caminho; passando pela estrada a leste, beirando o rio Jordão, muitas vezes consumindo o dobro do tempo nas suas viagens. Como exemplo, personagens mais detestados pelos samaritanos: o sacerdote Eli, promotor da cisma de Siló, o rei Salomão, construtor do templo de Jerusalém e o “escriva Esdras, falsificador do texto da Torá” (BARRERA, 1996, p.243). Durante a administração romana de Copônio (6-9 d.C.) na ocasião da festa da Páscoa em Jerusalém, alguns samaritanos, aproveitando-se da escuridão da noite, espalharam no pátio do Templo ossos humanos com o objetivo de tornar impuro o ambiente. Desse modo, a profanação era tão grave que foi necessário interromper a realização da festa naquele ano! Em 52, grupos de judeus atacaram cidades samaritanas para vingar os assassinatos de peregrinos galileus, que na ocasião da festa em Jerusalém foram atacados e mortos. Mais ou menos no ano 300, o rompimento entre Samaria e Judéia foi tão radical, a ponto de os samaritanos serem considerados como pagãos. Porventura, um samaritano se convertesse ao judaísmo, era submetido a uma nova circuncisão. Até o presente tempo, os samaritanos se valorizam grandemente, pelo fato de serem descendentes de patriarcas judaicos, porém, os judeus lhes negavam este privilégio, chamando-os de “cutianos”, de descendentes, de colonos persa-medos estranhos ao povo judeu. Esse tratamento era prevalente na época do século I, quando era negada aos samaritanos qualquer ligação sanguínea com os judeus. Esse preconceito como pagãos, implicava na recusa a recepção do imposto do Templo, sacrifício pelo pecado

ou de qualquer outra oferta. Aos samaritanos não era permitido circuncidar um judeu, nem tampouco pouco a união pelo casamento. Os samaritanos, especialmente as mulheres, eram considerados “desde o berço” (portanto sempre) impuros no mais alto grau, e portadores de impureza cerimonial.

Nos evangelhos há outros registros de hostilidades. Em João 8,48 “Responderam, pois, os judeus e lhe disseram: Porventura, não temos razão em dizer que és samaritano e tens demônio?” Naquela época, era considerada uma grande ofensa, alguém chamar outro de samaritano. Em (Lucas 9,51-56) há outra informação de refrega dos discípulos com alguns samaritanos. Jesus e os discípulos se dirigiam a Jerusalém, entraram numa aldeia dos samaritanos e pediram uma pousada ali, mas eles não os receberam, então Tiago e João sugerem a Jesus que com o fogo do céu consumisse aquela aldeia e seus habitantes (DODS, s.d. p.723-732).

A inserção da narrativa da mulher samaritana tem por objetivo apresentar a intervenção de Jesus na rivalidade, discriminação e confronto seculares entre judeus e samaritanos na tentativa de desfazer esta inimizade.

#### 2.1.6 Jesus em Samaria

Neste contexto social de hostilidade é que Jesus atravessa a região de Samaria, narrada no evangelho de João, capítulo quatro, do versículo um a quarenta e dois. No entanto, para esta exposição, só serão destacados alguns poucos versículos selecionados para enquadrar o assunto dois dias impactantes em Samaria.

Nesta perícopé, João, o possível autor deste evangelho, tenta ressaltar um encontro e conseqüente diálogo não habitual para o contexto, e porque não dizer absurdo e impróprio – conversação entre um homem e uma mulher em público, sendo um judeu e uma samaritana, que no decorrer da conversa, percebe-se que ela tinha uma conduta matrimonial irregular. De acordo com o tabu da época, os homens não mantinham conversas com mulher, nem mesmo com a sua própria esposa, quer em público ou a sós. E como foi exposto acima, muito menos um judeu com uma samaritana.

### 2.1.7 Necessidade de passar por Samaria

O versículo 4 diz: “E era-lhe necessário atravessar a província de Samaria”. A rota de Jerusalém para Galileia, atravessando Samaria gastava-se três dias passando pela estrada a leste; se beirando o rio Jordão. Era um caminho bem mais longo e despendia-se quase o dobro do tempo. Um judeu ortodoxo ou um fariseu evitavam este caminho para não se contaminarem, nem terem que enfrentar qualquer afronta dos samaritanos. Longman afirma que a necessidade de Jesus passar por Samaria, pode ter sido de natureza prática, a fim de poupar tempo e energia, ou esta razão pode ter sido de natureza teológica com o propósito de encontrar alguém ali. Provavelmente, aceitam-se ambos os motivos (LONGMAN, 2007, p.409). Com certeza, João sugere que Deus desejou que Jesus tomasse este caminho, como divina necessidade, a fim de encontrar com alguém de Samaria, neste caso, a mulher samaritana, porque esta era a missão exigida como o desígnio de Deus a Jesus. Esta necessidade persistia na natureza da missão e da visão da vontade de Deus, ou fazia parte do plano divino a carência que Jesus tinha que passar em Samaria. João usa a expressão – “é necessário” apontando para uma necessidade compeltiva, i.e., uma ação de compelir. Há expressões semelhantes usadas neste evangelho (3,7.14; 9,4; 10,16; 12,34; 20,9). Por exemplo: Jesus tinha de vir ao mundo como “a luz do mundo” (9,5) quer dizer, era imperativo que Jesus seja esta luz.

### 2.1.8 Resposta da mulher a Jesus que pede água

O versículo 9 registra a surpresa desconfiante e a atitude desdenhosa da mulher, diante da solicitação de Jesus, pedindo-lhe água para dessedentar-se, talvez porque precisaria do seu utensílio: “Como sendo tu judeu pedes de beber a mim, que sou mulher samaritana?” (porque os judeus não se dão com os samaritanos). Provavelmente Jesus pediu a água à mulher, porque ela já tinha abastecida a sua vasilha na qual levaria a sua água. “A proposta de Jesus era causar surpresa, porque judeus não bebiam de um copo em que os samaritanos tivessem tocado os lábios, e Jesus não tinha seu próprio utensílio” (ALLEN, 1970, p.251) A explicação adicional do autor - porque os judeus não se dão com os samaritanos pode significar “usar junto

com” i.e., comungar no uso de algum objeto, assim judeus e samaritanos não mantêm uma relação familiar e amigável. E a mulher disse sarcasticamente: “Senhor, tu não tens com que a tirar, e o poço é fundo” (v.11). O que a mulher estava dizendo a Jesus é que ela não iria ceder a sua vasilha para Jesus beber. Conforme os regulamentos rabínicos da época, restringia-se rigorosamente o uso comum de vasilhames entre judeus e samaritanos, com base no conceito discriminatório de que as mulheres samaritanas supostamente acometidas de impurezas rituais, continuamente por estarem menstruadas desde o berço, impureza esta que poderia ser transmitida a qualquer objeto por elas manuseado, quer fossem utensílios de cozinha, vestimentas, assentos, selas de montaria, salivas ou até urina, etc.

Jesus proposital e manifestadamente ignorou tais formalidades cerimoniais existentes na época, e a sua insistência ousada para com a mulher samaritana podem significar que ele queria demolir o muro do sectarismo erigido pelos regulamentos judaicos.

#### 2.1.9 Condição matrimonial da mulher Samaritana

Buscar água. Diz o texto bíblico que este encontro sucedeu-se “por volta da hora sexta”, possivelmente ao meio dia. Por que uma mulher viria buscar água, certamente carregando uma vasilha de barro, numa hora muito quente? É comum executar tal tarefa numa hora menos calorenta, mais fresca e amena como de manhã cedo, em vez de, em uma hora de maior calor. Naturalmente, há de convir, que ela escolhia estas horas para evitar contato com outras mulheres.

Nos versículos 16 a 18 o autor traça a condição social da mulher exalada diante da ordem incômoda de Jesus: “Vai, chama teu marido e vem cá; ao que lhe respondeu a mulher: Não tenho marido. Replicou-lhe Jesus: Bem disseste, não tenho marido; porque cinco maridos já tiveste e esse que agora tens não é teu marido; isto disseste com verdade”.

Segundo o código rabínico, só era permitido três divórcios, assim a mulher havia excedido às leis, e conseqüentemente, encontrava-se em estado irregular. Além do mais, ela vivia com um homem sem ter se casado com ele, portanto, a sua atitude estava socialmente reprovada e esta é a provável razão de ir buscar água numa hora imprópria. E Jesus por alguma razão pôde perceber esta situação da mulher, quando

Ele usou, a fim de fazê-la refletir na sua posição diante de Deus, antes de obter a água da vida.

O diálogo prossegue ao ponto de Jesus revelar que ele é o Messias: “Eu o sou, eu que falo contigo” (v.26). A mulher tinha um conhecimento acerca do Messias, o aguardava, e assim se expressa: “que há de vir o Messias, chamado Cristo; quando ele vier, nos anunciará todas as coisas” (v.25). E Jesus acrescenta às palavras da mulher, dizendo: Eu sou o Messias que tu falas, assim revelarei todas as coisas a ti. E a mulher entendeu a revelação de Jesus, e pressurosamente, sai correndo a sua cidade a fim de anunciar que possivelmente havia encontrado o Messias: “Vinde comigo e vede um homem que me disse tudo quanto tenho feito. Será este, porventura, o Cristo?” (v.28,29).

#### 2.1.10 Solicitação da permanência de Jesus entre os samaritanos

O testemunho da mulher foi tão convincente que “aqueles homens” saíram da cidade e vieram ter com Jesus (v.30). E João relata que “muitos samaritanos daquela cidade creram nele, em virtude do testemunho da mulher, que anunciara” (v.39). Mas o maior acontecimento que sucedeu este encontro é que, tendo em vista as hostilidades ocorrentes já descritas abundantemente acima, os próprios samaritanos deixam de lado as rixas e solicitam a Jesus “que permanecesse com eles; e ficou ali dois dias” (v.40).

Este pedido é extremamente incomum, tendo em vista que o próprio autor faz uma observação: “porque os judeus não se dão com os samaritanos” (v.9).

O verbo permanecer em outros escritos tem um significado comum, mas neste evangelho tem um profundo e rico conteúdo teológico. Tanto que a ocorrência deste verbo neste evangelho ocorre 40 vezes! “Ele tem o significado de habitação temporária de Cristo (14,25), desde antes da sua glorificação até a vinda do Espírito, ele pode permanecer um certo tempo limitado – como aqui, dois dias” (BARRETT, 1978, p.243).

### 2.1.11 O salvador do mundo

Enquanto permaneciam em Samaria não há qualquer menção das atividades de Jesus e seus discípulos naqueles dois dias. É de suma importância observar que eles não se importaram em conviver com os samaritanos comendo, bebendo e usando todos os utensílios e móveis, em contato com todos os acessórios dos samaritanos. Isto significa na prática que, para as leis cerimoniais e rituais de pureza, não há importância no reino de Deus e nos seus ensinamentos.

Mas os dois versículos finais desta narrativa são suficientes para revelar o resultado da estada ali “Muitos outros creram nele, por causa da sua palavra, e diziam à mulher: Já agora não é pelo que disseste que nós cremos; mas porque nós mesmos temos ouvido e sabemos que este é verdadeiramente o Salvador do mundo”(vs.41,42). João assinala que os samaritanos declararam que Jesus é “o Salvador do mundo”, não dos judeus, nem dos samaritanos, nem tampouco dos gregos ou romanos, mas do mundo. Curiosamente o Antigo Testamento nunca aclama o Messias de Salvador (TREMPER LONGMAN III & GARLAND, 2007, p. 408-416)

### 2.1.12 Postura de Jesus em relação aos samaritanos

Quando Jesus enviou os doze discípulos para anunciar a mensagem do reino de Deus, ele deu a seguinte instrução: “Não tomeis rumo aos gentios, nem entreis em cidade de samaritanos; mas, de preferência, procurai as ovelhas perdidas da casa de Israel” (Mt 10,5-6). Esta instrução era inicial, mas ela abrangia cada vez tanto os samaritanos quanto os gentios. Assim, para responder a pergunta ardilosa de um escriba judeu, Jesus narrou a famosa e imortalizada parábola do bom samaritano (Lc 10,30-35). Por sinal, o mesmo evangelista registra a cura dos dez leprosos e que somente um é que volta para agradecer a Jesus e este é um samaritano (Lc 17,11-19). Ao encerrar o seu ministério terreno, antes de ascender aos céus, Jesus deu ao povo reunido a seguinte ordem: “Recebereis poder, ao descer sobre vós o Espírito Santo, e sereis minhas testemunhas tanto em Jerusalém como em toda a Judéia e Samaria e até aos confins da terra” (At 1.8). Samaria foi considerada uma unidade especial (TENNEY, 2008, p.428).

### 2.1.13 Postura dos discípulos em relação aos samaritanos

Ao receber a tarefa da Grande Comissão, a unção do Espírito Santo, e somada pela perseguição levantada aos seguidores de Jesus, foram os mesmos dispersos pelas regiões da Judéia e Samaria. Filipe, um dos sete homens escolhidos provavelmente como diácono, com a imposição de mãos, foi a Samaria e evangelizava. Lucas mencionou o trabalho deste evangelista com as seguintes palavras: “descendo à cidade de Samaria, anunciava-lhes Cristo. As multidões atendiam unânimes, as coisas que Filipe dizia, ouvindo e vendo os sinais que ele operava [...] e houve grande alegria naquela cidade” (At 8,5-8). Os apóstolos que estavam em Jerusalém ouviram notícias de que os samaritanos receberam a palavra de Deus, e enviaram Pedro e João. Chegando eles em Samaria oraram por eles, para que os samaritanos também recebessem a unção do Espírito Santo, e com a imposição de mãos, assim aconteceu (At 8,14-17).

É possível, mas de algum modo certo, que a cidade de Samaria recebeu a visita de Filipe que a evangelizou, uns poucos anos depois que em Sicar ou talvez perto de Siquém (At 8,4-8). Houve pronta aceitação da mensagem de Filipe, e pode-se então encontrar alguma explicação no trabalho preparatório acompanhado em sua visita por Jesus e seus discípulos (CARSON,1991, p.232).

Ao encerrar a mensagem e prática do Cristianismo transmitidos por Jesus, condenam à discriminação e ao preconceito. Pelo menos os primeiros discípulos seguiram à risca, evangelizando os samaritanos, assim como Jesus fez e instruiu. Tanto a visita de Jesus como a evangelização por Felipe, surtiram grandes resultados. Certamente as barreiras étnica, política e religiosa foram renunciadas, para alcançar o objetivo cristão de agregar-se em torno da mensagem salvadora de Cristo. O grande apóstolo Paulo, que fora um ferrenho fariseu judaico, depois do seu encontro com o Cristo vivo escreveu: “Dessarte, não pode haver judeu nem grego; nem escravo nem liberto; nem homem nem mulher; porque todos vós sois um em Cristo Jesus” (Gl 3.28).

O exemplo de Jesus, de desconsiderar e desprezar os preconceitos e discriminações seculares é impressionante, digno de ser imitado, reproduzido. Certamente, numa sociedade de estrutura piramidal escravagista, como o império romano e suas províncias, estariam saturados de tais males sociais, como: busca

selvagem de interesses pessoais, separação repulsiva de classes sociais, como bairro separatista, denominações pejorativas. Enfim, não há como descrever tantas desgraças.

## 2.2 CURA DE UM PARALÍTICO EM UM SÁBADO - JOÃO 5, 1-18

A Bíblia trata as desigualdades sociais, assim, preferiu destacar sobre as hostilidades religiosas das autoridades judaicas com Jesus. Cristo, trata o problema de desigualdades, entre os religiosos e os pecadores e o povo comum, no Evangelho de João. João se refere aos judeus de duas maneiras: judeus de modo geral como o povo e as autoridades religiosas judaicas. Muitos confrontos registrados neste evangelho, entre Jesus e as autoridades religiosas eram, na maioria, provocados pelas diferenças de interpretação das leis e suas aplicações, que causavam discrepâncias doutrinárias e as práticas cerimoniais no dia a dia.

### 2.2.1 O ambiente do ocorrido

Diz o texto bíblico aludido que o incidente sucedeu-se na ocasião de uma festa - “havia uma festa dos judeus” (v.1). As principais festas nacionais judaicas eram: Páscoa em março e abril, e cinquenta dias depois a de Pentecostes e nos meses de setembro ou outubro era a Festa do Tabernáculo. Bruce comenta que as partes centrais do Evangelho de João são narradas seguindo a cronologia associada às diversas festas do ano, observa-se: festa da Páscoa em 6,4; Tabernáculo em 7,2; Dedicção em 10,22; Páscoa (de novo) 11,55. Esta menção sem o nome da festa, neste versículo, é a única neste Evangelho. Köstenberger (ARNOLD E. Zondervan Illustraed Bible, 2002, vol.2, p.54) sugere que a referência de “festa dos judeus” que era convencional nome para a Festa dos Tabernáculos, conforme as referências textuais (1Re 8,2,65; 12,32; 7,8; Ne 8,14,18; Sl 81,3; Ez 45,25; Jo 7, 2,10,14, 37). Estas três festas eram legalmente obrigatórias o seu comparecimento de todos os judeus do sexo masculino que residiam a 20 milhas de Jerusalém (aproximadamente 32 km). O Evangelista é cuidadoso em registrar que Jesus sempre cumpria com muito



cuidado seus deveres religiosos judaicos participando com satisfação destas grandes festas com seu povo.

Esta presença de Jesus em Jerusalém é a segunda das três registradas por João neste evangelho, ao que tudo indica, Jesus veio sozinho, sem a companhia dos seus discípulos, porque não há menção de suas presenças. Köstenberger, (2002) informa que a ocasião poderia ter sido outubro de 31 d.C. Desta vez ele se encontra numa famosa piscina, cujo nome conhecido por Bethesda, que significava Casa de Misericórdia. De outro lado, há variado nome aplicado a ela nos manuscritos importantes, tal como Betezada. Bruce (1997, p. 117-118) informa que em 1960, quando o rolo de cobre de Qumrã foi publicado pela primeira vez. Neste rolo, o lugar da piscina é claramente chamado de Bethésdathain – lugar de dois derramamentos, isto é; em baixo da piscina havia uma corrente subterrânea, e quando em quando borbulhava e agitando a água da piscina. Champlin (s.d. p.337-344) menciona que a palavra explicativa “Porta das Ovelhas” não consta nos originais mais conhecidos. Por outro lado, algumas traduções mencionam “Mercado das Ovelhas”, talvez originado pela referência a Neemias 3,1.32 – “Porta das Ovelhas”. O tanque servia para lavar as ovelhas antes de serem levadas para o sacrifício nos rituais do templo. O mesmo autor relata que Orígenes, aproximadamente no século 3 d.C., faz descrição do lugar, o que certifica essa revelação. Recentemente, os arqueólogos descobriram um vestígio de um tanque na região noroeste da Cidade Velha, que corresponde de maneira exata às descrições do evangelho, sob o atual mosteiro de Santa Ana em Jerusalém. Bruce (1997, p. 117-118) conta a história que um século depois, os peregrinos de Bordeaux em visita a Jerusalém em 333 d.C. mencionam assim: “há na cidade um tanque duplo com cinco arcados, chamado Betsaida, e também por Cirilo de Jerusalém descrevem acerca da piscina e evidencia a descoberta”. Keener (2017, p. 310 – 312) assinala que os tanques eram bem grandes, equivalendo à dimensão de um campo de futebol, e tendo aproximadamente seis metros de profundidade. De acordo com a narrativa, possivelmente tinha dois tanques adjacentes, um para o norte e outro para o sul, em forma de trapézio, cercados por quatro entradas e separados por um quinto pórtico; possivelmente reservado para homens e mulheres. Eram cobertos para abrigar-se de chuva e vento, onde jaziam todo tipo de enfermos e aleijados, que fizeram do lugar uma espécie de santuário de curas milagrosas, porque havia crença de que ocasionalmente desciam os anjos e agitavam as águas da piscina, conforme a descrição no versículo 4 “esperando que se movesse a água.

Porquanto um anjo descia em certo tempo, agitando-a; e o primeiro que entrava no tanque, uma vez agitada a água, sarava de qualquer doença que tivesse”. Curadores eram muito procurados no mundo antigo, quer na sociedade judaica ou greco-romana, “assim a literatura rabínica fala de Hanina Ben Dosa que atuou como fazedor de milagres e curandeiro pela fé no primeiro século d.C. na Galileia” (KÖSTENBERGER, 2002, p.53). E no mundo helenístico, os santuários eram dedicados a Asclépios e a outros deuses da cura. João reputa este episódio ser de grande destaque pelo fato de único a ser mencionado para o segundo ano de ministério de Jesus.

Não se pode creditar ao escritor João a adição do versículo quatro, do comentário sobre a aparição milagrosa e terapêutica de um anjo nas águas da piscina - “esperando que se movesse a água. Porquanto um anjo descia em certo tempo, agitando-a; e o primeiro que entrava no tanque, uma vez agitada a água, sarava de qualquer doença que tivesse”. São expressões que ocorrem nas citações feitas por Tertuliano, Ambrósio e Crisóstomo (CHAMPLIN, s.d., p.340). Nos melhores textos manuscritos do Evangelho de João não consta esta nota explicativa. Assim a evidência textual mais comprovada favorece a omissão. Provavelmente algum copista escriba posterior, familiarizado com a tradição da cura em Betesda, tenha adicionado, a fim de explicar a razão da aglomeração de tanta gente ao redor da piscina. Este provável acréscimo tem a evidência de superstição do povo. A religiosidade popular da antiguidade tendia a este tipo de fé que se propagava espontaneamente. Os povos primitivos criam em todo tipo de espíritos e demônios que habitavam em árvores, rios, corrente, colina ou piscina abrigavam suas residências. A sacralidade e santidade da água predominantemente dos rios e das fontes tinham uma grande veneração. A fama de um lugar de curas milagrosas se divulgava de tal maneira que vivia sempre repleto de pessoas enfermas, na esperança de que viriam a ser curadas. Eles tinham preocupação pela água porque era essencial à vida, principalmente nas regiões mediterrâneas onde a escassez da água era patente, por exemplo nas regiões áridas da Judéia. Outras vezes os rios causavam inundações frequentes como o caso do rio Orontes de Antioquia, que causava enchentes poderosas e perigosas, sem falar dos rios Nilo, Tigre, etc. O movimento periódico da água do tanque ocorria provavelmente, porque o tanque recebia fluxo da água de uma fonte intermitente subterrânea que de vez em quando fluía no tanque (possivelmente uma fonte medicinal, a julgar das referências antigas ao tom vermelhado da água). O Judaísmo tradicional não aprovava a crença na cura supersticiosa neste tanque de Betesda. Além disso, os

santuários de curas milagrosas eram, na maioria das vezes, caracterizados, de cultos pagãos do deus Asclépios, deusa Tique de Antioquia, de Ártemis de Éfeso. Na maioria desses santuários era exigido que o requerente se purificasse na fonte anexo ou nalguma fonte de água anexa. Entretanto, autoridades judaicas consentiam a tal prática religiosa popular. Os religiosos zelosos com receio de contaminar-se cerimonialmente evitavam aproximar-se deste ambiente (BARCLAY, 1965; BRUCE, 1997; CHAMPLIN, s.d.; LÉON-DUFOUR, 1996; KEENER, 2003; KÖSTENBERGER, 2004; MOUNCE, 2007).

### 2.2.2 Cura da enfermidade

João não se ocupa em detalhar a enfermidade do homem, apenas descreve que é um parálítico. O termo empregado para descrever a doença é “*qhrwn*”, isto é, “paralítico” ou pode indicar coxo, extremamente fraco ou desativado. No entanto, ele enumera os anos que ele padece desta doença, “trinta e oito anos” e acrescenta a lamúria do enfermo “Não tenho ninguém que me ponha no tanque” (v. 7), quer dizer: por todo este tempo nada se sucedeu para alterar ao estado da doença. Bruce insinua que “não está dito que este homem esteve deitado todos os trinta e oito anos à sombra das colunas de Betesda; devemos presumir que ele era levado para lá regulamente” (1997, p.114). O conceito judaico de enfermidade e seu conseqüente sofrimento eram decorrência do pecado, assim, misteriosa e irremediavelmente a transgressão e a doença se relacionavam. As Escrituras afirmam que os sofrimentos às vezes são resultados da quebra da lei de Deus (cf. 9.2,3; 2Sm 4.4; 1Rs14.4; 2Rs13.14) e é conseqüente punição d’Ele contra a infração (1Rs13.14; 2Rs 1.4; 2 Cr 16.12). Quando um homem padece de uma enfermidade, fatalmente este estava em pecado. No tempo de Jesus, os judeus tinham concepção de que o sofrimento era resultado direto de pecados, assim; quando os discípulos avistaram o cego de nascença, perguntaram a Jesus: “Mestre, quem pecou, este ou seus pais para que nascessem cego?” (Jo 9.2). Literatura rabínica afirma sucintamente “Não há morte sem pecado, e não sofrimento sem iniquidade” (b. Sabb. 55<sup>a</sup> com referência Ez 18.20; atribuído a R. Ammi [c. A.D. 300] KÖSTENBERGER, 2004, p. 57). Também, os rabinos afirmavam: “O doente não levanta da sua doença, até seus pecados serem perdoados” (BARCLAY, 1965, p.180). Assim, neste episódio, depois de efetuada a cura; Jesus o adverte

dizendo: “Olha que já está curado; não peques mais, para que não te suceda coisa pior” (v.14).

A narrativa da cura do paralítico que João descreve segue uma sequência ordenada das condições que manifestaram o poder de Deus, usando a forma verbal imperativa, em proporção em que o paralítico pode atender.

Os relatos antigos de cura, provavelmente para aumentar a importância e a credibilidade de tal milagre, mencionavam o período acometido pela doença, assim: mulher encurvada há dezoito anos (Lc 13,13); mulher que sofria de hemorragia há doze anos – Mc 5,25; e este paralítico há trinta e oito anos.

Jesus, por alguma razão, conhecia o tempo de espera do paralítico na beira do tanque e faz uma pergunta muito explícita: “Queres ser curado?” A pergunta de Jesus aponta para o cerne do problema do homem. É uma pergunta óbvia – será que este homem realmente queria ser curado? Era uma maneira de iniciar a conversa, procurando desviar a sua preocupação da eventual descida de um anjo, do movimento da água e da descida para o tanque, mas para a pessoa de Jesus. É impressionante a franqueza na demonstração da sua imponência: “Não tenho ninguém que ponha no tanque, quando a água é agitada” (v.7). Nota-se que este enfermo, naturalmente todos os outros compartilhavam a crença comum das propriedades terapêuticas da água agitada, e que o autor também tinha o conhecimento da crença acerca da descida do anjo e da agitação no tanque.

Não houve súplica da parte do homem pela cura, mas, Jesus ao fazer esta pergunta tinha o propósito de gerar no homem a fé, a esperança e um profundo desejo de ser curado. Homem precisava se dirigir a Jesus e brotar no seu coração o desejo intenso de alcançar a cura. E Jesus ordena: “Levanta-te, toma o teu leito e anda”. Cama ou leito era uma esteira, provavelmente, feita de palha, simples de carregar. Foram três palavras munidas de poder. Como que Jesus dissesse: “Homem, submeta tua vontade neste esforço”, quer dizer: Deus atua junto com o esforço humano. Assim, o homem acolheu o mando de poder de Jesus, fez esforço e a cura se realizou. Eiso caminho para a vitória (LÉON-DUFOUR, 1996, p.20) realça o verbo andar em duas ocasiões, (v. 8,9,11,12) com Jesus e com os fariseus. O autor entende que o problema principal do paralítico é o andar e destaca usando o verbo quatro vezes. O paralítico permanecia deitado (v. 3,6) e Jesus ordena “Levanta-te”, e o verbo é tradicionalmente utilizado no NT para significar a ressurreição, isto é, o que Jesus estava ordenando é que o paralítico se ressuscite. E a descrição joanina quanto à cura é surpreendente:

“imediatamente, o homem se viu curado e, tomando o leito, pôs-se a andar” (v.9). De acordo com a descrição do diálogo com Jesus, o paraplético não o conhecia “não sabia quem era” (v.13) e não demonstrou qualquer expectativa de resolver suas necessidades, não que ele não tivesse fé, porque ele não sabia quem havia feito a pergunta “Queres ficar sarado?” (v.6). Como diz Bruce (1997, p.115): “Ele foi curado pela virtude do fato de observar a ordem que era o efeito de poder [...] Ele recebeu poder para fazer o que um momento antes tinha sido totalmente além da sua capacidade”. João valida a cura da enfermidade por empregar verbos que autenticam súbito e permanente restabelecimento. O verbo “tomando o leito”- (*hren*), está no aoristo, isto é, pode ser traduzido “ele pegou de uma só vez”; e o verbo “pôs-se a andar” está no tempo presente e demonstra algo como “estava andando” no presente momento. Há uma advertência frequente que Jesus usava e foi dada ao curado “Olha que já estás curado; não peques mais, para que não suceda coisa pior” (v.14). Esta proibição está no tempo presente que significa que Ele estava se referindo para algum pecado que o homem estava vivenciando naquele tempo. “O dom de uma vida sadia requer uma conduta justa” (LÉON-DUFOUR, 1996, p.28).

O registro joanino esclarece que o dia em que o paraplético foi curado: “era sábado” (v.9). Quando os judeus viram o homem curado carregando a esteira no sábado, objetaram dizendo: “Hoje é sábado, e não te é lícito carregar o leito” (v.10), e interrogaram: “Quem é o homem que te disse?”, o ex-paraplético justifica-se da acusação dos fariseus, dizendo: “O mesmo que me curou me disse: toma o teu leito e anda” (v.11). Bruce (1997, p.116) argumenta que homem curado transferiu a culpa para Jesus, mas o homem sarado não sabia quem era o autor da cura e da referida ordem, no entanto, o ex-paraplético quis considerar que a lei que efetuou a cura era superior à da lei do sábado. Multidão de homens e mulheres, que jaziam naqueles alpendres aguardando alguma intervenção divina, não tinham sido ajudados pelas autoridades religiosas, nem incomodados, mas o homem restabelecido, pelo fato de ter sido num sábado, é intimado! Agostinho dizia (Tractates on the Gospel of John, 21.6, MOUNCE, 2007, p.424) “Eles procuravam trevas no Sábado mais do que luz do milagre”. João não especifica a ocasião da festa, mas registrou enfaticamente que a cura foi feita num dia de sábado. León-Dufour especula que a cura do paraplético num dia de sábado estaria no centro da interpretação (LÉÓN-DUFOUR, 1996, p. 20). Os judeus sustentavam, que a causa do seu exílio, era por ter negligenciado à lei de Deus, assim traspassaram para outro extremo de elaborar milhares de regrinhas e

regulamentos minuciosos sobre as leis, para que um religioso jamais viesse a transgredir menor parte da Lei de Deus. Assim prescreveram trinta e nove diferentes classificações de trabalho e uma delas a de catalogar como e que peso poderiam carregar neste dia, embasadas em Jeremias 17.19-27 e Neemias 13.15-19. A última da lista era carregar algo pesado de um lugar a outro. No tempo de Jesus, a lei judaica proibia explicitamente o transporte de objetos no sábado, pois consideravam o ato de uma forma de trabalho. Assim, o homem ao carregar seu catre no dia de Sábado estava violando a lei rabínica e estaria sujeito à morte. O sarado, quando autuado pelos judeus por carregar a sua esteira, defende-se dizendo que estava cumprindo a determinação do que o curou.

“Disse-lhe Jesus: Levanta-te, toma o teu leito e anda” (5,8). Jesus deu três ordens ao paralítico: 1º - “Levanta-te”; 2º - “toma o teu leito” e 3º - “anda”. O andar, isto é a cura, dependia de acatar a ordem de levantar e recolher a esteira. Recolher a esteira era uma das condições para ser curado, então, este mando estaria acima da proibição de carregar o leito no dia de sábado.

Quando o ex-paralítico começou a andar as autoridades religiosas o impediram de carregar o seu leito: “Hoje é sábado, e não te é lícito carregar o leito” (v.5,10). E o homem respondeu: “Aquele que me curou, esse mesmo me disse: Toma o teu leito e anda” (5,11). “Isto pode ser que ele estava implicando que qualquer um que pudesse realizar um feito tão notável possuía uma autoridade que substituía a lei rabínica” (MOUNCE, 2007 vol. 10, p.423).

Jesus interpretava que Deus criou o sábado para o benefício e não para fardo para o homem. Desta maneira, tratava a questão de cura e alívio não como trabalho proibido no Sábado, mas como o cumprimento do plano divino na instituição do Sábado.

### 2.2.3 Acusação dos judeus contra Jesus

Qual foi a causa principal, porque líderes religiosos afrontaram a Jesus ao ponto de determinar a sua morte? Pretexto decisivo foi que Jesus como um líder religioso, não estava atuando conforme às práticas da seita dos fariseus; na observância minuciosa da tradição dos anciãos, pelo contrário, Jesus incriminava tais ensinamentos e práticas. Outro possível motivo, é que além de Jesus não observar a

tradição dos anciãos, operar muitos milagres e curas que suscitavam inveja dos religiosos. Quem sabe eles deduziam as declarações de Jesus quanto à sua pessoa, missão e autoridade como real blasfêmia contra Deus. Quando eles indagaram ao restaurado, quem o havia efetuado tal cura? Provavelmente a intenção deles não era de querer conhecer a celebridade do agente do milagre, mas com grande desdém, queriam identificar este atrevido, milagreiro, intruso para acusação e condenação. Infelizmente, a inveja é bem maior que partilhar dos benefícios obtidos, depois de trinta e oito anos de sofrimento. Champlin (s.d. p.337-344) insinua que pelo fato de Jesus vir se recusando a comandar, como um rei, uma revolta armada contra dominação romana, a multidão se sentia impaciente e frustrada que consentiu na sua morte.

### 2.3 CURA DO CEGO DE NASCENÇA - JOÃO 9, 1-41

A descrição da cura do cego de nascença é um texto que representa o confronto de um pobre cego e esmoler com a autoridade religiosa de Jerusalém, a respeito da cura no dia de Sábado, ao ponto de o ex-cego ser excomungado da Sinagoga. O texto se caracteriza por servir-se de várias perguntas e a real importância da narrativa está nestas perguntas.

#### 2.3.1 Cura do cego – Jo 9,1 a 12

A mentalidade da época atribuía desgraça ao efeito do pecado. Não faltavam opiniões rabínicas, segundo as quais a criança podia pecar no seio da mãe e os defeitos corporais congênitos eram devidos às faltas dos pais (Ex 20,5; 34,7; Nm 14,18; Dt 5,9; Jr 31,29; Ez 18,2). No capítulo anterior Jesus ensinava no Templo (8, 20), mas por causa da ameaça de querer apedrejá-lo, “ocultou-se e saiu do Templo” (8,59). Este episódio da cura do cego, ocorreu, provavelmente numa das ruas de Jerusalém, perto do Templo, onde o fluxo de gente era muito grande, assim “passando Jesus viu um homem cego de nascença” (9,1). Esta expressão ocorre só aqui (BROWN, 1966, p.371) sustenta que a sentença é descritiva, isto é, como se estivesse se afastando do Templo. Nos capítulos 7 e 8, não há menção de discípulos, só reaparecem neste incidente – e eles: “Perguntaram-lhe os seus discípulos” (9,2). Parece que o autor do Evangelho tinha a intenção de envolver os discípulos neste

confronto do pecado original, conseqüentemente, o pecado da cegueira e a excomunhão do homem. Assim, inicia-se a narrativa com a pergunta, “Rabi, quem pecou, este ou seus pais, para que nascesse cego” (9,2)? Os judeus sem hesitação ligam o sofrimento ao pecado. Não há menção do nome dele, apenas, ‘cego de nascença’. E o pecado ante natal era reconhecido como possível; ver Gn 25,22. (Quando uma mulher grávida adora num templo pagão, fetos também cometem idolatria). Apesar disso, o pecado pré-natal cometido pelos pais, estando a criança ainda em formação, juntamente com a doutrina da pré-existência da alma, era conhecido no Judaísmo. A frase “nascença” não é comum no NT, a expressão é grega e muito comum nos escritos seculares. Em hebraico seria do ‘ventre da mãe’ (Mt 19,12; At 3,2). De acordo com a crença judaica o sofrimento e o pecado são atados desde o nascimento, portanto, não há morte sem pecado, como também não há sofrimento sem crime (Sl 89,33). “A alma que pecar, essa morrerá; o filho não levará a iniquidade do pai, nem o pai a iniquidade do filho; a justiça do justo ficará sobre ele, e a perversidade do perverso cairá sobre este” (Ez 18,20). Um homem, como o cego de nascença, devia procurar a transgressão nos seus pais ou na existência pré-natal, para entender a possível razão deste infortúnio. Segundo a tradição, a transmissão da malignidade dos pais aos filhos é atestada no nascimento dos filhos defeituosos. O pecado ante natal era reconhecido pelo surgimento dos problemas de saúde dos nascidos, (Gn 25,22). Platão e o povo grego admitia na preexistência da alma e criam que tais almas eram boas e ao adentrar no corpo, é que se contaminavam. Por outro lado, os judeus também criam que os filhos herdavam os pecados dos pais. O Antigo Testamento era entrelaçado de ideias da possibilidade da transmissão de pecados dos pais aos filhos ainda no ventre – “Eu sou o Senhor teu Deus, Deus zeloso que visita iniquidade dos pais nos filhos até a terceira e quarta geração daqueles que me aborrecem”, Êxodo 20,5 (conf. Ex 34,7; Nm 14,18; Dt 5,9; Sl 79, 8: 109,14; Is 65,6,7; Jr 31,29). Apesar de que este preceito é rejeitado pelo profeta Ezequiel, ele afirma que a justiça é unicamente encontrada individualmente: “A alma que pecar, essa morrerá; o filho não levará iniquidade do pai, nem o pai, a iniquidade do filho; a justiça do justo ficará sobre ele, e a perversidade de perverso cairá sobre ele” (Ez 18,20). “É uma coisa que nunca deve se esquecer que nenhum homem vive para si mesmo e nenhum homem morre para si mesmo. Um homem peca, ele põe em movimento um conjunto de conseqüências que não tem fim” (BARCLAY, 1055, p.45).



A utilização da saliva para fins medicinais era conhecida desde a antiguidade, principalmente para as afecções oculares. João particulariza o uso de saliva, neste caso do milagre do cego de nascença, para preparar a pasta com o barro, a fim de untar os olhos do cego.

O fato narrado por João tem conteúdo muito mais profundo e de grande alcance do que o dos sinóticos. O pedinte cego provavelmente era bem conhecido, pelo fato de estar à beira da rua nas proximidades do Templo. Assim os vizinhos e os conhecidos perguntam insistentemente, quem foi o operador da cura. Os antigos relacionavam, sem embaraço, o sofrimento ao pecado, assim, a mentalidade da época era que toda desgraça tinha como causa o pecado. Os defeitos corporais nativos eram causados pela falta cometida pelos pais. No entanto, toda a história e todos os fatos servem para glorificar a Deus. Nesta ocorrência, o escritor registra as palavras de Jesus em resposta aos discípulos, dizendo: “Respondeu Jesus: Nem ele pecou nem seus pais, mas foi para que nele se manifestem as obras de Deus” (v.3).

Nestas palavras de Jesus há três termos muito relevantes no seu propósito. O primeiro é “para que - *hina*”, conjunção. Esta expressão é peculiar no Evangelho de João, que enfatiza o propósito essencial no seu ministério. E neste caso, é a cura do cego de nascença que cumpre o objetivo glorioso, porque não está associada aos pecados do cego e nem dos pais, mas unicamente para engrandecer a Deus. O segundo termo é “importa – *dei*”, que significa a necessidade imperiosa de realizar a incumbência do Pai. Tarfon, 130 d.C., diz: “o dia é curto e a tarefa é imensa e os trabalhadores são ociosos e a recompensa é abundante e o dono da casa urge” (BARRETT, 1978, p.357). O último termo é “obra - *erga*”, que demonstra a ação de Deus executada, isto é, a sua missão divina aqui na terra por meio do seu Filho.

A história começa no v. 1 com um homem cego que ganha a sua vista e termina no v.41 com os fariseus que se tornam cegos espiritualmente.

Em cada uma delas, o ex-cego dá voz a declarações que trazem um conhecimento cada vez mais profundo de Jesus. Para os vizinhos tudo que o homem sabe é que o benfeitor era um homem chamado Jesus (v.11).

A continuação mostra que está envolvido mais um enigma bíblico baseado em 2 Rs 14,6 “Os pais não serão mortos por causa dos filhos, nem os filhos por causa dos pais; cada qual será morto pelo seu próprio pecado”. Toda a história serve para a glória de Deus e sua manifestação em Jesus. *Ina* aqui expressa resultado. “Quem pecou”, o homem mesmo tinha pecado, e a cegueira era punição divina enviada. Uma

alusão ao livro de Jó, mostra que nem todo sofrimento é sempre devido ao pecado. Em outra resposta alternativa dos discípulos consta que, a cegueira do homem era divinamente enviada como uma punição pelos pecados dos pais, doutrina esta, frequentemente indicada no A.T. (Ex 20,5; 34,7; Nm 14,18; Sl 79,8; 109,14; Is 65, 6-7). Contrariamente, o profeta Ezequiel manifesta outra ideia acerca do pecado: “A alma que pecar, essa morrerá; o filho não levará a iniquidade do pai, nem o pai, a iniquidade do filho; a justiça do justo ficará sobre ele, e a perversidade do perverso cairá sobre ele”.

No tempo de Jesus os judeus criam na preexistência da alma, eles realmente entendiam essa ideia de Platão e dos gregos, ideia esta, de que as almas já eram boas ou más. A ideia que as crianças herdavam a consequência dos pecados dos pais é tecida no pensamento do AT. “Eu sou o Senhor teu Deus, Deus zeloso que visita a iniquidade dos pais nos filhos até a terceira e quarta geração daqueles que me aborrecem” (Ex 20,5; Ex 34,7; Nm 14,18; Sl 109, 14; Is 65,6.7). Uma das discussões de AT é que os pecados dos pais são sempre visitados sobre as crianças.

A alternativa é que nunca deve ser esquecida, que nenhum homem vive para si mesmo e nenhum homem morre para si mesmo. “Um homem peca, ele põe em movimento um conjunto de consequências que não tem fim”.

Há dois grandes princípios eternos. 1) A oportunidade de Jesus não tenta seguir ou explicar a conexão entre pecado e sofrimento. Ele diz que estas aflições humanas vêm com a intenção de mostrar o que Deus pode fazer. a) Para João os milagres são sempre um sinal da glória e poder de Deus. O Quarto evangelho salienta o fato de que os milagres são manifestações do poder e da glória. b) Mas há um outro sentido, de que as aflições, tristezas, dores, desapontamentos, perdas, sempre permitem mostrar a qualquer homem, o que Deus pode fazer. E até mesmo ajudando aos que estão com problemas e dores nós podemos demonstrar a glória de Deus.

Todas as doenças podem ser descritas como pecado, e este fato era reconhecido como uma ‘punição de amor’. Diferente do ocorrido de alguns dias antes, no tanque de Betesda, quando Jesus perguntou ao paraplético “Queres ficar são?” (5,6). Com o cego de nascença, Jesus mesmo tomou a iniciativa de curá-lo. Ele não perguntou se ele queria ou não, ser curado da cegueira como fez com o paraplético. Nota-se a compaixão de Jesus, o Cristo, para com o cego de nascença, uma autêntica demonstração do amor em prática, uma ação habitual no reino de Jesus, que não é deste mundo, eis a grande divergência do mundo secular, onde o clamor não é ouvido,

o sofrimento não é percebido, mesmo quando solicitado, as necessidades não são atendidas, haja vista a postura de César, quando imperador odioso, que se deleitava em humilhar, rebaixar, massacrar, ignorar, acapachar os desprovidos.

Na antiguidade nos templos pagãos, os sacerdotes/médicos untavam os olhos dos enfermos com saliva que era considerada como um remédio, acompanhado de práticas mágicas.

Irineu tem um curioso comentário no uso do barro. Ele diz que “a verdadeira obra de Deus é a criação do homem, (Gn 2,7), Deus fazendo o homem do pó da terra. O uso do barro para a cura da cegueira do homem era similar; sendo cego desde o seu nascimento, ele praticamente não tinha olhos e Jesus os criou do barro”. (BERNARD, 1985, p. 328). Mas neste caso em João, a saliva é que permite a Jesus fabricar um pouco de lama para untar os olhos do cego não é a saliva que opera milagres.

E depois que Jesus untou - lhe os olhos, ordenou ao cego ir ao Tanque de Siloé, para lavar-se do barro, ou seja, se desfazer da lama, quando iria libertar-se das trevas. Este tanque era abastecido com a água do túnel que o rei Ezequias havia mandado cavar (740 a.C.), e tinha o nome de Enviado, porque a água era enviada de Guihon para Jerusalém.

Lavar-se, conforme o texto bíblico, quer dizer aceitação da água do enviado, e "voltou vendo" (v.7). Não há menção de curas de um cego no AT, mas os profetas atribuíam as bênçãos da vinda da era messiânica à cura dos olhos do cego (Is 35,5).

### 2.3.2 Interrogatório dos fariseus ao Ex cego - 13 a 17

Era mais natural consultar os peritos na Lei do que médicos sobre este estranho caso de cura. Na época, o fenômeno de uma cura misteriosa, não se relacionava à medicina, mas à religião, por causa da questão misteriosa. Os vizinhos e os espectadores, movidos por espanto e assombro pela cura efetuada no conhecido cego, conduzem o ex-cego aos fariseus. Diz o texto que: “Então os fariseus também se puseram a perguntar-lhe como recebera a vista” (v.15), eles estavam preocupados apenas com a maneira “como” os olhos foram abertos, eles não se importaram com o fato da cura de uma cegueira tão grave, então eles inquiriram três vezes – aos

fariseus (v.15), aos pais (v.19) e ao ex- cego (v.26). Convém salientar que, mais do que isso, o dia em que ocorreu a cura, (v.14), fato proibido pela lei do Sábado (v.6). Havia 39 proibições para o dia de Sábado, tais como: abastecer a lâmpada de óleo; cortar unhas; arrancar um cabelo da cabeça ou da barba. Obviamente aos olhos de tais leis, fazer lodo com barro, era trabalho e transgredia a Lei.

Sem dúvida Jesus infringiu a lei dos fariseus, e a transgressão envolvia três aspectos: 1) fazer lodo e untar, 2) colocar saliva estando em jejum, 3) curar no sábado, quando a atenção médica só podia ser dispensada num caso de vida ou morte e o homem cego de nascença não estava em perigo de vida. Estas regras e normas eram consideradas por Jesus como de pequena monta, irrelevantes e fanáticas e assim, trouxeram o homem a Jesus, e examinou-o. Quando perguntaram ao cego qual era sua opinião sobre Jesus, ele respondeu sem hesitação, que Ele era um profeta, uma vez que ele ainda não conhecia a Jesus como Cristo (v.36). No AT um profeta era testado pelos sinais que podia produzir. Moisés garantiu a Faraó que ele realmente era mensageiro de Deus pelos sinais de maravilhas que desempenhou (Ex 4,1-17). Elias provou que era um profeta de Deus por fazer coisas que os profetas de Baal não puderam fazer (1Rs 18). Desse modo, os pensamentos do homem estavam corretos, quando ele disse que Jesus era um profeta, e ele sabia muito bem que se acompanhasse Jesus seria excomungado.

A resposta do cego de nascença, pecador, deficiente, ignorante e pobre, desafia os fariseus a ponto de causar uma divisão de opiniões entre eles. Um grupo toma como único critério de julgamento a observância da Lei, quem a observa está com Deus, quem a infringe não pode ver a Deus. Para os fariseus, não interessa o homem que sofre; para eles, o inviolável, o valor supremo, é a Lei (5, 10, 22-23). Um ponto de vista baseia-se na premissa de que, se um homem quebra a lei do sábado não pode ser de Deus. A premissa secundária era que Jesus transgrediu a lei do sábado - Jesus não é de Deus.

Diziam outros: como pode um homem pecador fazer tais sinais? Assinala para uma realidade superior, qualidade da ação, o poder de Deus. O outro ponto de vista baseia-se na premissa de que “qualquer pessoa que cura um cego – especialmente cego de nascença – é de Deus” . Adolf Schlatter, pensa que a divisão seguiu as tendências atribuídas respectivamente às escolas de Shammai e Hillel. A escola de Shammai tendia a argumentar a partir de princípios, quem quebra a Lei é pecador; a escola de Hillel tendia considerar os fatos (BRUCE, 1997, p.187).

### 2.3.3 Interrogatório aos pais do cego, v. 18 – 23

A incredulidade é uma atitude de refúgio. No caso dos judeus, de não quererem admitir o fato, duvidarem da própria autenticidade da ação, porque contrasta com suas convicções, tal atitude faz desmoronar tudo aquilo em que creem, assim passam a duvidar da própria veracidade. Desta maneira, os fariseus passam a duvidar que o homem nunca tinha sido cego e interrogam os pais “E lhes perguntaram: É este é o vosso filho, que dizeis ter nascido cego?” (v.19).

O ex-cego paulatinamente, sua mente e seus olhos são abertos acerca da verdade sobre Jesus, contrariamente os judeus se enrijecem cada vez mais, na sua obstinação religiosa. Os pais, em atitude de defesa, se resguardam em responder, somente o que é óbvio, o fato de ter nascido cego. Quanto a como se sucedeu, eles preferem esquivar-se, e se justificam que o filho tem idade e idoneidade para responder.

Naturalmente, eles estariam se regozijando com este excepcional sinal que teria causado imensa alegria, e teriam desejado manifestar tal sentimento, mas provavelmente tiveram de se conter, por causa do medo da excomunhão. “No relato da cura do cego menciona-se que a confissão do *status* messiânico de Jesus é a base para expulsão da sinagoga (Jo 9,22) “Se alguém confessasse ser Jesus o Cristo fosse expulso da sinagoga” pelas autoridades judaicas (HURTADO, 2012, p. 471).

Para as leis judaicas, excomunhão significa estar permanentemente eliminado da comunidade de Israel. João está se referindo ao fato da exclusão que realmente ocorreu com o ex-cego depois da cura. E certamente o autor dá explicação sobre a decisão tomada pelos judeus de excluir os cristãos da comunidade judaica em Jâmnia, no fim do primeiro século. Samuel o Menor, reestruturou uma das bênçãos recitadas todos os dias nas Sinagogas para impossibilitar os “nazarenos” (cristão judeus) de participarem nos cultos da Sinagoga (BRUCE, 1997, p.188). Esta bênção que tradicionalmente incluía os inimigos de Deus (“que toda a maldade pereça de repente”), teve a maldição reformulada assim “Que nazarenos e hereges pereçam de repente, que sejam apagados do Livro da Vida e não relacionados com os justos”.

### 2.3.4 Testemunho do Ex - cego 9,24 – 34

Depois que os pais do ex-cego se retiraram do interrogatório dos fariseus, foram novamente convocados, intimaram e coagiram o ex-cego a “Dar glória a Deus”. Esta era uma ordem de juramento usada antes de fazer uma declaração de testemunho ou confissão de culpa (Js 7,19; Rm 4,29). Também, especificamente na declaração verdadeira do ex-cego, exigiam confirmação sobre o caso da cura da cegueira: “Não glorifique a Deus por sua cura, e nem a Jesus, mas admita e diga a verdade”. Nós sabemos que esse homem é pecador! Eles falaram com discernimento e autoridade com base no Judaísmo em vigor. De acordo com a lei dos fariseus, Jesus tinha cometido transgressão, e neste caso, Jesus era pecador também. Indubitavelmente, Jesus realizou milagres como um profeta, mas esta ação não condizia e era inadmissível porque ele era pecador, por ter transgredido a lei do Sábado.

As palavras do versículo 29 “quanto a este não sabemos de onde é”, fazendo referência a procedência de Jesus. Assim, o povo de Jerusalém não tinha nenhum conhecimento acerca da sua origem. Erroneamente, criam que ele procedia da Galiléia (7,41), mas Jesus sempre afirmou que Ele veio do Pai.

No debate do ex-cego com os fariseus que inicia a partir do versículo 25, ele passa cada vez mais defender a Jesus e, veementemente com argumentos persuasivos e convincentes, baseados na sua própria experiência pessoal, até com certa ironia: “Se é pecador, não sei; uma coisa sei; eu era cego, e agora vejo”. (v.25). Quando os fariseus indagaram: “Que foi que te fez? Como te abriu os olhos?” (v.26). Então, ele responde com deboche: “Já disse, não atendestes”. “Quereis tornar-vos discípulos dele?” (v.27), e ele continuou dando o testemunho diante dos fariseus “Ele me abriu os olhos; sabemos que Deus não ouve a pecadores; mas, se alguém for temente a Deus, fizer a sua vontade, a esse ele ouve [...] nunca se ouviu que alguém abrisse os olhos a um cego de nascença. Se este não fosse de Deus, nada poderia fazer” (vs. 30,31,32,33). E o ex-cego se vale de critérios simples, usando uma teologia acessível, diante do que os fariseus não discutem o argumento, que é imbatível. Finalmente, os fariseus nem conseguem continuar arguindo com ele e tomam uma decisão radical – expulsam-no.

Ele percebe que os fariseus estavam em desvantagem na discussão, porque não havia respostas para seus argumentos simples e práticos. Além do mais, era

muita impertinência e vergonha para as autoridades religiosas como fariseus, serem acuados e sem repostas diante de uma pessoa iletrada, pobre e deficiente.

### 2.3.5 Comunhão com Jesus (v.35 - 41)

Os judeus expulsaram o homem e esta eliminação significa rejeição para com Jesus também. Ele soube que o cego foi expulso da Sinagoga, e ao encontrá-lo pergunta; “Crês tu no Filho do Homem?” Esta é uma pergunta que em grego requer uma resposta afirmativa e imediata. Assim, o cego pergunta: “Quem é Senhor, para que nele creia?”. Esta interrogação que o cego fez se refere à identidade de quem indagou - “Crês tu no Filho do Homem?” Então Jesus esclareceu: “Já o viste, e é ele quem fala contigo”. O homem jamais tinha visto Jesus antes.

“O verbo ver usado aqui é *horaw*, diferente do verbo utilizado até agora mas, para expressar que o ex-cego via fisicamente, ao mesmo tempo, está implícita uma visão espiritual de fé muito profunda”. Estas palavras foram suficientes para que o ex-cego pudesse entender de quem se tratava, pois Ele é profeta (v. 17), tem poder extraordinário (v. 32) e veio de Deus (v.33). Assim o cego entendeu a mensagem e o apelo de receber a luz, desta maneira, o cego clama: “creio Senhor! E o adorou” (v.38), o verbo prostrar-se adquire o sentido de adorar, quando tem por objeto adoração ao próprio Deus. Esta é a reação padrão do homem religioso do AT para teofania (Gn 17,3 - Abraão), da mesma maneira, João usa o mesmo verbo (*proskynein*), na narrativa com a mulher samaritana (4,20-24), para descrever o culto devido a Deus. A resposta do homem é com fé, cheia de adoração, com significados profundos. Esta exclamação é mais do que uma declaração oral, mas é uma indicação de que Jesus é uma pessoa digna de receber adoração. O ex-cego foi expulso da Sinagoga, fez a confissão oral de que Ele é o Senhor e, finalmente acolhido pelo Filho do Homem, passa a ser a primeira ovelha da nova comunidade do Bom Pastor. A vinda da iluminação criou uma divisão entre os filhos da luz e os filhos das trevas, por isso, “os que não veem vejam, e os que veem se tornem cegos”. A linguagem é em parte emprestada do AT, notadamente em Isaías 29,18; 35,5; 42,7.18 e Sl 146,8, para cegar aqueles que veem (Is 6,10; 42,19).

Sabia pouco acerca de Cristo, e quase nada acerca da religião e coisas espirituais, mas, ouvira as palavras de Cristo e recebera a sua ordem, e, agindo à altura, estava em condições de receber mais. Note quão rápida e sistematicamente cresceu o seu conhecimento de Cristo: “O homem chamado Jesus” (v.11); “É profeta (v.17) [...] É de Deus” (v.33); “É o Filho de Deus (vv. 35-37) (PEARLMAN, 1978, p.96).

No fim da história, os fariseus é quem são colocados em julgamento e considerados cegos e culpados, por Jesus que veio para o juízo, veio ao mundo para dar visão aos cegos, para que pudessem ver a Jesus, ouvir suas mensagens, alcançar o conhecimento e obter a salvação (v.39,40). Os que não o querem, continuam na cegueira, porque recusam vê-lo, não querem ouvir e nem aceitar a sua oferta. Esta recusa é considerada por Jesus como cegueira, obcecção, condenação, por isto, eles permanecem na cegueira e conseqüentemente no pecado.

#### 2.4 ENFERMIDADE DE LÁZARO RESULTA NA GLÓRIA DE DEUS: JOÃO 11, 1 - 57

Alguns escritores fazem distinção entre a ressurreição e a ressuscitação. Denominam de ressurreição, a de Jesus Cristo que reviveu da morte para uma vida eterna que não retorna mais a vida terrena e mortal. Enquanto que a ressuscitação é atribuída para alguém que experimentou algum tipo de morte e, por um processo qualquer, volta a viver, e este há de vivenciar a outra morte, a morte eterna. O dicionário da língua portuguesa não concebe esta diferenciação, tanto a ressurreição como a ressuscitação apresentam os mesmos significados. Assim, tanto a ressuscitação de Lázaro como a de Jesus serão intituladas neste trabalho de ressurreição.

Ressurreição é um assunto complexo, extenso, contraditório e polêmico, não sendo viável tecer tal tópico neste escrito. Assim, faz-se necessário especificar o assunto, e dessa maneira, o tema deste tópico é “A morte de Lázaro resulta na glória de Deus”.

Não encontramos no Evangelho de João, e muito menos no Novo Testamento, nenhuma outra alusão acerca de Lázaro, como um personagem vivencial. O seu nome significa “Deus ajuda”. Apesar de ser um nome comum entre os judeus, ele é o único personagem histórico no Evangelho de João que tem esse nome. Ele aparece apenas nas páginas deste evangelho nos capítulos 11 e 12, com



algumas referências banais neste escrito. Ele e suas duas irmãs moravam na aldeia de Betânia que distava menos de três quilômetros de Jerusalém. Os três irmãos eram muito íntimos de Jesus, e este, por várias vezes, era hóspede constante da casa deles (Mt 21,17; Lc 10, 38-41; Jo 11 e 12). Nada se sabe sobre a pessoa de Lázaro, seu caráter ou perfil (HIEBERT. Lázaro In: TENNEY. *Enciclopédia da Bíblia*, 2008, vol. 3, p. 876). Registra-se a ocorrência de um fato estupendo na vida dele mas, estranhamente, esta criatura; morta e rediviva, não emite qualquer palavra registrada, não conversa e nem expressa qualquer declaração inscrita. Contrariamente, há fartas referências acerca das duas irmãs, Marta e Maria. Inclusive encontramos longos diálogos com Jesus, bem como descrições relevantes, quer neste escrito, como também nos sinóticos.

#### 2.4.1 Cenário funeral em Betânia

O escritor do evangelho abre o capítulo onze, informando que Lázaro de Betânia “estava enfermo” (11,1), e as suas irmãs apenas comunicam a Jesus que, “está enfermo aquele a quem amas” (11,3). Elas não apresentaram nenhuma petição ou imposição, nem tampouco o estado da enfermidade dele, mas apenas cientificaram-lhe sobre o estado físico do seu irmão. Certamente, elas estavam cômicas de que Jesus interviria na solução do caso, conheciam o quanto “Jesus amava a Marta, a sua irmã, e a Lázaro” (v. 6).” Tanto que, quando Lázaro veio a falecer, as duas irmãs lastimaram de modo delicado e sutil a Jesus: “Senhor, se estiveras aqui, não teria morrido meu irmão” (v. 21 e 32). Algo semelhante ao pedido de Maria fez a mãe de Jesus, na ocasião da boda em Caná da Galileia, quando faltou o vinho na festa, ela apenas comunicou a Jesus, “Eles não têm mais vinho” (2,3).

O escritor esbanja, em adornar o sentimento de Jesus para com os três irmãos de Betânia, usando verbos que expressam abundantemente o seu afeto - “aquele a quem amas (*fileis*)”(11,3) e “amava (*egapa*) Jesus a Marta, e a sua irmã e a Lázaro”(11,5), este último verbo demonstra um maior grau de expressão de amor, o amor que exhibe sacrifício por outrem.

Jesus, ao se inteirar da enfermidade de Lázaro, ou quem sabe, mesmo antes de ele ser acometido pela enfermidade, sabia o que fazer, neste caso em Betânia, isto é, “para a glória de Deus, a fim de que o Filho de Deus seja por ela glorificado” (11,4). Algo similar com a passagem de Jesus pela cidade de Samaria, quando o evangelista

insere a expressão significativa “E era-lhe necessário atravessar a província de Samaria” (4,4). A passagem por Samaria era inevitável, uma vez que, fazia parte do propósito divino em realizar a vontade de Deus. O versículo 6 “quando, pois, soube que Lázaro estava doente, ainda se demorou dois dias no lugar onde estava”. Este texto explica a demora proposital, evidência de que haveria algo magnífico a se realizar no pensamento de Jesus, a respeito da morte de Lázaro.

Jesus previu a morte de Lázaro, tanto que declarou abertamente aos discípulos: “Lázaro morreu” (v.14). Com a certeza da morte de Lázaro, Jesus e os doze, rumam para Betânia a fim de desempenhar o dever funeral, “Vamos outra vez para Judeia”. (v. 7). O quadro reproduzido pelas linhas do escritor reflete nitidamente as estruturas contextuais da Palestina do primeiro século, por exemplo, no cumprimento das mais essenciais obrigações funerárias de então. (KÖSTENBERGER, 2004).

Michaels (2010, p. 628) registra que, a chegada de Jesus em Betânia é representada como a visita de um rei conquistador ou a segunda vinda gloriosa de Jesus na terra. O Judaísmo da Palestina, no primeiro século, exigia a prática do luto no dia do falecimento e mais seis dias seguintes. Os membros ltuosos permaneciam sentados em casa recepcionando os visitantes que vinham prestar as devidas condolências. Os vizinhos e os amigos se encarregavam em suprir comidas e externar pêsames, tal qual descrito no capítulo 11 de João. Visitar a casa de luto era momento de respeito e deferência de um religioso (Ec 7,1-4).

#### 2.4.3 Diálogo teológico

Diz o texto que, chegando Jesus em Betânia, “encontrou Lázaro já sepultado, havia quatro dias” (v. 17). Não há qualquer alusão ao lugar onde Jesus e os discípulos estavam, quando souberam da enfermidade de Lázaro. No capítulo anterior consta que “se retirou para além do Jordão, para o lugar onde João batizava no princípio; e permaneceu” (10,40). Considerando que o lugar onde o Batista batizava seria “em Enom, perto de Salim” (3,23), assim, onde Jesus estava fica bem ao norte, com boa distância de Betânia, a ponto que carecia de quatro dias para alcançar.

Comentaristas declaram que Marta, sabedora de que Jesus havia chegado, assume a iniciativa de sair ao encontro dele, aparentemente sem ser convocada. Keener afirma que ela demonstrou uma grande honra, ao tomar a iniciativa de sair ao encontro de Jesus (KEENER, 2003, p. 843). Enquanto que Maria “ficou sentada em casa” (v.20). Isto era o procedimento normal na ocasião de receber as condolências dos amigos e vizinhos. Estas duas irmãs refletem temperamentos e atitudes bem distintas, por exemplo, quando elas hospedaram Jesus e seus discípulos, Marta se ocupava em tarefas caseiras, enquanto que Maria aos pés de Jesus, atentava às suas palavras (Lc 10, 39,40). Por outro lado, Marta demonstra ter bastante fé e um conhecimento espiritual bem mais proeminente dos ensinamentos de Jesus e do credo farisaico da época, ao ponto de debater acerca da ressurreição do último dia, e chegar a fazer uma confissão de fé excepcional. Tanto Marta como Maria, ao verem Jesus, expressam o idêntico lamento a ele: “Senhor, se estiveras aqui, não teria morrido meu irmão” (11,21,32). Marta depois de proferir este queixume, prossegue com algumas ponderações teológicas: “Mas também sei que, mesmo agora, tudo quanto pedirdes a Deus, Deus to concederá” (11,22). “Teu irmão ressuscitará” (11,23). “A expressão pode-se entender de dois modos. Jesus quer conduzir Marta a uma fé mais firme em sua pessoa. Não se trata apenas de crer – como muitos judeus – na ressurreição dos justos no último dia” (JAUBERT, 1985, p.81).

Dois títulos que Marta tem escolhido, “Cristo” e “o Filho de Deus” têm sido reunidos pela primeira vez [...] parece que eles são importantes tanto para crentes ou leitores do evangelho estão preocupados. A confissão de Marta iguala palavra por palavra a própria confissão do evangelho que o escritor quer de todos os seus leitores (20,31) (MICHAELS, 2010, p.633).

Jesus tencionava mudar o foco da sua fé abstrata na ressurreição do último dia, num futuro distante, para uma confiança pessoal em Jesus que proporciona a ressurreição aqui e agora (CARSON,1991). A doutrina farisaica acerca da ressurreição não era precisamente errada, mas no momento, era inadequada. Assim, no ensino de Jesus a morte física não teria a dimensão pavorosa do medo, do incerto e se tornaria uma porta de entrada de vida e comunhão com Deus (MORRIS, 1995). Marta, porém, ainda sem conceber a mensagem de Jesus, continua cogitando na ressurreição no fim dos tempos e assim, ratifica: “Eu sei, replicou Marta, que ele há de ressurgir na ressurreição, no último dia”. (v.24). Finalmente, Jesus faz a proclamação retumbante, acerca da sua pessoa e da sua missão: “Eu sou a

ressurreição e a vida. Quem crê em mim, ainda que morra, viverá; e todo o que crê em mim não morrerá eternamente. Crês isto?” (v. 25, 26). O que Jesus pretende dizer é que, a pessoa que está em Jesus, será conduzida para a vida, a vida espiritual, mesmo que esta pessoa venha a morrer fisicamente, ela compartilha a promessa da ressurreição, que assim está garantida, viver eternamente, esta é a ressurreição assegurada por Jesus, e na ocasião, Jesus estava prometendo e perguntando a Marta assim:

Você crê que eu posso levantar seu irmão da morte mesmo agora, antes da ressurreição no fim do tempo? Mas, você crê que pela fé em mim uma pessoa é levantada para novo nível de vida que é espiritual e que não há o fim (morte), para este relacionamento glorioso? Em outras palavras, você realmente crê em termo de superior verdade que eu tenho ensinado acerca de mim mesmo e da minha missão?  
(MOUNCE, 2007, p.518).

A parte mais relevante da manifestação de fé de Marta, encontra-se nestas palavras – “Sim, Senhor, respondeu ela, eu tenho crido que tu és o Cristo, o Filho de Deus que devia vir ao mundo” (v.27).

“Podemos observar progresso no caminho da Marta para a fé. Ela inicia do lugar do “conhecimento” (*oida*) que vislumbra em Jesus um tipo de ‘onipotência intercessora’ (v.22), mas ainda permanece na tradicional fé (farisaico-rabínico) na ressurreição dos mortos no último dia (v.24). Jesus dirige-a fé nele como a encarnação e o único portador da vida e da ressurreição (v.26). Quando Martha faz esta verdade da fé dela própria (v.27), seu padrão da fé tem alcançado seu objetivo (BEUTLER, 2013, p.302).

Há diversas confissões de fé registradas neste Evangelho: João Batista (1,15-34); Natanael “Rabi, tu és o Filho de Deus, tu és rei de Israel” (1,19); André: “Achamos o Messias” (1,41); a mulher samaritana (4,25,29); Pedro (6,69); o cego de nascença (9,35-38) e, agora, a de Marta. “Primeiro Marta tinha confessado “eu sei” (v.24), mas agora ela começa “tu és” (v.27), assim reconhece que a vida eterna não era uma proposição, mas uma pessoa (HULL, 1970, p. 314). “De forma totalmente pessoal, ela faz do “Eu sou” de Jesus seu (v.27), na medida em que o faz “tu és” e o formula no sentido da confissão de fé da comunidade joanina (cf. 20,30-31) (BEUTLER, 2013, p.302). A confissão dela é a mais completa e mais evoluída diante das demais, e culminou todas as outras declarações numa só, que se encontram neste Evangelho, e expõe três tópicos: Jesus é o Cristo, é o Messias dos judeus esperado (1,20,41); Ele é o Filho de Deus, a fim de trazer pessoas para a fé em Jesus, como Filho de Deus; este Jesus que era vindo para o mundo (MORRIS,1995, p.487).

Marta retira-se para ir chamar sua irmã Maria, que, por sua vez, quando chega diante do Senhor, cai aos pés de Jesus e expressa o lamento idêntico de Marta a ele: “Senhor, se estiveras aqui, meu irmão não teria morrido” (v.32). Maria, diferente da sua irmã Marta, sensibiliza a todos os demais presentes, inclusive o próprio Jesus, a tal ponto que “Jesus chorou” (v.35).

Por fim, realiza-se o mais extraordinário milagre de todas épocas – a ressurreição do morto de quatro dias. A essência do discurso de Jesus aqui não se fundamenta unicamente no milagre, mas sim, ver no milagre a glorificação do nome de Deus e da pessoa de Jesus Cristo. O milagre que fora realizado era premido de tempo, para que ocorresse antes da sua Paixão, a fim de que, o verdadeiro significado da Ressurreição fosse assimilado. Depois de constatar o local da sepultura, Jesus ordena para retirar a pedra, ao que, Marta interpõe, dizendo: “Senhor, já cheira mal, porque já é de quatro dias” (v.39). Mais uma vez Jesus interpela: “Não te disse eu que, se creres, verás a glória de Deus?” (v.40).

### 2.4.3 A glória de Deus

“E Jesus, levantando os olhos para o céu” (v.41), cabe ressaltar que esta postura era característica da oração de Jesus, “E disse: Pai, dou graças a ti ...”.

Jesus, Paulo e outros escritores bíblicos mencionam a ação de graças como o requisito necessário na oração. A ação de graças desembaraça o coração de todos os sentimentos prejudiciais na busca de Deus.

“Com voz forte gritou: Lázaro, vem para fora ...” Jesus poderia ter restabelecido a sua enfermidade, ou poderia ter ressuscitado à distância, como é o caso da cura do filho de um oficial do rei em João 4,46 a 54, mas entende-se que a demonstração ao vivo, fazia-se necessária, assim realiza-se o milagre utilizando a grande voz de grito, que contrasta com os gritos da multidão requerendo a sua vida (18,40; 19,6,12,15). O grito de Jesus ordena “Aqui! Fora!” é o grito do poder do Criador, ato criativo e vivificante de Deus, é o brado pelo qual os mortos são despertados e trazidos para fora do sepulcro (RIDDERBOS, 1991, p.396). O grito era preciso “para multidão acostumada à magia em que os encantamentos e feitiços eram murmurados” (MORRIS, 1995, p.498).

A grande diferença entre a ressurreição de Lázaro e a de Jesus é um outro aspecto que merece ser relatado: Lázaro revive para morrer e Jesus ressuscita para a imortalidade. No caso de Lázaro, a pedra que impedia a entrada precisou ser retirada, ao passo que a pedra do túmulo de Jesus, fora divinamente removida. Lázaro revive no seu corpo perecível e Jesus no seu corpo imortal e glorificado. Os lençóis que amarravam o corpo de Lázaro precisavam ser desamarrados, enquanto que, com Jesus – “E abaixando-se, nada mais viu, senão os lençóis de linho” (Lc 24,12). O corpo de Jesus não se achava mais ali no sepulcro e ficaram somente os panos que envolviam o seu corpo.

O encerramento desta história da ressurreição de Lázaro, não se resume apenas na transmissão do acontecimento deslumbrante, mas a ela, podem ser adicionados dois episódios complementares, que mudaram no fim, a história espetacular com Maria e o testemunho poderoso de Lázaro. Apesar de Maria não ter feito uma confissão de fé tão excepcional como a de sua irmã, a sua devoção afetiva impeliu-a a ungir Jesus, como o texto adicional que revela, “Ela fez o que pôde: antecipou-se a ungir-me para a sepultura. Em verdade vos digo: onde for pregado em todo o mundo o evangelho, será também contado o que ela fez, para memória sua” (Mc 14, 8,9; Mt 26, 12,13; Jo 12, 3-8). Como foi profetizado por Jesus, onde o evangelho é conduzido e narrado, a bela história da unção de Jesus, feita por Maria de Betânia é rememorada. O corpo putrefato que saiu redivivo da sepultura, é outra contribuição e testemunho não falado, nesta história. Houve uma ceia promovida, em Betânia, provavelmente na casa de Lázaro, e ali estava ele, em quem se operou um sinal exclusivo e estupendo, a ressurreição. Como sempre “Marta servia” e certamente seu irmão recepcionando os convidados, descrevendo o seu testemunho extraordinário, morte e ressuscitação, aos que estavam presentes. Diz o texto que uma “numerosa multidão” achava-se ali, eram os que creram em Jesus por causa da presença testemunhal de Lázaro. E por esta razão, ironicamente, “os principais sacerdotes resolveram, matar também a Lázaro” (12,10).

Quando Herodes Antipas ouviu as reputações de Jesus sobre poderes milagrosos de Jesus disse aos serviais: “Este é João Batista; ele ressuscitou dos mortos, e, por isso, nele opera forças milagrosas” (Mt 14,2). Assim, o monarca, na sua incredulidade e superstição, cria na pessoa de Cristo vindo de Deus.

### 3 JESUS, MESSIAS E REI

O termo “Messias” neste Evangelho aparece duas vezes – 1,41 e 4,25, enquanto que a palavra “Cristo” é utilizada 19 vezes (BACHMANN & SLABY, 1987, p.1238 e 1916). O evangelista João é o único escritor do Novo Testamento que usa a palavra *Messias*, transliterado da palavra hebraica *mashiach*. “Esse uso deliberado reflete um desejo de afirmar o significado de Jesus com referências inequívocas a esperanças messiânicas judaicas (HURTADO, 2013, p. 470).

João menciona duas vezes informação acerca de interpretação corrente a respeito do Messias. Alguns criam que ele apareceria repentinamente, vindo de uma origem secreta (Jo 7,27) e outros criam que ele realizaria sinais (Jo 7,31). Outros entendiam, da lei que o Messias permaneceria para sempre (Jo12,34), evidentemente, entendendo a “lei”, aqui, como produto geral das interpretações messiânicas correntes do AT. A primeira crença popular excluía Jesus pelo fato de sua origem ser conhecida (Nazaré). A segunda crença excluiria um Messias que estava predizendo a sua própria morte. Ao registrar esses diálogos, João, evidentemente, quer justificar sua argumentação de que Jesus é o Messias, registrando a resposta do próprio Jesus às questões levantadas. No primeiro caso, ele recorre à sua origem celestial (“Eu conheço, porque venho da parte dele e fui por ele enviado”) e, no segundo, ressalta que Jesus é a luz que dissipa as trevas de sua mente (12,35), o que significa que a crença em um Messias sofredor precisa de discernimento espiritual. “Interpretações correntes a respeito do Messias. Alguns criam que ele apareceria repentinamente, vindo de uma origem secreta (Jo 7,27) e outros criam que ele realizaria sinais (7,31). Outros entendiam, da lei, que o Messias permaneceria para sempre (Jo 12,34), evidentemente, entendendo a “lei”, aqui, como um produto geral das interpretações messiânicas correntes do AT. A primeira crença popular excluía Jesus pelo fato de sua origem ser conhecida (Nazaré). A segunda crença excluiria um Messias que estava predizendo sua própria morte. Ao registrar esses diálogos, João, evidentemente, quer justificar sua argumentação de que Jesus é Messias, registrando a resposta do próprio Jesus às questões levantadas. No primeiro caso, ele recorre à sua origem celestial (“eu conheço, porque venho da parte dele e fui por ele enviado”) e, no segundo, ressalta que Jesus é a luz que dissipa as trevas da sua mente (12,35), o que significa que a crença em um Messias sofredor precisa de discernimento espiritual (GUTHRIE, 2011, p. 248).

E o escritor usa o termo Messias, porque “quer trazer a verdadeira essência de Cristo e sua tarefa mais claramente que os três primeiros evangelhos” (BAUCKHAM, 2008, p.268). Desta maneira: “A literatura joanina representa o ponto mais alto e também o momento mais denso da cristologia do Novo Testamento”, (SEGALA, 1992, p.99).

### 3.1 CONFISSÃO DE NATANAEL – JOÃO 1, 44 – 51

A narrativa, propriamente do escritor João, começa com o testemunho de João Batista (1,19), quando as autoridades judaicas inquiram ao batizador acerca do seu batismo. Diz o texto que “no dia seguinte” João viu a Jesus e testemunhou: “Eis o Cordeiro de Deus que tira o pecado do mundo” (v.29). André, seu companheiro, e Pedro eram discípulos de João Batista, mas com este testemunho, haviam se tornado discípulos de Jesus. Provavelmente, depois de três dias que Jesus iniciou suas atividades salvíficas, partiu para a Galileia, onde sucedeu a chamada de Filipe. Este chamou a Natanael: “Acabamos de achar aquele de quem escreveram Moisés na Lei, e os profetas: Jesus de Nazaré, filho de José” (v.45).

Filipe tem o cuidado de fazer a descrição do título completo do Messias – seu nome pessoal - “Jesus”; sua cidade natal - “de Nazaré”; sua linhagem familiar – “filho de José”. “A posição de destaque dada ao verbo pode indicar que Filipe e Natanael já haviam discutido o cumprimento destas escrituras” (MORRIS, 1995, p.163).

#### 3.1.1 Natanael

Quem era Natanael? Por alguma razão não elucidada, o nome de Natanael não se verifica nos Sinóticos, e outrossim, o nome do apóstolo Bartolomeu não é incorporado no Quarto Evangelho. Os estudiosos atribuem que Bartolomeu seja o Natanael do Quarto Evangelho e o Natanael seja o Bartolomeu nos Sinóticos.

“Natanael não é mencionado nos sinóticos e Bartolomeu não ocorre no Evangelho de João, mas ambos são ligados com Filipe, isto tem sugerido que eles são a mesma pessoa, e no caso de Bartolomeu seria o patronímico de Natanael” (METZGER, B.M. e COOGAN, M.D. 1993, p.75). “Patronímico, diz-se de patrônimo, de nome antroponímico formado do nome do pai ou de nome de ascendente” (HOUAISS, 2004, p.2151). Isto explicita que, nos Sinóticos, o nome de Bartolomeu é seguido de Filipe, e no Evangelho de João, o nome de Natanael é que é seguido de Filipe. “Natanael era de Caná da Galileia” (21,2). Seu nome em hebraico significa “Deus deu”, que equivale em grego, o Teodoro. Devido à sua dedicação às pesquisas



das Escrituras, possuía profundo conhecimento escriturístico e rabínico acerca do Messias. Apesar de Filipe ter atestado que, “Acabamos de achar aquele de quem escreveram Moisés na lei, e os profetas: Jesus de Nazaré, filho de José” (v.45), é curioso que esta afirmativa: “Jesus de Nazaré, filho de José”, não encontra referência no Antigo Testamento. Natanael afirmava que o Messias não procederia de Nazaré, assim não se deixou levar pelas primeiras palavras de outros, mas pode declarar que ao defrontar-se com Jesus, chegou a professar que Jesus seria “Filho de Deus” e “Rei de Israel”. Como é natural do ser humano exteriorizar hostilidade entre si, Galileia era depreciada pelos judeus de Jerusalém, concomitantemente, os habitantes dos vilarejos manifestavam mútuo desdém. E desta maneira, Natanael ridiculariza a insignificante vila de Nazaré, em relação ao seu vilarejo de Caná, tão irrelevante quanto Nazaré, “Pode haver coisa boa” (v.46). Nazaré não é mencionada no AT, assim como, nada que seja ligado ao lugar em relação às profecias do Messias. Alguns anos mais tarde, é que o Cristianismo foi chamado de seita dos Nazarenos (At 24,5).

### 3.1.2 Elogio de Jesus a Natanael

Filipe, afrontando a relutância de Natanael, insiste com ele: “Vem e vê”. A cena dos dois, com Jesus, coincide, ao ponto de “Jesus, vendo Natanael aproximar-se dele” (v.47), assim; ocorre um encontro monumental e Jesus assume a iniciativa fazendo um elogio não costumeiro, descrito como o modelo de um israelita, em quem não há falsidade: “Eis um verdadeiro israelita, em quem não há dolo” (v.47). No Evangelho de João, a expressão israelita é usada somente aqui, distinguida do judeu, que frequentemente, João os qualifica como oponentes de Jesus, tais como: fariseus, saduceus, escribas e autoridades religiosas. A palavra “Israel” é derivada do verbo “lutar”. Quando Jacó, com medo de enfrentar seu irmão, a quem havia defraudado por duas vezes, lutou com um anjo e obteve a vitória e a bênção, em seguida teve uma visão e recebeu o novo nome – “Israel”. Com este pano de fundo histórico que Jesus chamou a Natanael de “Eis o verdadeiro israelita, em quem não há dolo” (v.47), isto é, “israelita em quem não existe engano, nem em Jacó”, porque Natanael era um homem honesto, de integridade moral e religiosa.

No mundo secular, particularmente no império romano e nos seus governos, certamente os elogios eram estimulados por hipocrisia, inveja, desconfiança e traição, normalmente, eram escassos os casos de elogios verdadeiros e sinceros.

### 3.1.3 Surpresa de Natanael

Natanael se surpreende com a descrição de Jesus à sua pessoa e pergunta a Ele: “Donde me conheces?” (v.48) Natanael se espanta por ser conhecido por Jesus tão intimamente. E a resposta de Jesus, quando pormenoriza sua visão antes do encontro com ele, vai deixar Natanael mais maravilhado ainda: ele: “Antes que Filipe te chamasse, eu te vi, quando estavas debaixo da figueira” (v.48). De acordo com o AT, figueira é o símbolo da casa ou sua propriedade em prosperidade. “Estar debaixo da figueira” envolve mais outros significados como: gozar da prosperidade, estar em paz, ou de estudar a Lei ou simboliza a paz messiânica. Na literatura rabínica estar debaixo da figueira é desfrutar da hora da meditação nas Escrituras ou na oração (Is 36.16; Mq 4,4; Zc 3,10). Moule (1954, p.210) sugere que a frase debaixo da figueira indicava “um conhecimento detalhado de onde uma pessoa estava, e o que fazia”, ou pode estar aludindo a algo conhecido somente a Natanael, e Jesus lhe fez entender que Ele sabia muito mais sobre ele, do que ele poderia imaginar. Natanael, perplexo, usufruiu de uma experiência extraordinária de comunhão com Deus na sua privacidade, debaixo da figueira, apesar de que não estava apto para este encontro magnífico.

### 3.1.4 Profissão de fé

O elogio de Jesus a Natanael e a conseqüente surpresa redundam numa profissão de fé magnífica: “Rabi, tu és o Filho de Deus, tu és rei de Israel” (v.49). Natanael se dirige a Jesus usando um atributo nobre – “Rabi”, esta parte é a mais relevante do trecho. Qualquer dúvida de Natanael para com a pessoa de Jesus, havia desaparecido inteiramente diante de tudo que Jesus havia autenticado, e Natanael concede a Jesus, a mais alta eminência da sua concepção. A descoberta que Natanael fez acerca da pessoa do Messias, reage explosivamente na declaração radiante: “Tu és o Filho de Deus, Tu és rei de Israel” (v.49). Ele está aclamando Jesus como o Messias, utilizando duas declarações messiânicas retiradas do Salmo 2,

versículo 6 e 7, “Eu, porém, constituí o meu Rei sobre o meu santo monte Sião. Proclamarei o decreto do Senhor: Ele me disse: Tu és meu Filho, eu, hoje, te gerei”. Para o autor, a filiação de Jesus implica na verdade, mais do que uma relação metafísica com o Pai, isto é, muito mais do que um simples messiânico. O valor que Jesus, reivindica ser o Filho de Deus e trabalhar continuamente com Ele, significa Ele ser igual a Deus, portanto o Filho é obediente ao Pai. O Filho faz tudo o que o Pai ordena, repete e reproduz as ações do Pai (5,19). Desta maneira, Ele reflete o caráter do Pai, desse modo, ver Jesus é ver o Pai (14,9).

O “Filho de Deus” é para descrever a única associação de unidade e de intimidade entre Jesus e seu Pai. A filiação de Jesus para com Deus, diante da funcionalidade descrita, envolve transcendência, não meramente uma relação messiânica (5,16-30; 10,33). Para um cristão a declaração “Filho de Deus”, significa confissão da divindade de Jesus. Com esses termos, Natanael comprova que sentiu uma proximidade ímpar de Jesus com Deus. O termo “Filho de Deus” aplica-se também a um título corrente messiânico nos dias de Jesus. “Rei de Israel” é uma declaração inusitada que aparece três vezes neste Evangelho. Nesta declaração de Natanael; na entrada triunfal (12,13) título do crime na cruz – Mt 27,42. Natanael ao inserir o título “Rei de Israel”, identifica-o como Messias predito no Antigo Testamento: 2Sm 7,14; Sl 2,7. O título “Rei de Israel” era usado pelos judeus palestinos era aplicado para o Messias, e utilizado pelo povo para Jesus em 12,13; na ocasião da entrada triunfal de Jesus em Jerusalém. Em João 18 e 19, tanto as autoridades judaicas como Pilatos empregam o termo ‘Rei dos judeus’.

Jesus mal iniciou o seu ministério na Galileia, Natanael, um dos primeiros doze discípulos, entendeu que Jesus era o Filho de Deus e Cristo Rei, e faz a célebre confissão de fé, quando Filipe falou da pessoa de Jesus como o Messias predito por Moisés a Natanael. De início ele repeliu o achado de Filipe. Acredita-se que a sua rejeição não era motivada como simples incredulidade, mas por precaução resultante do exame das Escrituras, contra embusteiros e auto proclamadores de Messias. Quando Jesus apreciou as qualidades de Natanael e expressou o conhecimento divinal da sua pessoa, ele concluiu e creu na veracidade da pessoa de Messias. A inserção desta narrativa no início do Evangelho enaltece o valor deste escrito.

### 3.2 PRETENSÃO DA MULTIDÃO DE ARREBATAR JESUS A FIM DE PROCLAMÁ-LO COMO REI - JOÃO 6, 1 - 15

“Pretensão da multidão de arrebatá-lo a Jesus a fim de proclamá-lo como rei” é o tópico deste item, que tenciona demonstrar o Cristo que o povo procura para saciar a fome e o Cristo que oferece o pão que perdura para sempre, e oferece a salvação eterna, baseado na perícopa do Evangelho de João 6,1-15. A importância deste texto se verifica na possibilidade de diferenciar o Cristo que a multidão iludida, procura na busca das coisas materiais e o Cristo que veio de cima, que oferece o pão da vida.

Porque a humanidade sempre corre atrás das coisas terrenas e materiais e tem negligenciado receber o Cristo divino e espiritual, conseqüentemente o seu caráter tem se enrijecido e embrutecido as suas almas. O movimento do Cristo Messiânico, i.e., o movimento religioso judaico do século 1 a.C. ao século 1 d.C., teve um fim catastrófico para o povo israelita, e em contrapartida os seguidores do Cristo espiritual avançam continuamente através dos séculos, até a presente era. No entanto, atuais crises humanas, principalmente do povo que se declara cristão, se devem a ausência do Cristo que, verdadeiramente, proporciona os bens espirituais. Cada vez mais, em nome de Cristo e da fé cristã, os religiosos estão sendo atraídos pelas coisas materiais e terrenas, o que ocasiona um previsível desastre religioso.

#### 3.2.1 Contexto da ocasião da multiplicação de pães e peixes

Capítulo seis do Evangelho de João, do versículo um ao quinze, está registrada a narrativa da multiplicação de pães, que encerra com a tentativa da multidão, saciada pelo pão e peixe fornecidos por Jesus, que tenciona aclamá-lo como o Rei dos judeus.

Entre diversos possíveis propósitos do evangelho apresentados, o que parece se encaixar melhor, segundo Carson (1991, p.193), é a “abordagem sintética ou aditiva [...] evangelizar os judeus, evangelizar os helenistas, fortalecer a igreja, catequizar novos convertidos, fornecer dados para a evangelização de judeus”. A intenção de Jesus realizar este sinal, tinha por propósito proferir um discurso sobre o

“Pão da Vida”, que provavelmente, foi interrompida por causa da tentativa da multidão que queria fazer de Jesus um líder messiânico político. Aliás, no dia seguinte, nas proximidades de Cafarnaum, Jesus anuncia, à mesma multidão, a referida mensagem, ao povo que havia estado no dia anterior (vs. 22-26) sobre o “Pão da Vida”. Anteriormente, Jesus havia estado em Jerusalém para participar da “festa dos judeus” e o capítulo seis começa com a frase: “Depois destas coisas” (6,1), uma “expressão usual neste evangelho de João que denota um lapso de um período indefinido” (BARRETT, 1978, p. 212), que introduz uma nova visão e uma sequência imediata dos acontecimentos anteriores. “Atravessou Jesus o mar da Galileia”, assim a cena se processa à costa leste do “mar da Galileia”, na verdade um lago de água doce, que tem a largura aproximada de 20 km de norte a sul, e de 12 km de leste a oeste. E o autor acrescenta um comentário adicional ao nome do lago, “que é o de Tiberíades” (v. 1), certamente para que os leitores gregos pudessem melhor identificar (BERNARD, 1993, p.171). Este nome provém da cidade construída por Herodes Antípas, entre os anos 18 e 22 d.C. em homenagem ao imperador romano Tibério.

Diz o texto que Jesus era seguido de uma “numerosa multidão”, a conjugação verbal, no imperfeito expressa uma ação contínua, não só aqui, mas sempre. Este seguimento da multidão é causado pelos sinais realizados. O autor usa a palavra “os sinais”, em vez de “milagres” nos sinóticos, que significa: maravilhas e milagres realizados por Jesus, tendo seus apóstolos e profetas como provas, e auxílio na sua missão divina (ZODHIATES, 1992, p. 1286). Por exemplo: transformação da água em vinho (2,11); purificação do Templo (2,18); a cura do filho do oficial (4,51); cura do paraplético (5,9). Naturalmente, na sociedade simples como era mesmo, desprovida da tecnologia de comunicação, estas notícias se divulgavam com muita intensidade. Nesta atmosfera de expectativa, é que Jesus “subiu ao monte e assentou-se ali com os seus discípulos” (v.3), e não há nenhum comentário feito por João sobre o que se fizera ali. Brown (1966, p.232) arrisca, afirmando que “monte” é sempre associado aos importantes eventos teológicos, como: o Sermão do Monte, Monte da Transfiguração, o aparecimento pós ressurreição, e assim provavelmente, Jesus teria passado o dia no ensino acerca do Reino. Há um destaque importante nestes versículos iniciais que tem conexão com a tentativa da multidão em coroar Jesus, como Rei dos Judeus. É a menção da proximidade da Páscoa Judaica, que ocorre no 14º e 15º dia do mês Nisã, isto é, no começo de abril. A Páscoa foi instituída para comemorar o acontecimento culminante da redenção, da libertação da escravidão de Israel e sua

saída do Egito. É um dia memorável, para ser memorado por todas as gerações como uma ordenança eterna (Êx 12,14). Por sinal, esta, é a comemoração mais importante dos judeus. Barrett afirma que a menção da festa da Páscoa aqui, se deve não pela razão cronológica, mas pelo sentido teológico (BARRETT, 1978, p.273). “A menção da Páscoa define o contexto para o que Jesus está prestes a fazer” (KÖSTENBERGER, 2013, p.82). Westcott faz interessante observação de que os sinóticos nunca escrevem com o acréscimo de festa “dos judeus” e ele aventa esta explicação quando se refere à existência da festa da Páscoa cristã na época da escrita (WESTCOTT *apud* BERNARD, 2004 p. 89).

### 3.2.2 O sinal da multiplicação

Quando eles chegaram ao local, não dispunham de nenhuma provisão alimentar, já entardecendo e a região era desértica. Assim, Jesus dirige-se a Filipe: “isto para o experimentar” (v.6) ou extrair alguma iniciativa de Filipe, e pergunta: “Onde compraremos pães para lhes dar de comer?” (v.5). É interessante observar que é o mesmo modo que Moisés indaga a Jeová em Números 11,13 “Donde eu teria carne para dar a todo este povo?” Por que razão Jesus teria desejado experimentar Filipe? O verbo usado é *peirazw*, que é carregado de um significado pesado, às vezes no sentido de tentar ou provar, é o mesmo verbo usado na descrição da tentação de Jesus por Satanás no deserto (Mt 4,1-11). Certamente Jesus queria atestar a extensão da sua fé (BARRETT, 1978, p. 274).

Seria conveniente inserir algumas informações sobre o apóstolo Filipe, único apóstolo mencionado nominalmente nesta narrativa. Ele é um dos doze apóstolos originais, da região de Betsaida (Jo 12,21) da Galileia. Possivelmente era discípulo de João Batista (1,43). Há poucas menções sobre ele nos sinóticos, mas no Evangelho de João ele se manifesta em várias ocasiões – foi um dos primeiros discípulos de Jesus (1,43) que levou Natanael ao Senhor (1,45-49), na alimentação da multidão (6,5-7), pede para Jesus mostrar o Pai (14,8) (TENNEY, 2008, p.840).

Neste impasse na busca de algum meio de alimentar e prover à multidão, André encontra um rapaz, que dispunha de “cinco pães de cevada e dois peixinhos” (v.9). Talvez o autor tenha se repostado à cena (2Rs 4, 42-44) da história de Elias, Eliseu, reminiscência do milagre realizado de satisfazer cem homens com vinte pães. Outrossim, em Isaías 25,6-9 há a profecia de que o Messias ofereceria um grande

banquete para todo o povo, quer judeus ou gentios. A menção de “rapaz” é digna de nota, porque o vocábulo rapaz – *paidarion*, é um diminutivo duplo que é usado somente aqui no Novo Testamento. Como é de se esperar, esta pequena refeição é uma das mais simples possíveis, porque tanto o pão de cevada como o “peixinho” no diminutivo descrevem uma comida humilde e escassa. A intenção do autor é, como poderia uma simples e insignificante comida de um menino, saciar uma multidão de “cinco mil homens, além de mulheres e crianças” (Mt 14,21). A saciedade de ter comido pães e peixes é impressionante, quando assim é descrito: “distribuiu-os ... quanto queriam ... estavam fartos” (v.11,12). A expressão, estar farto, enuncia – encher totalmente, estar satisfeito. Depois de a multidão ter se saciado, Jesus ordena: “Recolhei os pedaços que sobraram, para que nada se perca” (v.12). A profusão na distribuição de alimentos e poupança em recolher as sobras é notável. O poder, a graça e a misericórdia de Deus são abundantes, mas não convém malbaratar, este é o ensino exemplificado pelo Filho de Deus.

### 3.2.3 Tentativa da proclamação

A multidão depois de saciada pelos pães e peixes multiplicados, cai em si, parece que estava em devaneio ou estarecida pela demonstração do estupendo sinal de ter alimentado aquele povo, assim clama: “Este é verdadeiramente, o profeta que devia vir ao mundo” (v.14).

O povo viu e encheu seus estômagos como resultado deste sinal – quem poderia ter perdido? – e isso os levou a acreditar que Jesus era o Profeta, o qual Moisés tinha predito (Dt 18,15-18). João não diz que o povo estava errado para pensar de Jesus como “o Profeta”, mas o próximo versículo mostra que eles este Profeta seria um líder político. Nisto eles estavam errados. [...] Em Isaías 25,6-9, o profeta diz que o Messias prepararia uma grande festa para todo o povo, Judeus e Gentios. Este milagre mostra que Jesus ser o Messias (BARTON, 1993, p.126).

Aquela aglomeração de gente interpreta o sinal realizado por Jesus, remetendo ao primeiro Moisés, o célebre e velho episódio histórico do suprimento do maná no deserto, na ocasião da peregrinação do povo de Israel no êxodo do Egito, milhares anos atrás, e concluiu que este Jesus, que seria o segundo Moisés, faria o que fizera o primeiro Moisés, o profeta apregoado e em expectativa de Deuteronômio 18,15-22: “O SENHOR teu Deus te suscitará um profeta no meio de ti ... em cuja boca porei as minhas palavras, e ele lhes falará tudo o que eu lhe ordenar”. De acordo com

a tradição dos rabinos é que, na data posterior, assim como o primeiro Moisés fez descer o maná, também o segundo Moisés faria descer o maná dos céus, libertaria o povo da opressão, libertaria Israel do jugo dos romanos. Jesus havia curado as enfermidades, havia suspenso a fome, poderia salvar o povo do domínio romano. O povo tinha evidências claras de que o profeta semelhante a Moisés estava entre eles e faz conexão com a história antiga, considera e identifica Jesus com Moisés, e que o profeta mencionado, predito e aguardado em Deuteronômio está presente, porque a frase “vir ao mundo” era aplicada comumente para Logos. Em 1,9 “Pois a verdadeira luz, que alumia a todo o mundo, estava chegando ao mundo”, e era usada para o Messias, conforme Salmo 118,26 “Bendito o que vem em nome do Senhor”.

Na continuação do discurso de Jesus neste capítulo, ele explica os paralelos e diferenças entre Jesus e Moisés em 6,31, 32, “Nossos pais comeram o maná no deserto, como está escrito: Do céu deu-lhe pão a comer. Respondeu-lhes Jesus: Em verdade, em verdade vos digo: Não foi Moisés que vos deu pão do céu; mas meu Pai vos dá o verdadeiro pão do céu”. A multidão excitada, concluiu que o doador de pães e peixes era o profeta predito no Antigo Testamento, e queriam não só aclamá-lo como o Novo Moisés aguardado, mas tramam para agarrá-lo. O verbo usado é *arpazw*, é um termo violento com a conotação de força ou mais arrebatado no sentido ilegal de roubar alguma coisa ou alguém. Há alusão desta ação impetuosa nos sinóticos, indicando a posse urgente e decidida do reino de Deus – “Desde os dias de João Batista até agora, o reino dos céus é tomado por esforço, e os que se esforçam se apoderam dele” (Mt 11,12), talvez João tenha deslocado a ação do reino para o Messias-Rei (BARRETT, 1978, p.278).

O fato de que o populacho não só queria aplaudir a Jesus o Messias, mas queria proclamar e até entronizá-lo como Rei, deve-se a tradição judaica, que evidenciava a função do Legislador Moisés com o Rei (Dt 33,5). Assim, é muito natural que perceba a Jesus como o novo Rei, aclamação titular real depois de feitos grandiosos e milagrosos era comum no mundo greco-romano, a exemplo de culto ao imperador (KEENER, 2003, p.669).

Durante a época do ministério terreno de Jesus, a excitação e o feroz sentimento nacionalista estavam no ar, em ebulição. Devido ao movimento messiânico crescente, o povo esperava a vinda de um Messias que libertaria Israel das rédeas do império romano, e Deus estabeleceria o seu reino em Jerusalém, na Judéia, na Palestina. Os galileus e os judeus se distinguiam aos demais povos



dominados por Roma na sua resistência e revoltas incessantes aos dominadores, eles eram os mais ferrenhos em proteger a sua liberdade e a independência, persistindo na sua política e prática quanto à sua vida religiosa.

Depois que os macabeus lutaram contra os selêucidas e obtiveram almejada liberdade e independência por quase um século de 164 a.C. a 63 a.C. E em 63 a.C. Pompeu conquistou a Judéia e a submeteu ao jugo romano. Durante quase dois séculos, sucederam-se quatro revoltas principais dos judeus contra Roma. Quando Herodes, o Grande, foi nomeado imperador da Judéia, após a morte de seu pai, em 40 a.C. os galileus organizaram uma guerrilha que durou três anos. Após a morte de Herodes, a população de Jerusalém promoveu revoltas contínuas sob a liderança de Judas, o Galileu. Em 66 d.C. mais outra revolta emergiu, a qual atingiu o apogeu com a destruição do Templo de Jerusalém. Por último, em 132, Simão bar Kokeba liderou última revolta contra os romanos, que culminou com a destruição de Jerusalém e a proibição da entrada dos judeus na cidade. Josefo relata que, muitas vezes, estes líderes messiânicos usavam diademas imperiais, se vestiam de púrpura, reivindicavam o reinado, exigiam a aclamação de ser rei dos judeus, pelos seus seguidores. Os líderes como Teudas ou o Egípcio, arrastavam as multidões a lugares memoráveis como o rio Jordão, anunciando que separariam a corrente das águas daquele rio, ao deserto ou ao Monte das Oliveiras, apregoando realizar milagres idênticos como Moisés, Josué e Elias no passado.

A razão desta obstinação dos judeus de rejeitar o domínio estrangeiro está na origem do povo de Israel. Baseia-se na libertação da escravidão do jugo egípcio e saída do Egito, para uma terra santa, na fundação de um reino teocrático. Contribuiu neste período turbulento e de ânsia messiânica, O Salmo de Salomão, particularmente no capítulo 17, que é de súplica pela vinda de um Messias, filho de Davi. Irrompeu neste espaço de tempo, uma ação política religiosa, conhecida como os “movimentos messiânicos”, que tinha duas finalidades - libertar-se do jugo herodiano e romano e restaurar uma ordem socioeconômica mais justa. Surpreendentemente, o movimento messiânico da Galileia estava concentrado nas aldeias próximas de Nazaré (HORSLEY, 2014).

A confissão de Natanael quando Jesus declarou quem ele era “Eis um verdadeiro israelita, em quem não há dolo”. Natanael espantou-se ao ouvir esta afirmação, e pergunta a Jesus: “De onde me conheces?”, ao que Jesus respondeu: “Antes que Filipe te chamasse, eu te vi debaixo da figueira”. Então exclamou Natanael:

“Mestre, tu és o Filho de Deus, tu és o Rei de Israel” (1,48,49). Esta confissão de que Jesus é Rei de Israel era puramente religiosa, mas a multidão buscava um rei que libertasse a nação da dominação romana e determinasse a independência de Israel. Dizem Malina e Rohrbaugh o que os reis significam: “têm total controle de responsabilidade por seus assuntos; são esperados a providenciar fertilidade, paz e abundância” (1998, p.126).

A multidão não entendeu ou não quis saber da intenção de Jesus acerca do seu reinado. Ele não aceitou ser aclamado nem entronizado como rei, porque a aceitação do reino mundial era oferta de Satanás, como aconteceu na tentação no deserto (Mt 4,1-11) e categoricamente Ele havia rejeitado. Jesus pretendia ser rei, porque para essa finalidade é que fora enviado por Deus, mas este reino que ele veio estabelecer, não é o que a multidão buscava, como respondeu a Pilatos: “o meu reino não é deste mundo” (Jo 18,36), porque ele não era o revolucionário sócio político. Não veio para destronar Pilatos ou o imperador Tibério. No seu reino não necessitaria de Legião Romana, de lanças ou espadas, porque Ele advertiu: “todos os que lançam mão da espada perecerão” (Mt 26,52). Ele era enviado do Pai para realizar a sua vontade, implantar o reino, o Reino de Deus. A liberdade terrena e política subsistiria aqui na terra, enquanto durasse o reino temporal e nada mais, e esta não é a maneira que conquistaria a verdadeira liberdade eterna, e a implantação do reino de Deus. João não condena a multidão de reconhecer a Jesus como rei vindo. Ele desaprova o erro da multidão de identificação e tentativa de fazer de Jesus como Cristo/Messias terreno e material.

Bruce, citando Manson, compara a multidão que veio a Jesus para fazê-lo rei, “porque eram como ovelhas que não tem pastor” (Mc 6,34), e compara como um exército sem general (1Rs 22,17), Jesus “sabia com que facilidade eles poderiam achar um general errado e ser levado por ele para um desastre” (BRUCE, 1997, p.134). A retirada de Jesus da multidão como diz o texto: “Percebendo, pois, Jesus que estavam prestes a vir e levá-lo à força para o fazerem rei, tornou a retirar-se para o monte, ele sozinho”, (v.15). Era necessária esta retirada estratégica, porque ainda não era a “hora”. Mas, é uma descrição melancólica e deprimente, porque, depois da realização de um estupendo e fenomenal prodígio realizado, estando a multidão extasiante, que aclamava “este é verdadeiramente o profeta que havia de vir ao mundo” (v.14), precisou sozinho retirar-se para o monte, certamente para orar.

O versículo 15 introduz um pensamento que é fundamentalmente diferente do versículo 14: Jesus percebe que a multidão vai pegá-lo, por causa do milagre dos pães e torná-lo rei. Que Jesus escapa desse desejo da multidão batendo em retirada apressado para o monte. No entanto, essa retirada é inteiramente apropriada, uma vez que Jesus enfatiza o caráter apolítico de seu reino antes de Pilatos em 18,36 “Meu reino não é deste mundo.” Isto é de importância decisiva para a cristologia do evangelista que Jesus, como o enviado pelo Pai, não persegue nenhum objetivo político, que em qualquer caso seria do mundo (HAENCHEN, 1980, p.272)

Na continuação da narrativa, “no dia seguinte”, Jesus explica mais detalhadamente a sua missão de “o pão da vida” e adverte a multidão que se alimentou fartamente no dia anterior, com as seguintes palavras: “Trabalhai, não pela comida que perece, mas pela que subsiste para a vida eterna, a qual o Filho do Homem vos dará; porque Deus, o Pai, o confirmou com o seu selo” (6,27). Quando Ele tentou explicar o verdadeiro sentido da sua vinda ao mundo, a multidão ficou escandalizada e se ofendeu, como é assinalado em João 6,66 – 71.

Ao arrematar sobre o texto, ora apresentado, será feito um esclarecimento, sobre o que foi elaborado, estruturado em três partes: primeiro, contexto da ocasião da multiplicação de pães e peixes; segundo, milagre da multiplicação; terceiro, a tentativa da proclamação de Jesus pela multidão. A narrativa objetivava na identificação do Cristo enviado por Deus e o Cristo político que os homens queriam manipular. Foi feita a descrição de vários Messias-Reis, autoproclamados, tais como: Judas, o Galileu: Judas, filho de Ezequias; Teudas, o Egípcio. Eles convocavam a multidão a lugares memoráveis, como o rio Jordão, o monte das Oliveiras ou até nos desertos e usando adornos reais, prometiam aniquilar o poder pagão e estabelecer um novo reino, atribuindo a si mesmos, como sendo o Messias,

O objetivo do texto foi de apresentar Cristo/Messias enviado pelo Pai e seus adeptos que resolveram segui-lo, que gozavam de todas as promessas asseguradas por Ele, porque estavam trabalhando pela comida “que subsiste para a vida eterna, a qual o Filho de Homem vos dará; porque Deus, o Pai, o confirmou com o seu selo” (6,27). Enquanto os que preferiram seguir os pseudo-messias atraídos pelas falsas promessas foram decepcionados e aniquilados.

### 3.3 ENTRADA TRIUNFAL DE JESUS EM JERUSALÉM JOÃO 12, 12 – 19

João passa a descrever a Entrada Triunfal de Jesus em Jerusalém nestes 8 versículos, depois da descrição da ressurreição de Lázaro, seguida da unção de Jesus por Maria, na ocasião de uma ceia na casa dos irmãos Lázaro, Marta e Maria. Detalha o texto que, “no dia seguinte” (v.12), isto é, no dia imediato da realização da ceia que teria sido num sábado, Jesus toma iniciativa de entrar em Jerusalém, como a parte final do seu ministério terreno que o Pai confiara a seu Filho, evento este, que teria ocorrido no domingo, razão porque a tradição cristã fixou este domingo, como o “Domingo de Ramos”.

#### 3.3.1 Multidões

Quando se fala em multidão, de maneira vaga, não se tem ideia do tamanho desta multidão. Na ocasião da multiplicação dos pães e peixes, o mesmo autor fornece uma estimativa numérica de “assentaram-se, pois, os homens em número de quase cinco mil” (6,10). Mas as multidões mencionadas na Entrada Triunfal em Jerusalém, não há nenhuma aproximação numérica destas multidões nas Escrituras. Barrett (1978, p.417) diz: Num censo realizado, no início das Guerras Judaicas, estimava-se o número de participantes na Páscoa de 2.700.000. Brown (1966, p. 456) argumenta que havia três multidões distintas – a multidão a que se referem nos versículos: 9 – “numerosa multidão”; 17 – “a multidão que estivera com ele, quando chamara a Lázaro do túmulo”; (12 e 18) “numerosa multidão que viera à festa [...] multidão lhe saiu ao encontro”. Parece que como Barclay, Barrett, Bernard, Bruce, Dufour e Mateos afirmam que havia apenas duas multidões, e não três. É mais coerente considerar a multidão composta de romeiros que tinham vindo da Europa, Ásia, África e demais lugares, para participar da grande festa da Páscoa, e haviam chegado mais cedo para a festa, como é visto em v. 11, “Ora estava próxima a Páscoa dos judeus, dessa região subiram muitos a Jerusalém, antes da Páscoa, para se purificarem”.

Havia rumores de que Jesus, o homem que tinha ressuscitado Lázaro da morte, estava a caminho de Jerusalém, e era seguido por uma multidão que já se achava em Betânia. E a multidão que se encontrava em Jerusalém, alvoroça-se para

vê-lo, aclamá-lo e aplaudi-lo, assim, esta multidão sai da cidade para defrontar-se com este Jesus espantoso. Nesta referida multidão, havia três grupos de diferentes interesses: a multidão de curiosos, que simplesmente buscava novidades; v.18 “a multidão que saiu ao encontro, por ter ouvido que ele fizera este sinal”, a turba que se empenhava em andar atrás de um líder astucioso, conquistador e vitorioso na esperança de que pudesse proporcionar liberdade político-social - à semelhança da multidão que estava no encalço de Jesus, o operador do sinal da multiplicação dos pães e peixes, que saciou a fome da multidão, para proclamar Jesus, como rei, registrado em João 6,1-15. E o terceiro grupo que era motivado por interesses religiosos e espirituais para aclamar Jesus e segui-lo.

### 3.3.2. Ramos de palmeiras

Os conquistadores romanos desfilavam nas ocasiões especiais, vestidos de túnicas de sedas de cores purpúreas, ostentando coroas, cetros e outros adereços pomposos. Eram acompanhados de corneteiros, músicos, cantores, dançarinas, porta estandartes e carregando as imagens dos imperadores divinizados. Muitas vezes, os reis, os generais e o exército vencidos, eram acorrentados juntos e desfilavam para exibição. Eram cortejos em que os reis, os imperadores e os vencedores eram endeusados, e o povo tinha que prestar as devidas homenagens, e até adoração, nestes desfiles.

Enquanto o cortejo da entrada da cidade de Jerusalém, que era o de Jesus, seus discípulos e o povo manifestavam um clamoroso contraste que o autor do Evangelho descreve. Ainda nos dias de hoje, na comemoração da Páscoa, ressurreição de Jesus, muitos fiéis católicos participam da cerimônia da comemoração da Páscoa Cristã, portando algum ramo de palmeira, gesto este, que já era praticado entre os povos gregos, por ocasião da recepção de um soberano numa cidade. Certamente é o vestígio da prática judaica do conhecido “Domingo de Ramos”.

Diz Brown (1960, vol.1, p.461) que há um ponto de vista diferenciado, acerca da escassez ou abundância de palmeiras em Jerusalém e nas suas cercanias. Bruce esclarece que “Os ramos, não havia dificuldades em achá-los; havia tamareiras em Jerusalém e na vizinhança” (BRUCE, 1997, p.222). Por outro lado, Dufour explica: “A multidão deve ter providenciado com antecedência. Não havia palmeiras em

Jerusalém, como poderia confirmá-lo uma carta de Bar Kokba (escrita nos arredores de Jerusalém) pedindo que lhe trouxessem palmas de Engadi” (LÉON-DUFOUR, 1996, p. 316). Provavelmente os escritores estão lidando com diferentes palmeiras ou árvores, assim, há contradição aparente, quanto ao impedimento ou disponibilidade dos ramos para a procissão. “Somente João menciona que os ramos eram de palmeira, [...] que este não tinham sido cortados na passagem, mas tinham sido previamente preparados” (LIGHTFOOT, 1960, p.250).

Nas comemorações das Festas de Tendas ou dos Tabernáculos, Páscoa e Pentecostes, o povo se alegrava durante sete dias com “ramos de palmeiras” (Lv 23,40). Carregar palmas era o símbolo de vitória e significava homenagem triunfal para um vitorioso ou um rei (1Mc 13,51; 2Mc 10,7).

O uso de ramos nas festividades judaicas era costumeiro e antigo. Quando Judas Macabeu dedicou novamente o Templo (164 a.C.), os judeus trouxeram palmas para o Templo, na conquista da independência política, celebrada sob o domínio de Simão em 141 a.C. (1 Mac 13,51), ramos de palmeira foram usados na procissão (Ap 7,9), para o júbilo bem-vindo e era um símbolo nacional.

Naquelas festas os fiéis carregavam feixes feitos de ramos de palmeiras, murtas e salgueiros chamados “lulabs” (BARCLAY, 1955, p.136), e diariamente, iam com eles ao Templo. O uso de ramos de palmeiras não tinha nenhum papel prescrito na Páscoa (BRUCE, 1997, p.222); por causa disso, o uso de ramos na entrada triunfal serviu-se de um contexto original da festa dos Tabernáculos para a festa de Páscoa.

Mais tarde as palmeiras aparecem como símbolo de poder nacional sobre Israel e o uso de ramos de palmas evoca o nacionalismo Macabeus e a imagem da palmeira é cunhada nas moedas pelos rebeldes da Judéia durante as duas revoltas contra Roma (66-70 e 132-135 d.C). Sem dúvida no mundo antigo, as palmas eram símbolos de vitória, o que é atestado em documentos judaicos.

Além disso, o ramo das palmeiras como símbolo da nação judaica estava tão bem atestado que os romanos, por sua vez, usaram nas moedas que cunharam para celebrar o esmagamento das revoltas judaicas. Nesta ocasião, portanto, os ramos de palmeiras podem ter significado a expectativa do povo diante da libertação nacional iminente, o que é confirmado pelas palavras com que saudaram nosso Senhor.

### 3.3.3 Jumento

Jesus veio montado num asno, e o povo recebeu-o como um conquistador, a multidão falhou em ver o messiânico e real significado da entrada em Jerusalém, sobre o qual, o próprio João evidentemente enfatizou. “O jumento é paciente e simboliza a paz. O novo rei eliminou os carros de Efraim, os cavalos de Jerusalém, anunciou a paz às nações [...] Ele é o rei da paz” (FERREIRA, 2015, p.14). Eles não reconheceram em João, o uso de um jumento como o cumprimento da profecia. Estes textos proféticos têm pontos comuns.

Em primeiro lugar, a promessa de libertação (Sf 3,15ss; Zc 9,9ss), depois o tema da reunião dos dispersos (Sf 3,19s; Zc 9,12), Zacarias por sua vez acrescenta a ideia da universalidade e o caráter pacífico do reino (9,10). João coloca a busca de um jumentinho, um potro de um jumento, “e achou Jesus um jumentinho e montou nele” (12,14). Só depois que a multidão saiu para saudar a Jesus: “Hosana! Bendito o que vem em nome do Senhor! Bendito o rei de Israel!” (12,13), provavelmente esta atitude tinha como uma correção do entusiasmo nacionalista da multidão. “Somente depois que a multidão expressou conceitos nacionalísticos que Jesus pegou a mula e montou sobre ela” (BROWN, 1966, p. 461).

Montado no burrico, Jesus quis desmentir toda a pretensão de violência e de realza mundana que a multidão pudesse esperar dele. A cavalgadura dos reis de Israel era a mula, e não o burro (I Rs 1,33, 38,44). João acrescenta que esta cena da montaria num jumento é baseada nas profecias de Zacarias 9,9. O profeta exprime claramente que suas palavras pronunciadas de um rei montado num jumento comunicam a chegada de um tempo de paz, de um Príncipe da Paz.

Estes textos proféticos têm pontos comuns. Em primeiro lugar, a promessa de libertação (Sf 3,15ss; Zc 9,9ss). Depois o tema da reunião dos dispersos (Sf 3,19s; Zc 9,12), Zacarias por sua vez acrescenta a ideia da universalidade e o caráter do reino (9,10). Jesus aceitaria a designação de Rei, somente quando fosse aclarado enfaticamente em termos de Príncipe da Paz que o profetas Zacarias previu, não montado em um cavalo de guerra, mas num asno. Jamais poderia assentir Jesus montado em um cavalo para sua entrada vitoriosa na cidade santa. A ação de Jesus entrar em Jerusalém montado em um jumento foi uma parábola encenada, que tinha o propósito de corrigir as expectativas erradas da multidão de peregrinos e mostrar à

cidade o verdadeiro caminho da paz. Tradicionalmente, marchar montado em um cavalo na entrada de uma cidade simbolizava domínio e vitórias bélicas sobre aquela cidade e seu povo. Convém desmistificar o uso de um jumento nos tempos bíblicos, em relação aos dias atuais. Mulas ou jumentos são utilizados atualmente pela população de parques recursos.

Primeiro, porque estes animais podem ser adquiridos com pouco investimento, em relação aos cavalos; eles se alimentam de qualquer coisa e resistem às durezas de trabalho, sem falar do aspecto físico. Enquanto que o cavalo é oneroso para ser adquirido, requer mais cuidado no trato, na alimentação, e sem dúvida é mais frágil em relação às mulas e mais pomposo. Há relatos notáveis do uso de mulas no Antigo Testamento.

A começar, a montaria numa mula, não evidenciava a penúria do proprietário ou do usuário, por contrário eram animais usados em paz por grandes pessoas. Por exemplo, juiz Jair e sua família “que cavalgavam trinta jumentos” (Jz 10,4); “Abdom cavalgava setenta jumentos” (Jz 12,14); Aitofel (2 Sm 17,23); Mefibosete (2 Sm19,26; Jz 5,10). A visão dessa tumultuada bem-vinda enviou às autoridades judaicas a um profundo desespero.

#### 3.3.4 Hallel e hosana

As referências do Antigo Testamento sobre a Entrada Triunfal é o cerne e a chave para o entendimento do Entrada Triunfal do Messias. Deve-se analisar o clamor da multidão quanto às palavras de Jesus registradas por João nesta perícope. “Hosana! Bendito o que vem em nome do Senhor! Bendito o rei de Israel!”

“Hosana”, isto é, *Hôshiah-nnâ*, era grito do povo aos reis, a exemplo da “mulher tecoíta apresentou-se ao rei Davi, inclinando-se, prostrou-se com o rosto em terra e disse: Salva-me, ó rei!” (2Sm 14,4), ou em (2 Reis 6,26). É uma expressão hebraica, que é um chamado à salvação. Havia se tornado uma aclamação de súplica: “dá salvação agora” ou “dá vitória agora” assim celebra a fidelidade de Deus e era utilizado como o refrão de uma música num processional do Salmo 118, na Festa do Tabernáculo, que traduz: “Salve agora” ou “Deus salve o Rei”.

“*Hallel*”, nome que designa os Salmos 113 a 118, significa um convite à adoração, “Louve a Deus”. Eles eram salmos de saudação e de ação de graças ao Deus de Israel que deu libertação e vitória ao seu povo. Eram cantados em grandes



atos de louvor e gratidão no Templo, principalmente na Páscoa, que era parte integral da ocasião e nas festas das Tendões. O trecho que a multidão entoava era: “Hosana! Bendito o que vem em nome do Senhor e que é Rei de Israel!”. Barclay (1955, p.136) explica que este Salmo era escrito para a primeira celebração da Festa de Tabernáculo, quando Neemias tinha reconstruído o muro, a cidade e o templo, nesta ocasião, quando judeus voltaram do cativeiro da Babilônia e puderam cultuar de novo (Ne 8, 14-18). Portanto, é um salmo que celebra um grande acontecimento e o povo estava cantando ciente disso. Além disso, o canto rememorava as vitórias contra os dominadores. Na ocasião, quando Simão Macabeu obteve vitórias contra os Selêucidas e desfilava nas ruas de Jerusalém, a multidão deu boas vindas entoando este mesmo hino, mais de cem anos antes. Sem sombra de dúvida, a multidão de Jerusalém entoava o Hallel, cogitando na chegada de um Messias Libertador, Ungido de Deus para libertar Israel do domínio romano.

Ao se referir as palavras de Jesus, João insere o texto de Salmo 118, 26 “Bendito o que vem em nome do Senhor” e incorpora as palavras de Sofonias “o rei de Israel” (3,15). E para descrever a montaria sobre a mula, suprime e modifica as palavras dos profetas, de Zacarias por profecias de Sofonias, por exemplo: – “não temas, ó filha de Sião” que são as palavras de Sofonias (Sf 3,16), no lugar de Zacarias.

E termina com as palavras de Zacarias (9,9): “eis que vem teu Rei, montado sobre o filho de uma jumenta”. A multidão canta em altas vozes, aclamando como “o rei de Israel”. Diz Mateos: “Realizou-se o que pretendia o Batista – para que se manifestasse a Israel” (1,31). Barclay prossegue: “Para eles isto deve ter sido somente a questão de tempo, até trombeta toque e chamada às armas soe a nação judaica varrerá o Império Romano” (BARCLAY, 1955, p.136).

João na descrição da Entrada Triunfal de Jesus suprime, boa parcela do texto, da profecia de Zacarias e deixa somente as características que traduzem a postura de Jesus. Quanto à destruição de carros, cavalos e arco de guerra não mencionada; deixa o que poderá se cumprir com o estabelecimento do Reino, a mensagem messiânica, como: anunciar a paz às nações e a expansão do domínio do Reino Espiritual.

### 3.3.5 Messianismo na entrada triunfal

Os imperadores romanos impunham ao seu povo e aos conquistados, adorações à sua pessoa como uma divindade; assim, estes eram santificados e divinizados. As suas estátuas e imagens eram exibidas nas praças e nos templos, suas façanhas e heroísmos eram esculpidos nos templos, nas colunas e nos arcos para serem lembrados e cultuados. Principalmente na cidade de Roma, eram erguidas estátuas em homenagem aos imperadores que obtiveram grandes conquistas e vitórias nas guerras. Consideravam que estas construções eram a perpetuação do seu poder.

Assim agiram os imperadores Nero, Calígula, César, dentre outros, provavelmente na tentativa de imortalizar a sua passagem, suas proezas e seus sucessos aqui na terra. Em 1961, foi descoberta uma inscrição em pedra calcária, nas ruínas em Cesaréia marítima, que diz: “Poncio Pilatos, prefeito da Judéia, dedicou ao povo da Cesaréia um templo em honra a Tibério” ([www.acidigital.com](http://www.acidigital.com)). Enquanto que o Messias divino perpetua suas obras não nas coisas materiais, tais como: pedra, madeira, construções, mas como ele mesmo declarou: “Trabalhai, não pela comida que perece, mas pela que subsiste para a vida eterna, a qual o Filho do Homem vos dará” (6,27).

A citação que João acrescenta do Salmo 118,26 no versículo 13, “Hosana! Bendito o que vem ao nome do Senhor! Bendito o rei de Israel!” soa a referência ao nacionalismo. A multidão evidentemente interpreta “o que vem em nome do Senhor” como o Rei de Israel. Aconteceu algo parecido depois da multiplicação de pães e peixes, quando a multidão intentou coroar a Jesus como rei (Jo 6,14 e 15). Nesta ocasião Jesus se afasta da multidão para a montanha para evitar a aclamação. Aqui Jesus não procura afastar-se, mas tenta representar de maneira parabólica a sua mensagem, isto é, a deliberada reivindicação de ser o ungido de Deus, o Messias, porque chegou a hora. Era intencional encenação das palavras de Zacarias (9,9) “Alegra-te...ó filha de Sião...” Sem dúvida, tudo era uma ação messiânica. Há de atentar aos dois detalhes no ato de montar num jumento para entrar na cidade:

Barrett observa que “coloca a descoberta do animal após a ovação e isto pode ser que ele pretendesse a seleção do jumento como uma correção do entusiasmo nacionalista da multidão” (1978, p.418). Por outro lado, Dufour também tenta esclarecer e corrigir o equívoco da multidão, “mas Jesus, encontrando um

jumentinho, montou nele”. Com esta conduta incrimina a aclamação mundana dos judeus por Messias político incompatível a Jesus (LÉON-DUFOUR, 1996, p.317). Este episódio do confronto de Messianismo de Jesus com o Messianismo do povo de Israel é clímax da Entrada Triunfal de Jesus. A maioria do povo queria que restaurasse a glória e o resplendor do reinado de Davi, com ações militares e políticas, com as quais, libertasse a nação de Israel do jugo romano. Enquanto que o messianismo de Jesus se assenta no envio pelo Pai “Assim como o Pai, que vive, me enviou, eu vivo pelo Pai” (6,57); na vida segundo a vontade de Deus “Porque eu desci do céu, não para fazer a minha vontade, mas vontade daquele que me enviou” (6,38); na glorificação da sua vida pela morte na cruz “Quando tiverdes levantado o Filho do Homem, então conhecereis que eu sou”(8,28), e na vida ressurreição, “Eu sou a ressurreição e a vida” (11,25).

E também como, bem claramente expressaria diante de Pilatos no seu julgamento, que o seu “reino não deste mundo ... o meu reino não é daqui” (18,36). Tanto a declaração de Jesus como a interpretação de João no instante da Entrada Triunfal, acerca de profecias de Sofonias como Zacarias são fantásticas. Não estão expostas, mas os textos remetem às características do Messianismo, tais como: promessa da libertação, “O SENHOR afastou as sentenças que eram contra ti e lançou fora o teu inimigo.

O SENHOR, está no meio de ti; tu já não verás mal algum [...] O SENHOR, teu Deus, está no meio de ti, poderoso para salvar-te; com alegria [...] eu os congregarei [...] salvarei [...] recolherei”. (Sf 3,15 – 20). “Eis aí te vem o teu Rei, justo e salvador, humilde, montado em jumento [...] Destruirei os carros [...] e os cavalos [...] e o arco de guerra será destruído. Ele anunciará paz às nações; o seu domínio se estenderá de mar em mar e desde o Eufrates até às extremidades da terra”. (Zc 9,9,10). Nestas palavras estão incorporadas as promessas de libertação, o caráter pacífico do reino, o retorno dos desterrados e dos dispersos. Acima de tudo, o caráter universal do Reino de Jesus. Tudo isto é um novo caráter e clamor de um Messias especial.

Encerrando o episódio da Entrada Triunfal de Jesus, como a parte final do seu ministério, Jesus vinha evitando de expressar a sua missão original de propósito messiânico aos seus ouvintes e seguidores. Com a manifestação explícita da sua incumbência espiritual, ele anuncia o cumprimento da sua vinda ao mundo. Como já se mencionou que, de acordo com a estimativa histórica da época, aglomerava cerca

de dois milhões de peregrinos, que eram compostos de curiosos, ambiciosos e religiosos. Uma grande parte portando palmas como símbolo de vitória e da nação judaica, saudando a Jesus montado sobre um jumento, interpretando a mensagem de que o seu Messias e Reino não tencionavam bens materiais e poder terreno. E a menção de canto de Hallel e Hosana delineavam um convite à adoração. Esta demonstração incrimina a intenção mundana e terrena do Messias.

Ao tratar da Entrada Triunfal de Jesus, pode-se comparar com o Arco de Triunfo em Roma. Construído por volta de 82 d.C. com a finalidade de comemorar a vitória pela subjugação dos revoltosos judaicos na cidade de Jerusalém, sob o comando do general Tito Vespasiano Augusto. Nele desfilavam, os generais responsáveis pelas vitórias, num cavalo garboso, exibindo os despojos, militares inimigos, e escravos capturados. Contrariamente, a Entrada Triunfal de Jesus nas ruas de Jerusalém, tinha por fim celebrar a vitória de Jesus contra Satanás e os seus seguidores que, segundo a profecia e o plano de Deus, sucederia, a morte de Jesus na cruz. É uma comparação antagônica e cruenta.

Nas comemorações das Festas da Páscoa, Pentecostes e Festa das Tendões ou dos Tabernáculos, o povo alegrava-se durante sete dias com “ramos de palmeiras” (Lv 23,40). Assim o uso de ramos nas festividades judaicas era costumeiro e antigo. Carregar palmas era o símbolo de vitória e significava homenagem triunfal para um vitorioso ou um rei.

### 3.4 REINADO DE JESUS

#### 3.4.1 Lava pés, João 13

Praticamente, a metade do Evangelho é ocupado pela descrição dos sinais e discursos dirigidos à multidão, explanando os significados e propósitos dos sinais realizados. Mas a partir deste capítulo 13, até 17, é seguido por discursos mais íntimos com os discípulos e de teor mais profundo de preparação dos seus adeptos, palavras de despedida e de oração intercessão, como escreveu Mateos: “Os cinco capítulos que compreendem esta seção estão postos desde o início em relação com a Páscoa de Jesus” (MATEOS, 1989, p. 533). João esclarece o cenário do momento, assim: “Ora antes da Páscoa”, ele quer diferenciar a ceia a que participam, com a tradicional solenidade pascal judaica. Jesus efetua célebre lava-pés dos discípulos, depois passa

a dar instrução apostólica, sobre humildade no servir, amor sacrificial, advertência acerca das perseguições, etc.

Para compreender o que se segue “deve-se ter em mente que o lava pés era a) um elemento essencial na humilhação de Cristo; b) um símbolo de humilhação (a água que lavou a sujeira física era verdadeiro símbolo do sofrimento de Cristo durante a sua vida na terra e especialmente na cruz, por meio do qual não apenas expia a culpa do seu povo, mas pelo mérito pela santificação da obra do Espírito Santo; c) uma lição em humildade; em outra palavra, um exemplo (HENDRIKSEN, 1973, p. 234).

Esta refeição comunal com os discípulos é a última ocasião na vida de Jesus com eles. A datação do dia da Páscoa, neste evangelho, por alguma razão imprecisa, difere dos sinóticos. Barrett faz uma observação perspicaz: “A unidade do pequeno grupo, embora perto, não era perfeita” (BARRETT, 1978, p.435).

#### 3.4.1.1 O saber de Cristo

João descreve o saber de Cristo, inserindo seis vezes, o verbo *oída*, saber, nestes 20 versículos. “Sabendo Jesus que era chegada a sua hora de passar deste mundo para o Pai”, v.1. Ele sabe que se aproximava a hora da sua glorificação, isto é, partir-se ou transferir-se, como declarou Barrett: “Bem escolhido para expressar a transferência de um mundo para outro” (BARRETT apud RIENECKER e ROGERS, 1985, p.183). “Sabendo que este que o Pai tudo confiara às suas mãos, e que ele viera de Deus, e voltava para Deus”, v.3.

O escritor relata que Cristo sabia, isto é, plena consciência de o Pai confiara tudo a Ele - a humanidade e a sua salvação; a convicção de que Ele é o Filho de Deus, o Cristo e enviado por Ele, para executar a sua missão; finalmente, cumprida a sua missão, retornaria ao seio do Pai. “Respondeu-lhe Jesus: o que eu faço não sabes agora; compreendê-lo-ás depois”, v.7. Há várias declarações que Jesus fez em vida, que os discípulos não entenderam e há notas explicativas do escritor que esclarecem. Pedro, na sua ignorância e no seu ímpeto, faz várias perguntas e afirmações. Muitas vezes, Jesus evita certas explicações a tais perguntas, naquele momento e uma delas é esta. “Pois ele sabia quem era o traidor.

Foi por isso que disse: Nem todos estais limpos” v.11. Jesus sabia que um dos doze o trairia. Primeiro porque ele conhecia as Escrituras, que profetizavam a traição por um dos seus, em Salmo 41,9 “Até o meu próprio amigo íntimo, em quem eu confiava, que comia do meu pão, levantou contra mim o seu calcanhar”, que estava

se cumprindo. No versículo 18, João faz outra alusão ao conhecimento de Jesus: “Não falo a respeito de todos vós, pois eu conheço aqueles que escolhi; é, antes, para que se cumpra a Escritura”. A questão do porquê Jesus teria escolhido Judas Iscariotes para ser um dos seus seguidores, é o assunto que não concerne neste trabalho, assim, apenas é mencionado dentro do assunto do saber de Jesus acerca do traidor.

A última menção do verbo saber, nesta seção, encontra-se no versículo 17, “Ora, se sabeis estas coisas, bem-aventurados sois se as praticardes”. O que significa este saber “Estas coisas”? Jesus está atribuindo às lições do Lava-pés, que ter parte com Cristo (v.8), como se lê na NTLH: “Se eu não lavar, você não será mais meu discípulo”; prática do lava-pés uns aos outros (v.14); o exemplo do Mestre do lava-pés (v.15); a importância da hierarquia. E Jesus afirmou que não é só saber a lição, mas o cumprimento. E termina afirmando que os tais são “bem-aventurados”.

#### 3.4.1.2 O ato de lava – pés

“Antes da festa da Páscoa”, Carson (1991, p.460) afirma que esta frase serve como o “cabeçalho” dos capítulos, 13 a 17 que se seguem e teologicamente é o desfecho do tema, Páscoa, expandido ao longo do evangelho ( 2,13, 23; 6,4; 11,55; 12,1; 13,1; 18,28, 39; 19,14). Bernard (1985, p.455) faz uma observação notável a estas palavras introdutórias de João: “Sabendo Jesus que era chegada a sua hora de passar deste mundo para o Pai, tendo amado os seus que estavam no mundo, amou-os até o fim” (v.3). “É o solene prelúdio do que se segue do máximo e notável amor de Jesus pelo mundo”. Aqui requer uma observação quanto à aplicação da palavra “hora”, particularmente neste evangelho. “É o tempo indicado por Deus para eventos específicos na vida de Cristo. Jesus várias vezes deixa claro que o Pai fixou um período de tempo para cada evento em sua vida (2,4; 12,23,27; 13,1; 17,1)” (BARABAS, *apud* TENNEY, 2008, p.149).

Desde o acontecimento em Betânia, que caiu numa Páscoa, o escritor não denomina mais de “Páscoa dos judeus”. Como escreveu Mateos (1989, p.559): “Jesus rompera definitivamente com Jerusalém e com o Templo e a Páscoa é a libertação da humanidade”. Esta “ceia” não é a Ceia Pascal, mas é a última refeição, isto é, de despedida de Jesus com os seus discípulos, de partilhar, ouvir e atentar as instruções do Mestre, em uma comunhão íntima, que em breve partiria deste mundo. João “enfia”

nesta descrição encantadora da introdução, a exibição da obra satânica de ter-se “arrojado” em Judas Iscariotes. É o caso da corriqueira presença do mal, onde aparentemente flui tudo tão bem para arruinar o que estava em harmonia. O ato de “levantou-se da ceia” descreve o lava pés, um ato, não antes da refeição, como um ritual costumeiro, mas durante a refeição, segundo Morris (1995, p. 546), para servir de ilustração dos seus ensinamentos.

Qualquer discípulo faria este serviço de lavar os pés do Mestre, do inferior ao superior, mas naquele contexto, ninguém atreveria lavar os pés do companheiro, do discípulo, de um igual. O texto é vívido para descrever o detalhe do verdadeiro serviço de um escravo – “tirou a vestimenta de cima, tomando uma toalha, cingiu-se com ela. “O valor humano dos escravos dependia do serviço submisso, não de sua dignidade humana natural. [...]

Em suas relações mútuas, senhores e escravos eram representados como tendo as mesmas obrigações humanas e merecendo o mesmo tipo de respeito” (KOESTER, 2005, p. 64). Depois deitou água na bacia passou a lavar os pés aos discípulos e a enxugar - lhes com a toalha com que estava cingido” (v. 4 e 5). Não era uma mera encenação, mas o Filho de Deus, enviado por Ele, descido dos céus, numa conduta de um verdadeiro criado.

Lavar os pés de alguém, era um serviço tão inferior que um escravo judeu não era permitido executar, sim, um gentio. “A partir da época macabaica, era impossível para um judeu de nascença tornar-se escravo de outro judeu [...] não houve escravos judeus” (JEREMIAS, 2010, p.158). A esposa ou filhos podiam realizar ao seu esposo ou ao pai. Neste texto, o ato de lava-pés “não era símbolo de purificação, mas uma ilustração da dignidade de serviço” (BERNARD, 1985, p.462). Por outro lado, Bruce avança que tem o significado de batismo (BRUCE, 1997, p.242), que não há necessidade de repetir. Talvez, isto que Jesus esteja aludindo, quando disse que: “Quem já se banhou não necessita de lavar senão os pés, quanto ao mais, está todo limpo”, v.10.

Quando Pedro, recusou ser lavado pés por Jesus, ele disse: “*su mou* – tu me” v.6, pôde-se constatar a impetuosidade nas expressões do diálogo, o segundo pronome é enfático. Em resposta, a expressão de Jesus “*egw su* – eu tu” v.7, emite a importância contrastante de Jesus para com Pedro, por fim, Pedro recusa veementemente: “*ou mh* - não nunca”, v.8, com a dupla negação. Finalmente, Jesus advertiu severamente, dizendo: “Se eu não te lavar, não tens parte comigo” (v.8), isto

quer dizer, ou ter lugar e tomar parte com outro ou ser parceiro “compartilhar do seu trabalho e, finalmente, sua recompensa, rejeitar o princípio da dignidade do ministério e serviço que estava por trás da obra de Jesus,” (BERNARD, 1985, p.461). “Tu não terás parte em mim ou não terás comunhão comigo” (HAUBECK E SIEBENTHAL, 2009, p.625). A versão na NTLH é com mais ímpeto – “Se eu não lavar, você não será mais meu discípulo!”. Mateos e Barreto (1989, p.563 – 564) têm importantes considerações éticas acerca do lava-pés:

Ao colocar-se Jesus, Deus entre os homens, aos pés dos seus discípulos, destrói a ideia de Deus criada pela religião. Deus não age como soberano celeste, mas como servidor homem. Pôr-se acima do homem é pôr-se acima de Deus, que serve ao homem e o eleva até a si. Jesus destrói assim toda dominação e tira a justificativa a toda superioridade. Sua comunidade não é piramidal, com estratos superpostos, mas horizontal, todos a serviço de todos, à imitação de Deus e de Jesus. Não é que Jesus se rebaixe, mas sim que não reconhece desigualdade ou hierarquia entre homens. A grandeza humana não é valor a que ele renuncia por “humildade”. O Lava-pés significa aceitação, hospitalidade, acolhida fraterna, como explicará Jesus (13,20). O amor fraterno expressa-se em acolhida, e esta, por sua vez, em serviço.

#### 3.4.1.3 Significado espiritual do lava-pés – João 13, 12 – 17

Depois de terminado de lavar os pés dos discípulos, Jesus se recompõe, retorna ao lugar e faz uma pergunta: “Compreendeis o que vos fiz?” (v.12). Assim inicia a explicação do significado do “Lava-pés”. Quando os discípulos chamam de “Mestre e Senhor” é bom e correto, porque de fato Ele é o Cristo, apesar de “Senhor e Mestre” ter agido como servo, não havia se destituído da missão cristológica incumbida pelo Pai. Não era mera imagem de um servidor, mas, como o próprio Jesus disse: “Porque eu vos dei o exemplo, para que, como eu vos fiz, façais vós também” (v.15). “Jesus tinha dado serviço mútuo.

Isto é mais do que um exemplo. É um protótipo definido. Em um ato típico, eles experimentam o amor de Jesus e devem fazer com que outros tenham a mesma experiência” (SCHLIER, in *upodeigma*, KITTELL, TDNT, 1973, vol. II, p.33). Há uma ênfase repetitiva nos versículos 14 e 15 “também vós deveis lavar os pés uns dos outros”, “façais vós também” (TEMPLE, *apud* MORRIS, 1995, p.552): “alegremente lavaríamos os pés de nosso Senhor Divino; mas ele desconcertadamente insiste em lavar os nossos, e nos pede que lavemos os pés do próximo”. Jesus continua demonstrando a razão porque o Senhor procedeu assim. Introduce a frase com o



conhecido aforismo de “Amém, amém”, apesar de existir hierarquia do Senhor e do servo, e o que enviou e do enviado, tanto o Senhor e o que enviou são maiores e estão acima. Mas o ritual do lava-pés aparentemente desfaz esta ordem e iguala, motivado unicamente por “estas coisas”, isto é, pela verdade do exemplo da humildade, quando assim proceder é motivo de bem-aventurança. Morris (1995, p.552)

Jesus lembra a seus seguidores do seu estado de escravos e “homens enviados”. Eles não permanecem na sua dignidade ou pensam muito alto de si mesmos. Se seu Mestre e seu enviado faz ações humildes, então eles, os escravos e os enviados e não devem considerar tarefas domésticas abaixo de sua dignidade. Estes ditos com suas variantes se encontram em 4 ocasiões – aqui, 15.20; Mt 10.24; Lc 6.40; 22.37. É evidente que foi um dito que Jesus amou muito para repetir.

Mais uma vez Jesus inicia a sentença com o costumeiro, porém de grande significado, “Amém, amém vos digo quem recebe aquele que eu enviar, a mim me recebe; e quem me recebe, recebe aquele que me enviou” v.20. Carson (1991, p.471) declara que nestas palavras contém uma declaração cristológica impressionante - “Eu sou Ele”, entremeado pelas expressões de muita intimidade - “quem me aceita, aceita quem me enviou”. Estas palavras envolvem efetivamente os discípulos a Jesus. A missão de Jesus dispensa o mais alto significado teológico, mais absoluta autoridade divina. Falhar em unir-se com Cristo é falhar em conhecer a Deus. Através dos discípulos a missão de Deus é representada e inclui a missão de Jesus: “Assim como o Pai me enviou, também eu vos envio a vós” (Jo 20,21).

É o discurso de desfecho e de comunhão do Senhor com seus seguidores. É um momento memorial, porque é a última oportunidade em que estariam compartilhando esta aproximação corporal. Até que ponto os discípulos estariam sentindo esta reminiscência com o Senhor que está para enfrentar a cruz e definitivamente, estaria separado desta afinidade próxima para sempre, exceto através do Paráclito, isto é, espiritual. Estranhamente, o Senhor combina a refeição, que é o momento de maior intimidade e confraternização, com a ação de Lava-pés. Como já foi abordado, o ato de lava-pés é o ato de extrema humilhação. Parece que o Senhor Jesus quer integrar estas duas atitudes no viver constante de um discípulo, isto é uma comunhão e de humilhação. O que equivaleria o lava-pés do passado com uma ação ou atitude com os mesmos significados nos dias de hoje?

#### 3.4.2 Um novo mandamento Jo 13, 14, 15, 16

Dentro do capítulo (Jesus, Messias e Rei) é imprescindível que se trate do amor do Pai, do Messias e dos discípulos. O amor de Deus que foi o motivo do envio de Jesus ao mundo perdido; toda a vida, as ações e as mensagens de Cristo eram fundamentados no amor; a culminância do amor que levou Cristo a morte, a de cruz; não há outra mensagem que a igreja deva anunciar ao mundo, senão a do amor. Este é o tema deste trabalho.

Este assunto, na semelhança do Paráclito, não se concentra num determinado capítulo. O assunto é espalhado, pelo menos nos três capítulos – 13, 14 e 15. O autor apresenta o assunto, a nosso ver, em três temas: amor, uns para com os outros em 13, amor e mandamentos em 14 e amor e amigos em 15.

A fim de tirar o povo da opressão em que se achava sob um pesado jugo, Jesus veio para ensinar e difundir o amor que liberta e proporciona uma nova vida e dignidade que Deus tem para com os homens.

Jesus não era um agitador político, e sim, o Messias Libertador. Ele se encarnou para dar testemunho da verdade e o seu reino não consistiu em dominar ao estilo dos reis de qualquer época deste mundo, porém Ele exerceu sua ação libertadora com a missão de testemunhar a verdade com a prática do mandamento do amor. O amor de Jesus é gracioso e o homem só atinge o seu grau máximo de agir com amor, quando aprender a doar-se por inteiro como Jesus, e amar como Ele amou.

No reino de Jesus conduzido pelo Espírito Santo, domina este mandamento da comunhão, do amor, totalmente oposto ao reino de César e do seu seguidor Pilatos, que não conseguem falar a palavra do Paráclito, mas, com ações crivadas de ódio, falavam a linguagem da morte, da divisão, agindo de forma dolosa, de modo perverso, causando grande tensão social, rechaçava, explorava, matava cruelmente, implantando esta má querença às nações.

Jesus não veio para ser governante, Ele não aspirava ser o rei da terra, como homem, Ele trouxe o reino do amor, do serviço da partilha.

#### 3.4.2.1 Uns para com os outros – Jo 13, 34-35

João descreve sobre o amor de Jesus e inicia o capítulo 13, com as palavras supremas e de grande intensidade - “amou-os até o fim” (13,1). Haubeck e Siebeenthal (2009, p.624) interpretam: “ao extremo e até a consumação”, e prossegue a descrição do “Lava pés” (13,4 – 30). Jesus volta a discorrer acerca do amor depois da saída de Judas Iscariotes do ambiente da ceia (13,31-38). Ele declara que, um “Novo mandamento vos dou” v.34. Este “Novo mandamento” entra em contraste com o de Moisés, do Legislador versus do Messias. O adjetivo “*kainos* – novo” (LÉON-DUFOUR, 1996, vol.III, p.62), neste contexto significa uma consequência do mandamento, da aliança definitiva efetuada em Jesus, na natureza do amor que os discípulos devem dispensar uns aos outros, como resultado do amor de Jesus que “amou-os até o fim” (13,1). Doravante, uma nova fase de convivência fraterna, que se inicia entre os discípulos e se expande no mundo. Assim se institui uma nova comunidade com a pessoa do Messias e de suas palavras de amor mútuo, desta maneira sendo reconhecida como a comunhão dos seguidores de Cristo, que apresentará “uma marca inconfundível do seu novo amor” (BRUCE, 1997, p.254).

O amor que Jesus pleiteia aos seus seguidores é um amor visível, reconhecível, constituído de uma expressão universal, comprovado pelas obras, como marca distintiva da sua comunidade. O amor de Cristo vivenciado aos outros é a única prova da presença concreta do amor de Deus, e com esta demonstração do amor fraterno ao próximo, Deus se torna presente nela mesma. A prática do amor terá sempre como base a própria vivência do amor, assim, somente amando ao semelhante é que se ama a Deus. A prática do amor não é uma doutrina, mas é um comportamento (MATEOS e BARRETO, 1989, p. 586). O amor de reciprocidade que Cristo demanda é mais do que uma exigência moral (LÉON-DUFOUR, 1996, vol.III, p.62). Esse amor é um dom que a comunidade recebe, por meio de Cristo, e é a marca da existência do amor nos fiéis, em sucessão com a comunhão divina da qual eles fazem parte.

Ironicamente, João situa o mandamento do amor entre a traição de Judas e a predição das negações de Pedro (MATEOS e BARRETO, 1989, p. 587). Naturalmente é o plano literário do autor de contrastar o amor e o ódio, a fim de enfatizar Deus e Satanás.

#### 3.4.2.2 O mandamento – Jo 14,15-24

A segunda parte deste capítulo se centraliza na expressão “mandamento”. Os versículos que tratam do amor se baseiam nos termos “mandamentos” e “palavra”. O autor, ao tratar do amor nesta seção, vincula o termo amor aos “mandamentos” e “palavra”. De acordo com as palavras desta seção, os mandamentos e o amor estão tão entrelaçados, de maneira tal, que se tornam inseparáveis, e quase difícil de priorizar: amar ou guardar os mandamentos. Além disso, a ordem das palavras é desarranjada, de modo que é difícil determinar qual é realmente o termo que deva ser enfatizado pela ordem de colocação: nos versículos 15, 21, 23 e 24 do capítulo 14, ora os termos, amar vem primeiro ou mandamentos antecede.

Quem teve a iniciativa do amor? Certamente não foi o homem. Mas há quem pense que pela fidelidade e devoção do homem suscitasse em Deus o amor por estes fiéis. “Deus Pai foi o primeiro a manifestar aos homens quando lhes deu o Filho único para que eles tivessem a vida (3,16) um amor de que eles são a meta desde a criação do mundo” (LÉON- DUFOUR, 1996, p.91).

Aquele que conserva os mandamentos comprova o seu amor para com Jesus e para com o Pai e, conseqüentemente, como resultado será objeto do amor do Pai e de Jesus. O Pai considera como filho, aquele que ama, da mesma forma que Jesus, o vê como irmão. Ainda mais, Ele prometeu o grande privilégio de alcançar a especial revelação de Jesus: “e me manifestarei a ele”, isto poderá ocorrer provavelmente após a ressurreição, assim estabelecerá sua morada com os discípulos, e viverão juntos, na intimidade de nova família. E esta revelação ocorre dentro da família do amor. A presença de Deus e de Cristo concretiza-se onde amor e obediência são demonstrados. Esta manifestação não é possível quando o amor e obediência estão ausentes (BRUCE, 1997, p. 262). Esta revelação não é uma presença aterrorizante, como numa reunião de religião esotérica, mas é uma revelação num ambiente de amor e da palavra de Deus.

“No antigo êxodo, era a presença de Deus no meio do povo, no novo êxodo, cada membro da comunidade será a morada de Deus; assim, a comunidade inteira será lugar da manifestação da glória (17,22)” (MATEOS e BARRETO, 1989, p.612). Porque ele continuará sendo o santuário onde Deus habita (2,21): assim nele se realiza a teofania. Eles aprenderão de maneira nova a verdade desta unidade mútua com o Pai. Eles ficarão sabendo pela experiência própria que, assim como ele está no Pai, eles estão no Senhor vivo, e o seu Senhor vivo está neles. Esta unidade tríplice

é uma unidade de amor, onde são admitidos a ela, aqueles que amam ao seu Senhor vivo, e demonstram amor com sua obediência (BRUCE, 1997, p.261). O Pai que ama o Filho (3,35; 5,20) ama aos que estão unidos ao Filho, e estes, amados pelo Pai, têm certeza de que o Filho também o ama e se revelará a eles. Esta revelação não é possível quando amor e obediência estão ausentes, porque o mundo odeia os discípulos (17,14), por isso não se manifestará ao mundo.

“A amizade com Jesus significa a colaboração em trabalho, fato este que se considera comum a todos e reponsabilidade de todos; por isso a alegria da missão é compartilhada com Jesus (15,11)” (MATEOS e BARRETO, 1989, p.633). O mandamento e o amor que constituem a comunidade de Jesus, provêm a autenticidade da comunidade e ao mesmo tempo, o fundamento da missão, enquanto que, o mandamento fornece base para a atividade do grupo. Por fim, a condição para dar fruto é cumprir o seu mandamento.

#### 3.4.2.3 O amor do amigo – Jo 15, 9 -15

A terceira parte deste item sobre o amor, ocupa-se a respeito de amigos. Nesta seção, a palavra “amigo” ocorre três vezes – versículos 13,14 e 15.

O corpo de Cristo, a sua comunidade, é o lugar saturado pelo seu amor. Este amor é o seu clima e sua existência no grupo, é o local onde o poder de Cristo manifesta-se. Perseverar no amor de Jesus, não é apenas questão emocional ou de uma vivência devocional (LÉON-DUFOUR, 1996, vol.III, p.126). Não é apenas uma questão de se conservar firme na fé em Jesus, como um bom religioso, porém, mais profundamente, viver na prática do amor alcançado e recebido do Pai. É preciso mais do que uma mera união de pretensões, mas é ocupar-se, verdadeiramente, de permanecer unido a Cristo e buscar obedecer aos seus mandamentos. É o lugar onde o amor de Jesus deve se manifestar ao extremo, é o espaço onde há abundância da habitação recíproca do Pai e do Filho, do forte convívio de amor entre Jesus, do Mestre e de seus discípulos. Consequentemente o Pai celestial e os discípulos de Cristo, na condição de filhos de Deus, com a convicção da aprovação do Pai, convivem um relacionamento de amor mútuo, onde a obediência é exercida sem o senso de dever, mas com alegria e espontaneidade.

Deus só está presente e ativo onde existe amor como o de Jesus e manifesto no seu mandamento. A prática do amor mútuo torna filhos de Deus e põe os discípulos ao nível de Jesus. Aquele que aqui os chama amigos, chamá-los-á também irmãos (20,17), e o padrão que Jesus demanda é “como eu vos ameí”.

“Se me amardes, guardareis os meus mandamentos” (14,15). O amor para Jesus é o requisito para executar os seus mandamentos, da mesma forma que praticar, será a prova do amor para com ele (14,21). Quem não ama o próximo, não pode amar a Jesus, e colocar em prática os seus ensinamentos, significa permanecer no amor de Jesus. Cabe ressaltar que, o compromisso com o próximo, culmina no amor a Jesus (12,45; 14,9). Se não existe amor para com os outros em nossos corações, nossa vida é vazia, carece de Deus, não há comunhão com Ele, e conseqüentemente, torna-se um coração vazio (MATEOS e BARRETO, 1989, p.631), que passa a ser ocupado pelos falsos deuses e espíritos maus, no lugar do Deus vivo e verdadeiro.

Assim, Jesus dá aos discípulos a intenção de sua relação com eles e com o Pai: planos, intuitos, resultados, isto significa amor por atos. Se existe essa qualidade de amor, a comunidade pode reconhecer como sendo de Jesus, senão, falta o essencial. “Ninguém tem maior amor do que este, de dar alguém a sua vida pelos seus amigos”. Jesus aponta aí, a excelência do amor, isto é, alguém que doa a própria vida por outro. Isto é o sumo grau de amor, que significa a disposição de doar a vida para socorrer alguém que esteja padecendo.

Se os discípulos fazem o que lhes é pedido – isto é, se creem e amam o Senhor, o Filho os reconhece como seus “amigos” (BRUCE, 1997, p. 287). Antes, a condição dos discípulos era a de servo, termo que na Bíblia é considerado um título de nobreza; uma vez que caracteriza a relação de um ser com Deus, quando implica a fidelidade sem reservas. Enquanto que o conceito secular de escravo é a de um homem submetido a um proprietário, um senhor deste mundo, a realizar toda e qualquer tarefa do seu senhor, sem reclamar, questionar nada e não receber coisa nenhuma como salário.

Há outra espécie de escravidão de que a Bíblia trata no aspecto religioso, de o homem estar submetido a um pecado e viver sob o jugo de Satanás: “Em verdade, em verdade vos digo que todo aquele que comete pecado é escravo do pecado” (8,34).

Nos versículos 13, 14 e 15, dentro do contexto do amor de Jesus com os discípulos, e deles com Jesus. O autor passa a fazer alusão deste relacionamento entre amigos. No Antigo Testamento há referência ao “amigo de Deus”, no tocante a pessoas como: Moisés e Abraão, que foram fiéis a Deus, até ao ponto de o Senhor confiar a execução de suas ordens e, como comunicou face a face as suas intenções. Ao inserir a palavra “amigo”, no tratamento de Jesus a seus discípulos, Ele passa a justificar seu relacionamento de amor a eles, não mais de “servos”, mas de “amigos”. Os discípulos não são servos assalariados de um senhor, e sim amigos que, voluntariamente colaboram na tarefa. Este tratamento é baseado na escolha, ou seja, a “eleição” dos seus discípulos, feita por Jesus, e o termo “*filoi*” – amigos, não pode ser limitado a um simples relacionamento de dois seres que se converteram em amigos (LÉON-DUFOUR, 1996, vol.III, p.130). Há um aspecto transcendente de Jesus, porque Ele está aludindo aos seus discípulos, como amigos, por quem ele daria a sua vida. Na condição de amigos, Jesus está compartilhando da revelação acerca do seu sofrimento, dores, morte, ressurreição e regresso ao Pai. Ao comungar com os discípulos as suas intimidades, Jesus demonstrava que a relação de amizade é propriedade do grupo.

A amizade com Jesus significa a solidariedade em serviço, o que se acredita comum a todos e incumbência de todos; por isso a alegria do serviço é compartilhada com Jesus e com todos (15,11) (MATEOS e BARRETO, 1989, p. 633).

No relacionamento dos seguidores de Cristo há duas classes. Os que observam os mandamentos e os que os guardam, ou seja, são aqueles que amam a Cristo, são chamados de amigos. Contrariamente, os que não querem saber, nem seguir os mandamentos de Jesus, são classificados como os escravos do pecado. Naturalmente, o autor está remetendo ao sistema escravagista do contexto romano, em contraposição “amigos de Cristo”. Há outra menção contrastante do Reino de Deus e do Reino de César. No julgamento de Jesus, no pretório, diante do governador Pilatos, na tentativa da soltura de Jesus, quando Pilatos concebeu esforço manobrista das autoridades religiosas judaicas na condenação de Jesus. No meio de diversas investidas de Pilatos, a multidão clama: “Se soltares a este não és amigo de César” (19,12). Este clamor contra Pilatos, da acusação de que poderia ser inimigo de César, foi o que selou o julgamento de Jesus.

Resumindo, o texto apresentou três temas sobre o amor: Uns para com os outros, o amor que é novo, e o amor visível e universal. O ensino cristológico é que o amor faz parte do mandamento de Deus - o amor e o mandamento têm uma relação condicional. Jesus prosseguiu neste discurso, apresentando o oposto deste amor – o ódio.

### 3.4 PARÁCLITO JOÃO 14, 15 E 16

O ensinamento sobre o Paráclito se distribui, em todo o decorrer dos discursos de despedida, divididos em cinco textos. E tentaremos organizar o assunto do Paráclito nestes capítulos, em 5 seções: 1ª- João 14, 16 e 17, fala da promessa do envio do Consolador. 2ª- 14, 25 a 26, aborda a tarefa do Consolador. 3ª- 15, 26 e 27, discute acerca do testemunho do Espírito Santo. 4ª- 16, 7 a 11, anuncia a necessidade da volta de Jesus ao Pai, para que Ele venha. 5ª- 16, 12 a 15, trata das atividades do Espírito.

O ministério terreno de Jesus completa-se como compensação. Depois de sua partida, os discípulos recebem o Paráclito, enviado pelo Pai, em nome de Jesus com a função de ensinar e fazer recordar. O Paráclito ou o Espírito Santo é a morada de Deus em nós, é aquele que encoraja e conforta, é o Espírito da verdade permanecendo com os discípulos para sempre. É alguém designado para estar ao lado dos seguidores, como ajudador ou defensor no tribunal.

Como guia e consolador, é a presença constante de Jesus que venceu o mundo para estar com os discípulos reavivando as palavras do Pai, e dele emana amor em posição reversa ao reinado do imperador César e seu partidário Pilatos que promoviam a inserção e o desenvolvimento do medo, da opressão implantando insegurança na população do império, onde predomina uma estrutura social injusta, respaldada por uma ideologia adversa a verdade de Deus.

O Paráclito é uma dádiva que preenche completamente os anseios do coração do homem, porque vem de Deus que é vida e amor.

#### 3.4.1 Definição do paráclito – João 14, 16 e 17



A palavra grega paráclito, é um termo intraduzível. A palavra realmente significa “alguém que é chamado para dar testemunho no tribunal de justiça em favor de alguém, e pode ser chamado de advogado, sempre com o intuito de ajudar alguém em problemas, angústias, dúvidas ou perplexidade”. Pode acontecer, por exemplo, uma situação em que haja soldados desanimados e que precisam ser encorajados, o paráclito se faz presente. Nós falamos de alguém capaz de cobrir outro, com algum feito. Este alguém é um aliado que, em quaisquer circunstâncias na vida cotidiana, explica e nos instrui com relação a todos os ensinamentos que Jesus ministrou e nos faz lembrar das suas admoestações.

Paráclito é um Ser que Jesus prometeu que rogaria ao Pai, isto é, mediante a intervenção do Filho que o Pai enviaria o Paráclito, aos seus seguidores, “E eu rogarei ao Pai, e ele vos dará outro Consolador” (14,16). Na LXX este termo não é usado. Paráclito não é o poder de Deus que um seguidor qualquer, pedindo a Deus para que possa adquirir e obter, este Paráclito ou consolador. “O mundo não pode receber” (14,17). A dádiva só pode ser recebida pelos homens espirituais.

Ele não é vindo como Jesus, que foi enviado por Deus, mas é dado pelo Pai, mediante o rogo de Jesus. E o papel do Paráclito manifesta-se relativo à união do discípulo com o Filho. Embora o Espírito tenha sido prometido como um dom permanente. Não é através da vinda como foi o caso de Jesus, que foi enviado pelo Pai.

Jesus especificou a este Ajudador como “Outro”, isto fica subentendido que os discípulos já tinham um Ajudador, e este só poderia ser Jesus mesmo, porque Ele tinha sido para com eles, como Ajudador e Amigo na terra, só que por um tempo curto, enquanto Ele vivia no meio deles. Foi prometido que o outro Paráclito ficaria em comunhão com eles e permaneceria “para sempre”, para compensar a perda da presença visível e palpável de Jesus.

O autor caracterizou a função do “Paráclito”, como alguém que é chamado a colocar-se ao lado, como ajudador ou defensor, alguém chamado, para assistir naquilo que precisar, por exemplo: ajudar com o ensino (14,26), dar testemunho de Cristo (15,26). Tal como um intérprete, ele esclarecerá tudo o que Jesus de Nazaré lhe disse, Ele iria ajudar especificamente os discípulos.

“O Espírito da verdade” (v.17), assim Jesus o denomina porque Ele declara a verdade e a realidade de Deus, desta maneira, Ele conduzirá os discípulos a esta

verdade. O mundo incrédulo não pode receber o Paráclito porque os seus habitantes não são espirituais e não conhecem a verdade, no entanto este Consolador, habita nos seguidores de Jesus.

### 3.4.2 Funções do paráclito – João 14, 25 e 26

As funções do Paráclito são de servir de testemunha de que Jesus é divino. João continua apresentando a pessoa do Paráclito, nas suas funções. O ministério de Jesus na terra com os discípulos havia sido encerrado, e a partir daí, o Espírito Santo passa a atuar com os discípulos e com os demais seguidores, na condição de Senhor e Mestre. Os discípulos de Jesus, poderiam ter se esquecido de tudo o que o seu Mestre havia falado, assim o Paráclito atua para fazer recordar e elucidar as palavras, bem mais do que Jesus expôs durante o seu ministério, assim exercendo a função de memória e expositor.

Neste texto são usados dois verbos que exprimem as ações do Paráclito: ensinar e fazer recordar. A tarefa de ensinar do Espírito é reavivar as palavras de Jesus. E o verbo ensinar aqui significa interpretar genuinamente as Escrituras, e a ação de recordar implica, além de lembrar os fatos anteriores, de uma tomada de consciência de seu significado.

O Paráclito não age pela sua iniciativa própria, mas sim, como Cristo agiu, segundo a vontade do Pai, e o E.S. procede tal qual o Filho agiu. Ele não expõe nenhuma doutrina nova ou crença diferente da que Jesus apregoou, mas tão somente tudo o que Jesus proferiu. A missão do Paráclito é exatamente a continuação e conclusão da missão de Jesus.

### 3.4.3.3 Testemunho do paráclito – João 15, 26 e 27

O verbo “testemunhar”, muito frequente em João, aparece aqui pela primeira vez nos discursos de despedida, como uma função emparelhada do Paráclito e dos discípulos. O sujeito que testemunha possui uma autoridade incontestável. A finalidade é, substancialmente, a mesma da Palavra que Jesus proferiu: produzir o verdadeiro conhecimento e de sua missão, que é revelar o Pai. A missão primordial confiada ao “Espírito da verdade” é a de testemunhar em favor de Jesus e o objeto de

testemunho são o Filho e o seu ministério. O testemunho que Jesus tinha dado, com suas palavras e ações, da graça e da verdade de Deus. O Espírito assumiria este ministério de testemunhar e o levaria adiante, e o faria por meio dos discípulos a fim de consolidar - lhes a fé, isto, por meio do Paráclito.

#### 3.4.4 Vinda do paráclito – João 16, 7 – 11

A vinda do Espírito Santo não é meramente para suprir a ausência física e visível de Jesus, mas para compensar a necessidade da companhia divina e espiritual do Filho de Deus, e continuar e completar a obra que Jesus iniciara, com os discípulos. A partir deste momento, não pela presença física de Cristo, mas pela sua assistência espiritual e contínua, como disse Jesus: “para que fique convosco para sempre” (v.16). O Paráclito iria equipá-los com todos os recursos de que precisassem no novo tipo de vida que teriam em breve. Jesus declarou que, se ele não for para o Pai e não for glorificado, o Paráclito não viria para eles, assim, a missão do Espírito não começaria.

O Espírito Santo ainda não estava no meio deles, pois Jesus ainda não fora crucificado e glorificado, porque a razão suprema da lei do evangelho é que a vida vem somente através da morte (7,39), porque a influência do Espírito, ainda não poderia ser liberada durante o ministério terreno de Jesus. A própria Palavra afirma que Jesus tem que se retirar, sua partida significa a morte, e esta morte, como ele mesmo predisse, na cruz, é a sua exaltação culminante da cristologia: “E como Moisés levantou a serpente no deserto, assim importa que o Filho do Homem seja levantado” (3,14). A glorificação do Filho de Deus e a conseqüente geração da vinda do Espírito Santo estão ligadas à época da Páscoa para servir de culminância do ministério final de Cristo na terra e a posterior inauguração do ministério do Espírito Santo, entre os apóstolos. “Dar o Espírito suplanta os poderes tradicionalmente atribuídos ao Messias, já que só Deus dispõe do Espírito Santo” (DUFOR, 1996, p.160).

O Espírito Santo é um agente da criação da igreja e a salvação do mundo através dos discípulos; neste sentido a vinda do Espírito dependia da glorificação do Filho, que concluiria a obra redentora do mundo (14,16). Daí em diante a tarefa do Paráclito desempenharia, fundamentalmente uma missão de testemunhar, de produzir testemunhas para Jesus como o Revelador de Deus. O Espírito de Deus tinha estado sempre no mundo, desde o princípio inspirando a humanidade, igualmente o Espírito Santo, doravante passa a infundir a mensagem de Cristo no mundo.

Há uma particularidade na vinda do Espírito Santo que Jesus assinala no versículo 8 “E quando ele vier, convencerá o mundo do pecado da justiça e do Juízo” e no versículo 13 “Quando vier porém, aquele, o Espírito da verdade, ele vos guiará a toda a verdade; porque não falará por si mesmo, mas dirá o que tiver ouvido, e vos anunciará as coisas vindouras”. O primeiro é o verbo “convencer”. O ministério de acusação aos pecados do mundo é expresso com o verbo “*eInchô* – convencer” que significa expor, refutar, convencer ou condenar, e isto é uma pedra de toque do caráter moral para discernir Deus em Cristo. Na versão BJH este versículo é traduzido “Quando o Espírito Santo vier, ele convencerá a gente do mundo de que eles têm uma ideia errada a respeito do pecado, e do que é direito e justo, e também do julgamento de Deus”.

O Paráclito vem para os discípulos, segundo o anúncio de 16,7 e não para o mundo que não pode recebê-lo (14,17). Uma das atividades do Paráclito é convencer “o mundo, do pecado, da justiça e do juízo”. O verbo *elegkhkein* – convencer, expressa uma das principais ações do Espírito que tem muitos significados entre os quais indica: instruir uma causa, descobrir uma falta e, portanto, confundir, repreender, acusar e corrigir severamente.

Não crer em Jesus, é o pecado fundamental para com Deus.

De acordo com o 16,8 “quando ele vier, convencerá o mundo do pecado, da justiça e do juízo” que a “função do Paráclito é endereçada ao mundo”. [...] “a função do Paráclito em João 16, 7-11 implica uma pregação que anuncia ao mundo que a incredulidade para com Jesus traz consequências desastrosas (16,11). O Paráclito proclamará que as consequências decorrentes da rejeição a Jesus são definitivas. De acordo com nosso texto o Paráclito condenará o mundo na medida em que este não acreditar em Jesus como o revelador do Pai e fonte perene de salvação” (SANTOS, 1994, p.263).

Quando fala-se em pecado contra Deus é basicamente não crer em Jesus e não seguir os seus ensinamentos. Isto quer dizer: uma atitude contrária aquilo que Deus, em seu amor, propõe ao homem. A convicção expressa no v. 9 só pode ser compreendida a partir do que Jesus incessantemente afirmou acerca de sua missão: “Quem crê nele não é julgado; mas quem não crê, já está julgado” 3,18. Ele não falava a partir de si mesmo, mas de acordo com o que o Pai lhe comunicara e prescrevera; suas obras manifestavam as do Pai. O Paráclito permitiria aos discípulos entender e proclamar que, ao desqualificar Jesus e sua mensagem, o mundo resiste a Deus (8,47). Por justiça, João entende não a equidade moral, mas a justiça do próprio Cristo como padrão e fonte. Só Deus é que é justo (17,25), e a justiça absoluta só poderia

ser revelada em Cristo ressuscitado. Com relação aos descrentes, ao mundo ímpio, o Paráclito age como promotor.

#### 3.4.5 Atividades do paráclito - João 16, 12 – 15

Jesus tinha vindo à terra como revelador da mensagem do Pai, mas ao mesmo tempo como revelador do seu ministério aqui na terra, o qual foi curto em demasia, isto para que os discípulos pudessem assimilar tudo o que tinha sido revelado. Entretanto, seu ministério de revelação haveria de ser continuado pelo Paráclito, depois da sua partida. Como em 14,16s., o Espírito é chamado de “Espírito da verdade” – aqui como referência à verdade que revelaria aos discípulos, porque Jesus é a personificação da verdade: “Eu sou [...] a verdade,”. O Paráclito não falaria por iniciativa própria. Ele não tem a sua mensagem própria, ou seja, a de transmitir a mensagem que não esteja contida no Verbo encarnado. Assim, a função do Paráclito é tornar esta mensagem explícita e viva, pelo “Espírito da Verdade”. Os discípulos são garantidos pela vitória de Cristo e sustentados pelo Paráclito a dar testemunho diante do mundo. Este conduzirá os fiéis à plena apropriação da verdade do Filho; e mediante o seu sopro, eles participarão do que pertence a Jesus, o Glorificado.

É verdade que Jesus se deu a conhecer os discípulos “tudo quanto ouvi de meu Pai vos dei a conhecer” (15,15). Mas, para que eles pudessem reter tudo que proferiu, daquilo que ouviu do Pai e alcançar uma compreensão profunda das palavras de Jesus, o Espírito da Verdade deve intervir – o que já era dito pelo segundo texto sobre a Paráclito. Formalmente, os versículos 12 a13: “Ainda tenho muito que vos dizer; mas vós não podeis suportar agora. Quando vier, porém, aquele, o Espírito da verdade, ele vos guiará a toda a verdade; porque não falará por si mesmo, mas dirá o que tiver ouvido, e vos anunciará as coisas vindouras”, encadeiam-se então, com as palavras do capítulo 14, 25,26: “Estas palavras eu vô-las disse ... mas o Paráclito... vos ensinará tudo”. Nesse contexto, o Paráclito é o intérprete autorizado de Jesus. A atuação do Espírito vai mais além, ele transmitirá o falar do Filho glorificado, que está em comunhão perfeita com o Pai. Acreditava-se popularmente que quando Messias viesse revelaria novas verdades.

Como o profeta de Jesus, o Espírito guiará - *hodegéseí*, v.13, e comunicará a verdade, aos discípulos. O que ele transmite – *lalesei*, não se trata de sua própria autoridade ou de doutrina nova, mas “o que tiver ouvido” da plena verdade do próprio

Jesus. Por outro lado, as palavras de Jesus são palavras do Pai, como ele afirmou diversas vezes “o que dele ouvi, isso falo ao mundo” 8,26.

João utiliza o verbo anunciar– *anaggéllw*, que descreve a incumbência do Paráclito, por três vezes nos versículos 13,14 e 15. Este verbo tem o sentido de anunciar, desvelar uma coisa desconhecida ou redizer. Assim, o Espírito profetizará “as coisas que hão de vir”, trará a glória e conhecimento da comunhão entre o Pai e o Filho.

Dufour (1996, p.171-173) apresenta três funções que o Paráclito recebe do Pai e do Filho: estar com os discípulos. No Antigo Testamento o Espírito de Deus era concedido aos reis, aos juízes e aos profetas em funções específicas e num período estabelecido. Mas foi profetizado que o Espírito seria derramado sobre todo o povo, (Jl 2,28). Assim, o Paráclito, diferente de Jesus, estaria para sempre com os discípulos (14,16-17), caracterizando os fiéis em Cristo, com a posse do Espírito Santo. A segunda função do Espírito é a de ensinar e fazer compreender o significado e a relevância das palavras de Jesus. A terceira missão do Espírito é a de testemunhar (15,26; 16,8-11), provendo a sua fé na execução da tarefa de testemunhar.

Quando Jesus disse: “porque não falará de si mesmo”, e esta é a razão porque a orientação do Paráclito é segura e confiável nas coisas de Deus e de Cristo. Como o Filho não fala dele mesmo (12,49; 7,17; 5,19), assim o Espírito igualmente não falará de si mesmo. “Ele me glorificará, porque receberá do que é meu, e vô-lo anunciará” v.14.

Em suma, os textos sobre o Paráclito neste Evangelho, estão espalhados em cinco porções nos capítulos 14, 15 e 16, que foram designados de: definição, funções, testemunho, a vinda e as atividades do Paráclito. Ocasão esta em que o autor tentou explicar cada item com análise léxica e suas explicações textuais e aplicativas. Ao concluir a exposição do Paráclito, pode - se afirmar que há sinergia tríplice, entre o Criador, Salvador e Provedor (DUFOR, p.95, 1996).

O Paráclito não pôde convencer Pilatos a agir de acordo com a sua consciência no julgamento de Jesus, porque “não conhece nem crê em Jesus”.

A atuação do Paráclito na comunidade em formação, nos capítulos 13 a 17, foi a de instruir os discípulos na conduta e na vivência do dia a dia, exemplificado na humildade; a de confortar os discípulos na iminência da partida, para “não se perturbar” (14,1) porque “não os deixaria órfãos (14,18); de ensinar a necessidade de

produzir frutos a protótipo da videira; a de inteirar-se da atuação do Paráclito na vida da comunidade; e com a oração intercessora, de beneficiar os discípulos.

#### 3.4.6 Videira verdadeira – (João 15, 1-16)

No seu discurso de despedida, por sinal, neste evangelho é a última mensagem apresentada aos doze, Jesus profere a parábola da Videira Verdadeira. Como palavras finais do Mestre aos seus discípulos, tratam de um assunto fundamental do discipulado, que é a produção de frutos, esta é uma consequência natural, a permanência dos ramos na videira, para a obtenção de seivas na frutificação proveitosa e abundante.

#### 3.4.7 A parábola da “Videira Verdadeira” 15, 1 – 8

Este discurso faz parte do tempo da festa dos Tabernáculos em Jerusalém (7,10). A Festa dos Tabernáculos institui Deus como doador – chuva, sol e fruto da videira. E Jesus mostra-se como doador da água, a luz do mundo e a verdadeira e abundante videira. João inicia este discurso com a expressão da revelação formulada em linguagem simbólica e teológica. Diz Bernard (1985, p. 477), uma linguagem de revelação divina, “o estilo de deidade – eu sou”, “eu sou a videira verdadeira”. Isto é o que Jesus, assim como a videira, realmente simboliza na mensagem divina. A Videira é uma das árvores frutíferas mais apreciadas, e até usada em alegorias fazendo-se notar como mais privilegiada entre as nações e os homens.

Uma das glórias do Templo era uma imensa imagem de uma videira talhada em ouro, na porta da entrada, representando assim o grande símbolo da nação de Israel.

Então aparece Israel que, repetidas vezes é descrito no Antigo Testamento como a videira ou vinha de Deus, pequeno no mundo das árvores; mas, os seus frutos muito apreciados, na era messiânica, obteriam a glória no fim do mundo. Assim, a videira tornou-se o símbolo da nação de Israel, como povo de Deus.

Aqui Jesus é apresentado como verdadeiro Israel, o homem à direita de Deus, em comparação com as videiras que não produzem frutos. De acordo com Salmo 80,8-19, Israel é a videira que Deus trouxe do Egito e plantou no solo que tinha preparado especialmente para ela. A videira é uma das figuras e símbolos mais usados no AT, como ilustração do povo de Israel, e Jesus se chama a si mesmo “a videira verdadeira”, real e genuína videira.

Assim os escritores se expressavam (Sl 80,9; Is 5, 1-7; Jr 2.21; Ez19, 10-12; Os10,1; 14,8; Jr 6,9; Ez17,5-10). É um fato curioso que, o símbolo da videira nunca é usado no Antigo Testamento separado da ideia de degeneração. João emprega o adjetivo *aletinos* – genuíno, autêntico ou real. Por que Jesus teria denominado a si mesmo como a “videira verdadeira”? Haveria videiras falsas para que ele pudesse se comparar? Diz Barclay (1955, vol.2, p.201) que o Antigo Testamento nunca se refere às videiras de maneira favorável, e os profetas mencionam de maneira negativa e degenerada – “uvas bravas”, “planta degenerada”, “seu coração é falso”. Assim, Jesus procura se identificar com a videira que o viticultor aspira do seu Filho – genuína, verdadeira e homem à direita de Deus, que produz abundante fruto. A vinha, o bem mais precioso do camponês israelita, e o seu produto ainda mais. O emprego mais difundido na tradição bíblica, faz uma imagem do povo de Israel, como o povo eleito, em relação com o Deus da Aliança. Do mesmo modo, quando Jesus conta a parábola da vinha e de seus proprietários que reivindicam seus frutos, os seus ouvintes judeus o compreendiam sem nenhuma necessidade de explicação. “Jesus é a videira genuinamente Messiânica” (ROBERTSON, 1960, p. 257) e este título se aplica perfeitamente e satisfaz a expectativa messiânica de uma videira que o viticultor plantou nas terras de Israel.

Ela deve produzir frutos abundantes, pois a plantação do Senhor é “destinada a manifestar a sua glória” (Is 61,3; cf. 60,21). A parábola compartilha com viticultor, videira, e os frutos que representam Israel, e esta parábola traduz propriamente a nova comunidade. A ênfase central é a necessidade da geração de frutos que os ramos representados por seguidores de Jesus, devem produzir abundantemente. O trecho é um monologuista, onde a maioria dos verbos utilizados está no tempo presente e se caracteriza por não utilizar nenhuma réplica ou perguntas dos discípulos. A figura de Deus como agricultor é uma expressão muito familiar no Antigo Testamento. O substantivo agricultor é a palavra grega comum para indicar a pessoa que trabalha na lavoura. Os verbos “cortar” e “limpar” descrevem as atividades do



vinhateiro que condiciona a fecundidade da planta. O “viticultor” é o que poda, corta o ramo que não dá fruto e tem a função de limpar, para que o ramo produza mais fruto. O objetivo visado pela poda dos ramos é justamente essa verdadeira sinergia entre o Filho e os seus discípulos. O sarmento da videira não tinha nenhuma utilidade específica fora da videira, a não ser a de produzir uvas.

A madeira da videira não servia para confeccionar qualquer peça de móvel, não era permitido o uso dela como lenha para o sacrifício, nem mesmo para ser usada como uma estaca, a única finalidade é para ser queimada como entulho (Ez 15,1-8).

Os ramos devem, obrigatoriamente, permanecer na videira porque esta é uma necessidade fundamental, extraindo a seiva do tronco para maturação dos ramos e produção dos frutos. Assim os discípulos de Jesus não podem frutificar, a menos que se mantenham no tronco da videira, nenhum ramo tem vida por si próprio, livre e independente do tronco. A verdade é que, João está falando da união dos crentes com Jesus, que fora dele não podem fazer nada, como Ele mesmo disse peremptoriamente. Esta união tem origem na iniciativa pessoal de Jesus, selada pela sua morte, e é atingida pela resposta de amor e obediência dos crentes, que é a essência do cristianismo – a importância de toda obra na vida, morte e ressurreição de Cristo. Somente estando ligado em Cristo, o ramo que é o cristão pode viver integralmente. Na permanência nele há a verdadeira fecundidade e frutificação do real serviço para Deus e a fé, conforme João, é mais do que uma mera crença na sua mensagem, ou uma atração agitada pela pessoa de Jesus, mas uma contínua permanência nele.

Todos os que estão nele são amigos, eles estão necessariamente unidos um com outro. “Quem não permanece em mim é lançado fora, como a vara, seca: tais varas são recolhidas, lançadas no fogo e queimadas” (v. 6). Este versículo descreve o destino concreto dos ramos podados que serão eliminados. Em João não há possibilidade intermediária entre duas saídas opostas – produzir fruto ou secar e ser queimado - é a escolha pessoal do ramo. Os ramos devem obrigatoriamente, permanecer na videira, porque esta é uma necessidade fundamental, extraindo a seiva do tronco para maturação dos ramos e produção dos frutos.

A videira precisa de cuidados, por isso é essencial para uma boa frutificação que os ramos sejam podados regular e drasticamente. O texto ilustra enfaticamente esta sinergia da videira e seus ramos, com Jesus e seus discípulos. O versículo 5

culmina numa frase lapidar: “Sem mim nada podeis fazer”; e ela evoca o versículo do Prólogo referente à criação pelo Logos “sem ele, nada do que foi feito se fez” (1,3).

As palavras são dirigidas para os discípulos, que devem abraçar todos os ensinamentos e os exemplos de Jesus nas suas vidas ministeriais, em termos de obediência, perseverança, revelação e amor. Apesar da importância da permanência e da prática dos ramos na videira, o “eu” da videira e o “vós” dos ramos são distintos, Jesus nunca diz “nós”, vinha e ramos não estão frente a frente, mas sim, a videira como um todo vivo e cujas partes são interdependentes e inseparáveis.

A videira, que é Jesus, corporifica o vínculo intrínseco dos fiéis com o Filho único. O fato de Jesus habitar pessoalmente em seus discípulos pode incluir que as suas palavras permaneçam neles. A palavra aqui é “*ta rémata*”, está no plural, são os pronunciamentos individuais de Jesus, que se tornaram incorporação viva de todo o seu ensino. Em 14,13 – “E tudo quanto pedirdes em meu nome, eu o farei, para que o Pai seja glorificado no Filho”, a resposta de oração é prometida aos que creem em Jesus; a mesma promessa é feita aqui aos que permanecem nele e em cujo coração as palavras de Jesus têm residência permanente. O significado de “permanecer na videira” representa crer que Jesus é o Cristo e vivenciar as suas palavras. “Coisas que às vezes passam por frutos. Rosscup menciona cinco coisas que passam por frutos: sucesso, sensacionalismo, sectarismo, santidade coo oposto ao secular, simulação. Pilatos agia desta maneira” (ROSSCUP, 1973, p.70).

João 15,7; o autor quase repetiu a promessa de (14,13) “Tudo quanto pedirdes em meu nome, eu o farei, para que o Pai seja glorificado no Filho”, e João emprega a semelhante expressão: “Nisto é glorificado meu Pai, que deis muito fruto; e assim sereis meus discípulos”. Receber a resposta para uma oração de fé, parece ser uma forma de “frutificação espiritual” que glorifica ao Pai, e desta maneira, aqui na parábola da “videira verdadeira” Jesus é glorificado pela produção de abundantes frutos nos ramos, isto é, na vida dos verdadeiros discípulos.

Os adeptos não são tão somente beneficiários da atividade do Filho; eles se tornam participantes dela, são coautores do fruto, quando permanecem profundamente unidos a Jesus. Finalmente, quando os verdadeiros discípulos glorificam a Jesus, semelhantemente, o Pai é glorificado n’Ele também (13,31).

### 3.4.8 Amor e mandamento (Jo 15, 9-13)

João interrompe o discurso sobre a videira e passa a descrever a razão principal de proferir esta parábola, que é abordar sobre o amor do Pai. Neste trecho de 5 versículos, o autor espalha 8 vezes a palavra “amor” ou “amar”, nos versículos 9, 10, 12 e 13. Este amor e ação de amar são associados ao ato de permanecer, que aparece 4 vezes nos versículos 9, 10 e 11. Ainda, o termo “mandamento”, acha-se três vezes nos versículos 10 e 12. Quais são os significados e as aplicações destas repetições de termos? À primeira vista, nota-se o seguinte encadeamento no versículo 9: O Pai ama ao Filho Jesus, e Jesus ama os discípulos, e eles devem permanecer no amor de Jesus, depois nos discípulos e uns pelos outros. Assim, um único amor, cujo transbordamento é contínuo. No versículo 10, tem outra sequência: agora é condicional, “se guardar os meus mandamentos” devem permanecer no amor de Jesus, da mesma maneira “que eu tenho guardado os mandamentos de meu Pai. E permaneço no seu amor” (v.10). “Nosso texto estabelece uma continuidade entre a fidelidade dos discípulos aos mandamentos do Filho e a fidelidade do Filho aos mandamentos do Pai, pela qual ele permanece, por sua vez, em seu amor” (LÉON-DUFOUR, 1997, p.127).

E Jesus afirma que mandamento a que ele se refere não é o decálogo, “Que vos ameis uns aos outros, assim como eu vos ameï”. E encerra esta parte com um depoimento surpreendente: “Ninguém tem maior amor do que este, de dar alguém a sua própria vida pelos seus amigos”. No decorrer do texto, o termo “amigos – *filoi*” se agrega ao emprego insistente do verbo “amar” e do substantivo *ágape*. A obediência de Jesus ao Pai foi por causa do amor de Deus demonstrado durante a sua vida e galardoado pela aprovação do Pai. Sem dúvida, porque o Filho devota o seu amor a

Ele também, assim ele pôde declarar “Ele não me deixou só, porque eu faço sempre o que lhe agrada” (8,29). “A obediência de Jesus é a cristologia central, realidade articulada por este evangelho (4,34; 5,19ff; 6,38; 8,29, 55; 10,17-18; 12,27-28; 14,31). Em qualquer lugar obediência garante que a revelação de Jesus é nada menos que divina (5,19ff)” (CARSON, 1991, p. 520). Eis o fundamento porque Ele estabeleceu: “Permaneçei no meu amor” (v.9). Não se trata apenas de manter-se firme na fé em Jesus porém, mais profundamente, de viver no amor recebido dele, do Pai. Cumprir os seus mandamentos equivale a manter-se no seu amor. Os discípulos

devem mostrar seu amor por seu Mestre através da obediência a ele. Não existe amor a Jesus, nem vida sob sua influência, se não desembocar no compromisso de uns para com os outros. Amar e observar os mandamentos são uma única e mesma coisa, 14,15.21.23. O vértice do amor é grau sumo do amor. Mandamento e obediência exprimem o amar, tal como para o próprio Jesus, que dizia em 14,31: “Amo o Pai ao agir como o Pai me ordenou”. Em razão do “*kathos*” que lembra, o comportamento do Filho, é mais do que um modelo, o protótipo e a fonte de conduta dos fiéis, reflete em sentido inverso o conteúdo do v.9, ele mostra a resposta do Filho e dos fiéis ao amor recebido. “O mandamento que constitui a comunidade de Jesus e lhe dá a identidade (13,34) é, ao mesmo tempo, o fundamento da missão” (MATEOS,1989, p 632).

Comunidade e missão não são duas coisas distintas nem separáveis: onde não existe a comunidade de amor mútuo, não pode existir a missão de Jesus. Deus só está presente e ativo onde existe amor como o de Jesus, expresso por seu mandamento. A maior medida de amor que alguém pode dar por seus amigos é morrer por eles. Aqui Jesus está falando com seus amigos, em favor de quem ele em breve dará a sua vida, mostrando assim que eles não são realmente meros seus *philoí* - amigos, mas objetos de seu amor.

### 3.5 AMIGOS E SERVOS – JO 15, 14 – 17

Quem são os que Jesus chama de amigos? Quando seus discípulos creem, amam e praticam o que lhes é pedido, o Filho os reconhece como seus “amigos”. Ele declarou, segundo o versículo 14: “Vós sois meus amigos, se fizerdes o que eu vos mando”. “Esta amizade não é estritamente recíproca: estes amigos de Jesus não podem se virar e dizer que Jesus será seu amigo se eles não fazem o que Ele diz” (CARSON,1991, p.522). Desta maneira, a simples obediência moral e social não faz amigos neste contexto, apesar de que no Antigo Testamento, Abraão e Moisés foram chamados “amigos de Deus”, mas Deus nunca é chamado de seu amigo. A simples obediência dos fiéis a Jesus não garante ser amigo de Jesus. Apesar de que Jesus tratou a Lázaro como “nosso amigo” (Jo 11,11) mas, Jesus não é chamado amigo de Lázaro. Não é feita na Escritura, nenhuma referência nem de Deus, nem de Jesus, como amigo de alguém. Amigos, na acepção de Jesus, são aqueles que permanecem no amor de Cristo. Na parábola da videira, Jesus descrevia a permanência dos ramos nele, a videira, a si como anexação voluntária e permanente (15,4). Agora o

relacionamento da videira com ramos é na base da amizade. Jesus passa a tratar seus discípulos de amigos, fazendo a analogia com o escravo, a fim de explicar mais profundamente a função de amigo. Amigos são aqueles que são informados dos seus pensamentos e das suas intenções, desfrutam da sua confiança e aprendem a obedecer com senso de privilégio, e com a completa compreensão do coração do seu senhor. Jesus mudou o foco da expressão metafórica grupal, “permaneeci em mim” (15,4), para uma relação pessoal, de Jesus para os discípulos, ser amigos para dar fruto e cumprir a sua função de ramos.

A descrição de Jesus acerca do relacionamento da videira e dos frutos, passa de simples obrigação de produzir frutos, e se aprofunda para a amizade e afeição – “Já não vos chamo servos, porque o servo não sabe o que faz o senhor; mas chamei-vos amigos.” (v.15). Jesus considerava a condição de frutos da videira como a de escravo e eleva-os para o estado de amigos. Jesus ilustrava o fruto da vide como um escravo e acrescenta com a explicação: ser um escravo de Jesus era o primeiro estágio no progresso do discipulado cristão.

Um escravo não precisa saber a razão porque seu dono lhe dá ordem, ele só deve obedecer e, sem reivindicar para as ações do seu senhor. Enquanto que o amigo compartilha as esperanças, conhece os planos, participa na realidade da confiança e é admitido em seus segredos. Jesus define a diferença entre o servo e o amigo por dois traços: a confiança plena e a prontidão em dar a vida. Os discípulos não são servos assalariados de um senhor, e sim amigos que, voluntariamente colaboram na tarefa. Jesus segreda que “tudo quanto ouvi de meu Pai vos dei a conhecer”, quer dizer, ele lhes comunicou tudo o que ouviu do Pai, mas ele não tinha divulgado todas as coisas à multidão. Isto era somente para seus amigos escolhidos, sem esconder nada sobre os desígnios acerca da salvação do homem, e os meios para realizá-la. A comunicação entre Jesus e seus discípulos, não era mais de Mestre, mas de um Amigo para amigo.

Já terminou o aprendizado, pois Jesus já comunicou tudo, somente para seus amigos escolhidos. Jesus escolheu os discípulos para uma missão, do mesmo modo como com a sua própria, “Assim como o Pai me enviou, eu também vos envio” (20,21). Os discípulos não são trabalhadores pagos que avidamente buscam o trabalho, mas colaboradores e escolhidos por Jesus antes que pudessem oferecer-se. A dedicação em realizar as obras de Deus (9,4), é que é a substância da missão, tornar-se disponível, é a força do Pai, e através dele derrama-se a torrente do seu amor. Deus

escolheu Israel não apenas para ser seu povo, mas para que este fosse sua testemunha perante os outros povos (Is 2,2s; 43,9-12; 55, 4s; Sl 87). Tudo isso para que o fruto esperado dos discípulos torne a disseminação ao mundo da sua fé e do seu amor, para a realização do seu plano eterno e alegria do Pai. No contexto da escolha, o termo “amigo” não pode ser considerado simplesmente o laço que une dois amigos por uma escolha recíproca, mas a transcendência do Filho que deve ser conservada. Para encerrar o discurso sobre o amor nesta seção da Videira, Jesus repete o seu mandamento no versículo 12: “Isto vos mando: que vos ameis uns aos outros”, a repetição que frisa a unicidade do mandamento, se existe essa qualidade do amor, a comunidade pode reconhecer-se como sendo a de Jesus.

Arrematando a alegoria da videira verdadeira, ela procura habilitar os leitores e seguidores de Cristo, os seus discípulos, a entender a importância de produzir frutos, permanecendo na videira, isto é, em Cristo.

Esta importância de permanência nele é crucial tanto para vida, como principalmente para a produção de frutos. Esta permanência não é a quietude de uma simples meditação reflexiva, mas é vivaz na leitura de suas palavras, na vivência do amor com Deus, com seu Filho e uns com os outros.

Nesta parte final do discurso de Jesus aqui na terra, o autor procura relevar a necessidade e urgência da glorificação do Filho Deus, na pouca ocasião que resta. Como consequência da glorificação, trata sutilmente da Cristologia de Jesus, que é assunto fundamental deste Evangelho.

O símbolo do império romano é a águia, uma ave de rapina, que vive à caça por violência aos animais indefesos. Enquanto isso, Jesus comparou-se a uma videira, emblema de Israel, que representa a alegria no vinho.

Falando-se de obras e frutos, durante o longo período de administração da Judéia, Pôncio Pilatos cometeu vários atos cruéis e contraditórios. Tão logo ele assumiu a administração da Judéia, desfilou com um estandarte enfeitado de águias e com a imagem do Imperador, o que causou grande tumulto. Ele ameaçou de morte aos manifestantes, mas eles permaneceram inflexíveis sem medo de serem mortos, fazendo com que retrocedesse da decisão ameaçadora.

Outra ocasião, Pilatos projetou construir um aqueduto de cerca de 74 quilômetros para suprir de água fresca a cidade de Jerusalém. Para realização desta obra utilizou-se das ofertas do povo depositadas no Templo. Mais uma vez, as autoridades religiosas contrariaram-se da decisão do governador pagão. Por fim,

Samaritanos foram liderados por um profeta fanático que profetizou que no monte Gerizim estariam enterradas as tábuas da Lei de Moisés. Aglomerou-se uma grande multidão de Samaritanos e o governador temendo um levante, enviou os soldados à paisana, e ocorreu um confronto sangrento e vários samaritanos morreram. Dessa maneira é que o governador romano agia com o povo sob a sua administração. Estes e outros acontecimentos foram os frutos de Pilatos (JEREMIAS, 2010, p.25; GREEN, McKNIGHT and MARSHALL, 1992, p. 615; TENNEY, 2008, vol. 4, p. 976).

### 3.6 ORAÇÃO SACERDOTAL JOÃO 17, 1 - 26

Tradicionalmente denominada de “Oração Sacerdotal de Jesus”, título este, provavelmente colocado por um teólogo luterano, David Chytraeus, cerca de 1530-1600 (BRUCE, 1997, p.279). Aceita-se que esta parte, corresponda ao Prólogo que celebrava o Logos encarnado no mundo.

A Oração Sacerdotal é uma intercessão plena de amor, em favor dos discípulos e de nós, tendo em vista que estavam prestes a acontecer a crucificação, morte e partida de Jesus, deixando-os à mercê das perseguições, do desprezo de Roma e do governante Pilatos.

É oportuno neste ponto, ressaltar que, tendo sido Jesus revelado pelo Pai, sentiu a necessidade de compunção deste sentimento, pronunciando oralmente a oração sacerdotal cheia de amor e compaixão, ocasião esta, em que Jesus usou de santidade e justiça ao impetrar intensa e humildemente para que o Pai propicie a vida definitiva aos que o seguem, que conheçam a Deus verdadeiro, e a Jesus, o Messias. Assim, Jesus rogou ao Pai, movido pelo amor, por uma comunidade presente e futura, que proporcione aos seus, a realização do projeto divino, para que todos sejam um, e que todo homem se faça filho de Deus.

Como pagão, supersticioso, Pilatos angustiado pela pressão causada pelas autoridades judaicas e sua consciência no julgamento de Jesus, “um julgamento pobre, a teimosia, e a fraqueza [...]. O registro do Novo Testamento retrata Pilatos como cínico e cético, com ausência das virtudes tradicionais dos romanos de honra e justiça e integridade, apegava-se a uma divindade qualquer, não em favor do povo oprimido” (VOS, J.G. Pôncio Pilatos. In: TENNEY, 2008, vol.4, p.976).

Concomitantemente, Pilatos e as leis romanas aparentavam falsidade para com o povo dominado. Pelo fato de ser um reinado com modo de agir perverso, desumano, extorquia e explorava usando de violência, característica esta, do governo de Pilatos e de César, que assim agia, desprezando os mais pobres, para satisfazer seu próprio ódio, justificado pela malícia satânica.

### 3.7 JESUS E O PAI: JO 17, 1 – 5

O contexto indica que esta oração é dirigida por Jesus, a Deus. A expressão “Levantando os olhos ao céu”, é um procedimento peculiar numa oração. Este era um tipo de prece, semelhante a oração costumeira feita em outras ocasiões (11,41). É uma súplica característica de quem executou integralmente a obra confiada pelo Pai, na presença dos discípulos, sem que eles participassem efetivamente nesta oração.

O início desta oração mais se assemelha a adoração do que uma prece de intercessão propriamente dita. E, nas palavras iniciais, Ele pede que o Pai glorifique o Filho, como o coroamento da sua missão, tendo em vista a aproximação da cruz, em que ele sacrificará a sua vida em favor de toda a humanidade. Assim, Jesus torna a pedir ao Pai para que realize o acontecimento salvífico, isto como a manifestação de sua glória-amor. A glória que está esperando receber do Pai, nesta oração, é a mesma que várias vezes, o Filho manifestou, isto é, a glória em favor do Pai (Jo 12,28; 13,31; 15,8). Jesus não manifestou sua glória sobre si mesmo, sem a anuência do Pai, porque quem manifesta e comunica a glória, é o Pai.

No decorrer do seu ministério, várias vezes, Jesus declarou que ainda não era chegada a hora (2,4; 7,30; 8,20); no entanto, neste momento, após a celebração de ceia, esta hora havia chegado, assim como Ele mesmo declarou: “É chegada a hora de ser glorificado o Filho do Homem” (12,23), e cômico de que o calvário era onde haveria de suportar a cruz, instrumento desta glorificação, com a finalidade de cumprir o propósito do Pai, para abençoar o seu povo com vida eterna.

É na cruz que efetivamente ele seria proclamado rei, tanto que, a mando de Pilatos, governador da Judéia, foi inserido na cruz, onde Jesus foi executado, o título: “JESUS O NAZARENO REI DOS JUDEUS” (19,19). Nesta oração de adoração e consagração antes de ser sacrificado, ele torna-se simultaneamente sacerdote e



vítima, e Ele pede a manifestação futura da glória – “glorifica-me tu, ó Pai, junto de ti mesmo, com aquela glória que eu tinha contigo antes que o mundo existisse” (17,5).

Esta harmonização da exposição do momento terminal da sua estada na terra, com a expectativa do futuro no céu com o Pai, é o objetivo desse texto, diz Dufour (1996, p.197).

A vida eterna constitui-se no conhecimento de Deus, este conhecimento foi revelado por Jesus, que foi enviado, com esta finalidade por Deus, aos homens. O teor da revelação do enviado é idêntico ao princípio eterno do Emissor. Este conhecimento divino não é uma mera matéria de compreensão intelectual, mas envolve o relacionamento pessoal, instantâneo e permanente. Assim, o Pai e o Filho se relacionam numa comunhão excepcional de amor, de sintonia e de conhecimento. O verbo conhecer ocorre duas vezes no versículo 7 e 23 e ainda aparece nos versículos 25 e 26.

Glorificar a Deus, em toda a Bíblia, significa manifestar o seu amor extremo pelo mundo, celebrar e reconhecer o seu poder de salvação; poder esse, que se tornou concreto na confiança nas grandes realizações encarnadas na pessoa de Jesus Cristo, o Enviado. Para Jesus, glorificar o Pai é revelar o seu amor pelo mundo, assim a glória de Deus é eterna e concreta. A teofania e a glorificação tomam lugar na “hora” de Jesus. A glorificação do Pai e Filho é rememorada na ocasião da Páscoa e conseqüente crucificação, morte e ressurreição. Até o presente momento, Jesus tinha glorificado seu Pai na terra, sendo obediente em executar a sua vontade contudo, ainda restava um ato de obediência suprema e final a ser cumprido, sua morte na cruz.

### 3.8 DISCÍPULOS: JO 17, 6 – 19

Uma segunda marca desta Oração Sacerdotal é a parte em que Jesus se refere e intercede em favor dos discípulos, dos versículos 6 a 19 do capítulo em pauta. A frase “Manifestei o teu Nome”, com o uso do verbo “manifestar – *fareoo*”. O uso do termo “nome” em vez de dizer Deus, está pleno de muita reverência, porque é a epifania de Jesus, e o uso do termo “Nome”, não se encontra em nenhum outro lugar na Bíblia. A frase quer dizer, Deus revelando glória, como herança do Pai à

comunidade, ou seja, é a condensação do ministério de Jesus. No entanto, esta manifestação é impedida ao mundo (7,4; 14,22), porque o mundo não a entende, e nem a aceita. Quando Jesus disse isto, estava aludindo ao conhecimento mais intenso que o Filho tem de Deus, transbordando a glória e o amor (17,24,26). Jesus continua a sua intercessão, descrevendo que eles têm conservado a palavra de Deus por Ele comunicada, preservada e sendo praticada em suas vidas. Eles comprovaram que o ensino que Jesus transmitiu provinha de Deus. Ainda mais: atestaram que Ele veio de Deus, como o “Enviado”. O verbo conhecer supera sobre crer para indicar uma fé plenamente corporificada.

A fé tem início pela análise da origem divina de Jesus (20,31), pelo conhecimento, o que quer dizer ao mesmo tempo, acolher o amor do Pai pelo mundo. Os discípulos aceitaram a exigência do amor que Jesus apresentou a eles e chegaram à certeza e conheceram a origem de Jesus e creram na sua missão. Os seguidores de Jesus pertencem ao Pai e a Jesus simultaneamente, não há conflitos de ser do Pai ou do Filho, entre ambos, existe um entendimento total, portanto os discípulos são objeto de amor inseparável dos dois e a ambos pertencem. No entanto, as criaturas do mundo encontram-se separados de Deus – “Eu lhes dei a tua palavra; e o mundo os odiou” (v.14).

Esta é ainda uma oração de consagração em favor daquele por quem o sacrifício é oferecido. A intercessão toma o lugar da santificação e do amor fraternal, e estes dois objetos constituíam as recomendações fundamentais feitas aos primeiros cristãos. Jesus inicia a sua oração de santificação dos fiéis, nesta Oração Sacerdotal, com o vocativo “Pai Santo”. O sentido deste chamamento primeiro, significa separado do pecado e da morte, dessa maneira, Deus está distanciado do Mundo, das coisas profanas existentes nele. Suas atividades santificadoras se opõem aos procedimentos com o mundo. A segurança exclusiva da união com o Pai, é permanecer com Ele, e Ele implora a filiação dos fiéis com o Pai mesmo.

Judas Iscariotes, o representante do reino terrestre, no meio dos seus adeptos, é aquele que não desempenhou a prática do amor, era inimigo e pertencente ao diabo (6,70); era ladrão (12,6); homicida (8,40; 11, 53); foi mentiroso (8,44); filho da perdição e maligno (17,12.15). Jesus fez referência a ele nesta oração final, a fim de servir de admoestação a todos, porque no meio dos fiéis, há os que se assemelham a ele, e que não vivem o testemunho de Cristo. E ele conclui esta parte da oração com uma súplica pungente: “Não rogo que os tires do mundo, mas que os guardes do

Maligno”. Jesus está deixando a comunhão com os fiéis, neste mundo hostil, a fim de desempenhar a missão incumbida, a morte na cruz. Antes de suplicar ao Pai pela santificação dos seus adeptos, Jesus declara algo incontestável e culminante em razão de eles permanecerem no mundo, motivo da ruptura do mundo, perseguição e da necessidade de proteção e consagração, porque “Eles não são do mundo” (v. 16), conseqüentemente, os fiéis não são do mundo, em virtude de Jesus não pertencer a um sistema maligno de governo.

A consagração é obra do Pai (17,17), mas todas as atividades do Pai manifestam-se através do Filho. Assim, Jesus havia se santificado (v.19) naturalmente por meio do Pai (10,36). Este fato se baseia e sustenta o seu título e a sua atividade de Messias (10,24), e ora para que assim como o Filho foi consagrado, os discípulos sejam santificados (17,19), para engajar-se na missão. A santificação que Jesus declara é que “sejam santificados na verdade”, quer dizer: verdade divina procedente do Espírito.

### 3. 9 FUTURO: JO 17, 20 – 23

A terceira parte da oração intercessora emprega a visão do futuro da comunidade, recém organizada: “Rogo não somente por estes, mas também por aqueles que pela palavra hão de crer em mim” (17,20). O Espírito que atua na consagração dos crentes, determina a obrigação de se sujeitar ao seu controle. Não está sugerindo, algo como: decidir entre o querer ou não querer. Pelo fato de ser da autoridade de Deus, o devoto tem de atender ao mando do Espírito. Outrossim, Deus, por sinal consiste em capacitar o aprendiz a executar a proposta de missões. As suas mensagens não são conceitos e princípios sobre o amor e sim a exposição da vida e morte de Jesus. O que Jesus aguarda e quer da sua comunidade, de todas as épocas, é a união dos seus congregados, harmonia nas suas expectativas, expressão e provas de que revelam o amor dos seus membros e presença da glória de Jesus, sobretudo, o exame e o cumprimento das Escrituras (17,10). Conforme dedução lógica, a presença do Pai verifica-se na unidade perfeita, efeito do amor recíproco expresso no mútuo serviço. Não se convence com palavras, mas com atos.

Jesus procura encerrar a sua oração almejando a comunhão d'Ele com aqueles que receberam a Ele e se tornaram filhos de Deus (1,12). E não somente um mero convívio dele com os que foram dados a Ele pelo Pai, mas para que continuassem contemplando a natureza gloriosa que Jesus reconquistaria, quando o Pai havia entregue no "princípio". Nos dois versículos finais Jesus enfatiza a magnitude de fazer conhecer – *ginorizw*, "o teu nome" – fazer conhecer o amor de Deus. É claro que a revelação de Jesus continuará junto aos seus adeptos mediante a ação do Espírito da verdade, que permanecerá para sempre.

"É chegada a hora de ser glorificado o Filho do Homem" (12,23), e cômico de que o Calvário era onde haveria de suportar a cruz, instrumento desta glorificação, com a finalidade de cumprir o propósito do Pai, para abençoar o seu povo com vida eterna.

Na Oração Sacerdotal, quando Jesus faz referência a comunhão recíproca, paralelamente na visão de Roma e Pilatos, desencadeia uma imensidade de atos contrários à comunhão, tais como desacordo e falta de compartilhamento de sentimentos, insuflando divisão de modo inflexível, desprezando, sacrificando e matando o povo dominado.

Dessa maneira, o imperador não consegue falar a linguagem do Paráclito, mas fala a linguagem da divisão, da morte. Era uma época conturbada, farta de práticas cruéis, crimes nefandos com os menos favorecidos.

Enquanto um lado, o de Pilatos, se mostra transbordante de ódio e perseguições, o outro lado, o de Jesus, o Messias, enviado do Pai, ensina a comunhão, a humildade e propaga o mandamento do amor.

Em suma, diante desse quadro de terror, apresenta-se contrariamente o reino de Jesus, que não é deste mundo, é um reino de comunhão, de amor, porque a realidade de Jesus é propriedade do Pai e do Espírito Santo.

### 3.10 JULGAMENTO DE JESUS - JO 18 e 19

Tanto Brown como Michael exibem a sequência da descrição do julgamento de Cristo, segundo Boimard (BOIMARD apud BROWN, ano 1975, p.151), em sete cenas, alternadas dentro do pretório, que é a residência oficial das autoridades romanas em Jerusalém e Cesaréia, e fora do tribunal, diante do público:

“Os verbos “sair” e “entrar” apontam a existência de dois mundos, o judaico e o gentio”.

1. Pilatos “saiu, se dirigiu aos judeus” e pediu a morte de Jesus (18,28-32).
2. Pilatos “entrou novamente pretório e questionou a Jesus acerca da sua realeza” (18,33-38a).
3. Pilatos “saiu de novo e disse aos judeus que não tinha nenhum caso contra Jesus” (18,38b-40), assim considerou Jesus inocente.
4. Pilatos para ridicularizar a Jesus, açoita-o e zomba dele dentro do pretório (19,1-3)
5. Pilatos de novo saiu e trouxe Jesus para fora, reconhecendo a inocência dele, disse: “Olha o homem!” (19,4-8)
6. Pilatos entrou no pretório e interrogou Jesus acerca do poder (19,9-12a)
7. Pilatos levou Jesus para fora e o entregou para ser crucificado

Brown (1975, p.152) prossegue descrevendo as sete cenas com mais detalhe:

Primeira cena, embasada em 18, 28-32, que ocorreu cedo da manhã de sexta feira da Páscoa. Pilatos atendeu as autoridades religiosas judaicas fora do Pretório, porque os religiosos se recusaram a entrar, para não se contaminar, por considerarem o ambiente pagão, impuro cerimonialmente, uma vez que eles queriam participar da grande ceia da Páscoa que se iniciaria ao entardecer daquele dia. Os judeus acusam Jesus, que é digno da pena capital: morte na cruz.

Segunda cena (18,33-38/a). Aqui João se empenha em explicar acerca da realeza judaica religiosa e realeza pagã e política. E prossegue esclarecendo que ele é rei, não daqui da terra, mas é o rei no sentido religioso. Brown (1975, p.153) acrescenta que a pergunta de Pilatos é mais pela incompreensão do que sarcasmo.

Terceira cena (18,38b – 40). O autor acrescenta uma nota sobre Barrabás, que era “salteador”, isto é, um revolucionário ou guerrilheiro da época.

Quarta cena (19, 1-3). Representa o flagelo e zombaria a Jesus.

Quinta cena (19, 4-8). Descreve a segunda afirmação de Pilatos de que o réu é inocente. No intuito de alcançar compaixão dos acusadores judeus, Pilatos apresenta “Homem de Dores”. A reação dos judeus se apresenta cada vez pior, ao ponto de clamar: “Crucifica-o! Crucifica-o!”, alegando que ele havia declarado ser “Filho de Deus”. Pela última vez Pilatos reitera que não acha “nele crime algum”.

Sexta cena (19, 9-12/a). Por causa da declaração de Jesus de que ele é “Filho de Deus”, Pilatos indaga acerca da procedência dele. E trava a respeito do poder.

Sétima cena (19,12b - 16). É o desfecho do julgamento.

João é o único dos quatro autores dos Evangelhos que menciona que Jesus compareceu diante de Anás, (18,12). Este sumo-sacerdote atuou desde 6 a.C. a 15 d.C. Ainda os seus cinco filhos exerceram o cargo depois dele. “Eram conhecidas sua ambição, riqueza e cobiça. Era o chefe da família que manejava os cordões atrás dos bastidores, a personagem mais importante entre as autoridades daquele tempo” (MATEOS, p.716. 1989). O evangelista narra que depois de ter sido “manietado”, v. 12, é conduzido perante Anás (v.13). E não há indício de ter sido desamarrado, o que é ilegal num processo judicial normal, “então Anás o enviou, manietado, a Caifás, o sumo sacerdote”. (v.24). “Valério Grato (15-26 d.C.) fez diversas experiências com os sumos sacerdotes. [...] cada ano ele entronizava e derrubava estes dignitários, encontrou alguém que do ponto de vista romano pareceu-lhe confiável representativo (REICKE, 2012 p.185). E Anás investiga a Jesus “acerca dos seus discípulos e da sua doutrina” (v.19). Era de praxe que num inquérito judicial entre os judeus, primeiro eram ouvidas as testemunhas, que são ausentes e não para questionar o acusado. Os testemunhos eram fundamentais e tudo dependia deles. Se duas testemunhas apresentassem em unânimes, então o acusado era condenado, não significando nada do que o acusado dissesse em sua defesa.

A inquisição de Anás acerca dos seus discípulos e de ensinamentos eram amparados na tradição no Talmud. A característica de um falso profeta é o que seduz clandestinamente através do ensino enganoso. Aparente julgamento diante do sumo-sacerdote Anás demonstra uma série de anomalias: a ausência do próprio sínédrio, que é o tribunal. Tudo parece como uma mera entrevista, que não é julgamento, sem qualquer formalidade legal. Tudo isto, porque a sentença contra Jesus já está formulada, 11,53 “Desde aquele dia, pois, tomavam conselho para o matar”.

O inquérito dele é tão generalizado e banal que não se empenhava em obter uma averiguação sóbria, acerca da pretensão messiânica e fundamentação bíblica da sua doutrina, Jesus refuta que seus ensinamentos nunca foram pronunciados em segredo ou em lugares clandestinos, mas nos ambientes públicos, onde qualquer israelita se encontraria em busca de Deus, tais como nas sinagogas (6,59) ou no templo (2,14; 7,14.28; 8,20; 10,23), “onde todos os judeus se congregam e nada falei em oculto”, como foi profetizado por Isaías (Is 45,19; 48,16). O autor frisa o uso do pronome “eu” e do verbo “falei”, para destacar a ação de Jesus. João ao descrever o diálogo com Nicodemos, usa o verbo *lalein* que expressa um discurso franco e sem reserva. “É

digno de nota que o mais estrito repúdio no evangelho do ensino enigmático ou esotérico nas palavras de Jesus é encontrado em João” (BERNARD, 1993, p.601, tradução pessoal).

Provavelmente a pergunta de Anás foi originada por multidão de seguidores que crescia assustadoramente, ao ponto de provocar receio que Roma poderia intervir e apoderar-se de Israel, por causa de um trivial rabi de obscura Galileia, de onde criava-se que não surgiria nenhum profeta e que ainda mais não teve qualquer instrução rabínica, que era considerado Messias (10,24), Filho de Deus (10,36) que se fez igual a Deus (5,18).

A época do tumulto era “véspera da Páscoa”, mais significativa festividade de Israel, conseqüentemente a ocasião de maior concentração de peregrinos de todos os lugares do mundo de então, para celebrar a libertação estupenda do povo de Israel escravizado do domínio egípcio. Em João, esta Páscoa, a libertação histórica de Israel é imputada simbolicamente a libertação da humanidade dominada pelo Príncipe deste mundo. Na resposta de Jesus ao inquisidor não inclui os discípulos, provavelmente ele estava tentando protegê-los.

### 3.10.1 1ª Cena fora – Jo 18, 28 -32

Jesus é conduzido ao pretório. A partir deste versículo se inicia o julgamento propriamente. O pretório era a residência oficial de um governador da província romana. “Suas primeiras palavras de Jesus tomado das acusações dos judeus e oferece ao evangelista um tema adequado para explorar tanto a realeza de Jesus e contraste entre seu e autoridade de Pilatos” (CULPEPPER, 1987, p. 142). O governador da Judéia normalmente morava em Cesaréia, onde havia outro pretório - At 23,35. O ambiente é tenso por causa da hostilidade entre o governador e as autoridades religiosas judaicas. Num clima de sofreguidão das autoridades religiosas em ultimar a sentença contra Jesus, antes da celebração da Páscoa. Pilatos por outro lado, é preocupado pela segurança da cidade pelo acúmulo excessivo de peregrinos na cidade, e o empenho especial de absolver Jesus. A alusão da ironia é introduzida logo no diálogo de Jesus com Caifás. A ironia de João é que os judeus intentavam assassinar Jesus, enquanto que não queriam entrar no pretório para não se contaminar, para evitar que seja impedido de comer a Páscoa. Esta observação é feita somente por João. Observavam a lei da purificação cerimonial, mas ignoravam o

propósito ignominioso de eliminar a vida de Jesus (5,18; 7,1, 19; 8,37, 40). Nesta primeira cena o autor dedica atenção a Pilatos, que ansiosamente tenta a libertação o seu réu, declarando repetidamente que o prisioneiro é inocente (18,38; 19,4,6), enquanto que as descrições sobre Anás e Caifás são resumidas como mero rabisco.

A ironia do escritor já era conhecida desde os primórdios do Cristianismo, quando o pai da igreja Orígenes escreveu no seu comentário, que “aqueles que se purificaram eles mesmos para a Páscoa não para um ato de culto, mas trabalho poluído que realizaram ao matar a Jesus na Páscoa, eles pensaram que estavam oferecendo um culto a Deus, mas de fato, apenas os tornou mais poluídos do que eram antes de se purificarem” (*apud* MICHAELS, 2010, p.915).

Os judeus acusaram a Jesus de “malfeitor”, mas na verdade o que incomodava a cúpula religiosa era que “Este homem realiza muitos sinais” (11,47). O que realmente os inquieta é a sua atuação na comunidade judaica. Quando Pilatos insistiu dizendo: “Tomai-o vós, e julgai-o segundo a vossa lei” (v.31), que eles mesmo julgassem de acordo com a lei e a sua punição. Assim eles fizeram várias tentativas de executar a Jesus (5,18; 8,59;10,31;10,33). Se eles podiam, de acordo com a lei executar a Jesus por apedrejamento, por que o trouxeram a Pilatos? A resposta é intrigante. Por alguma razão preferiram que sob a lei romana fosse crucificado. Estas palavras revelaram a verdadeira intenção deles, isto é, a morte de Jesus.

Se os judeus tivessem aceito o cumprimento da penalidade de Jesus por causa da blasfêmia, teria sido por apedrejamento e não pela crucificação, como foi com Estêvão (At 7,1-58), assim as palavras de Jesus não se cumpririam (Jo 12,32,33), naturalmente a realização do plano de salvação dos homens e a profecia de Jesus. Sem que soubesse o propósito de Deus, com a determinação de Caifás de conduzir a crucificação de Jesus e não por apedrejamento veio a cumprir o propósito de Deus.

Além disso, o Sumo-Sacerdote Caifás teria desejado notadamente que a morte de Jesus não fosse testemunhada como de um mártir da causa religiosa, mas como um embusteiro que fora condenado e morto como a maldição de Deus. Mas o evangelista enxerga a crucifixão e sua morte como o cumprimento do propósito de Deus e sua glorificação. Quando Pilatos ao sair do Pretório perguntou aos judeus “Que acusação trazeis contra este homem?” (v.29). E os judeus respondem: “Se ele não fosse malfeitor, não te entregaríamos” (v.30). Os judeus não tinham uma acusação formal contra Jesus e nem Pilatos não pôde conceber.



### 3.10.2 2ª Cena dentro – Jo 18, 33 – 38/a

“O Rei de Israel” foi a denominação dada a Jesus na ocasião da entrada triunfal, 12,13 “...clamavam: Hosana! Bendito o que vem em nome do Senhor! Bendito o rei de Israel!”, quando Jesus se apresentava publicamente como o Messias do povo. “Nunca Jesus assume este título para si, e, em nosso texto, ele o põe na conta de Pilatos, embora não o negue. A razão é a mesma: os homens entendem por “rei” outra coisa que Jesus” (KONINGS, 1994, p.56). Depois disso a manifestação do povo foi substituída por “o rei dos judeus”. “Israel” era a denominação teológica, que recordava a eleição do povo e as promessas feitas aos patriarcas (MATEOS, 1989, p.740). Depois que o povo rejeitou ao Messias, o povo passou a receber o nome da sua raça – judeus, samaritanos, romanos. A pergunta de Pilatos a Jesus em v.37: “Logo tu és rei?”

Então, tu és rei dos judeus? Na pergunta de Pilatos, piedade se mistura com desprezo. Com o rei dos judeus contrasta rei de Israel (cf.1,40). João evita uma discrepância com sinoptistas e faz isto possível colocar na boca de Jesus a grande declaração de v. 36 “O meu reino não é deste mundo [...] O meu reino não é daqui”. A responsabilidade da condenação recai sobre judeus – uma característica deste evangelho; Pilatos é uma mera ferramenta. Sentido político que um romano que naturalmente dá o termo “rei dos judeus”. Jesus afirma no v. 36 “Meu reino não pertence a este mundo (15,19; 17,14.16). Seu reino nem é de natureza mundana, nem defendido pelo poder mundano., p.336 As palavras lidas como um apelo às autoridades políticas da época do evangelista reconhecer a Igreja para o que é não uma sociedade traiçoeira mas uma comunidade espiritual (MACGREGOR, 1928, p.336).

A resposta de Jesus determina a qualificação da pessoa de Jesus e a natureza de um ser, a sua realeza e poder pela sua origem – “não deste mundo”. Este reino se refere aquele descrito por profeta Daniel (Dn 2,44; 7,14, 27). “Tu dizes que eu sou rei”, significa que estou consentindo que de fato eu sou rei, é a fórmula rabínica da solene afirmação. Ele reitera que com este propósito - “Eu para isto nasci”, este nascimento refere-se a sua natividade e não a encarnação, “afim de dar testemunho da verdade”, isto é o seu propósito da sua missão, a de produzir a verdade.

Ao ouvir este testemunho Pilatos entende que o Jesus-Rei e o seu reinado não tem origem neste mundo, nem está ligado a ele e seus seguidores não estão engajados em nenhum movimento revolucionário e não oferece nenhuma ameaça a Roma, mas no motivo da condenação se alude à ameaça a César. “Jesus era pessoa

incomum e ainda mais que ele estava falando de uma entrada incomum neste mundo” (MORRIS, 1995, p.678). Quando Jesus disse que “O meu reino não é deste mundo”, não quer dizer meramente espiritual no sentido interior ou subjetivo. Não é deste mundo presente, da mesma maneira como o próprio Jesus não pertence a este mundo permanentemente.

Pilatos pergunta a Jesus “É tu o rei dos Judeus?” (18,33), a frase recai na afirmação de Natanael “Rabi [...] tu és rei de Israel” (1,49). Jesus afirma a pergunta com a reserva e salvaguarda por causa da interpretação errônea: “O meu reino não é deste mundo [...] o meu reino não é daqui”. (v.36). Isto não é uma referência para iminente entronização de Jesus no céu, mas ao presente estado messiânico de Jesus (LOADER, 2017, p.110).

Ele afirma a semelhante expressão duas vezes: “O meu reino não é deste mundo ... o meu reino não é daqui” (v.36). “A realeza de Jesus não é “daqui”, implica que é “de cima” (v.31) ... não é de Jerusalém ou de Roma, mas do céu, da própria presença de Deus e, portanto, pertence a Deus. Divina origem implica divina propriedade.

À pergunta: “És tu o rei dos judeus?” Jesus responde: “Dizes isto por ti mesmo, ou foram outros que to disseram de mim?” – como se quisesse dizer: “devo responder a esta pergunta no sentido em que tu, como romano, naturalmente a entende; isto é, tomando a palavra ‘rei’ no sentido político, mundano?” Pilatos responde, com efeito, que ele está repetindo uma acusação formulada pelos judeus; eles é que devem assumir a responsabilidade pelo termo que usam. Jesus então explica: “Minha realeza não é uma realeza mundana. Não sou rei no sentido político”. Pilatos apega-se à afirmação que parece estar incluída na negação. “Então, tu és rei em algum sentido?” Jesus replica: “Rei é o termo que tu usas, não eu. Mas minha função real é a de ser testemunha da verdade” (18,34-37). A intenção do evangelista parece clara. O termo “rei”, isto é, Messias, quando aplicado a Jesus, deve ser entendido apenas no sentido de autoridade na esfera espiritual, a autoridade que pertence a alguém que conhece e comunica a verdade absoluta (DODD, 2003, p.125).

O império romano perdurou até 476 d.C., enquanto que o reino de Cristo permanece até o presente momento e continuará até a volta do Senhor.

### 3.10.3 3ª Cena fora – Jo 18,38b – 40

Em continuação ao enunciado anterior da segunda cena sobre a verdade, Pilatos pergunta “Que é verdade”?

A raiva de Pilatos transformou-se em curiosidade confusa: “Logo tu és rei?” (v. 37). Embora bem familiarizado com a realeza ele não conseguia classificar

Jesus com nenhum rei que ele conhecia; no entanto, ele não estava pronto para negar a afirmação por causa da estranha segurança que Jesus tinha. A derrota moral de Pilatos foi revelada rápida deterioração da sua atitude. Confrontado pela necessidade de escolha, ele tinha se tornado progressivamente interessado em Jesus e cada vez mais sério. Desde o momento do compromisso até que ele se rendeu à vontade do sacerdote malicioso, houve um declínio constante. O primeiro degrau era medo. Quando os judeus adicionaram a carga religiosa para o civil, "Nós temos uma lei...". Pilatos estava com medo. "Filho de Deus" não conotou blasfêmia para ele, mas trouxe para sua mente, os contos lendários da descendência de deuses que visitaram homens realizaram ações notáveis. Não era Enéias, tema do grande épico de Virgílio, o filho de Vênus, e patrocinadas pela sua grande mãe? Talvez, ele pensou, este misterioso e estranho era metade divino" (TENNEY, 1996, p. 263).

Parece que o assunto não envolve a ambos, de tal maneira que o diálogo não prossegue. "Não lhe interessava a sua pessoa, apenas queria verificar se houvera crime. Para o mais está cego e surdo. É o homem de poder, pertence "a esta ordem", não à verdade, e não pode escutar a voz de Jesus" (MATEOS, 1989, p.747). Jesus declarou que ele veio ao mundo "a fim de dar testemunho da verdade" (v.38), e Pilatos pergunta a Jesus, o qual, disse: "Eu sou a verdade" (14,6). Certamente, a preocupação de Pilatos é verificar a culpabilidade de Jesus, e pôde atestar que ele é inocente de projeto revolucionário, porque constatou que Ele não busca o poder terreal e humano. Jesus condena todo o uso de violência no estabelecimento do seu reino Messiânico, não tem exército nem ministros e os seus cidadãos se associam livremente em submissão e espontaneidade movidos pela fé.

Ao assegurar a inocência de Jesus, o Governador tenta remediar e justificar o julgamento, disponibilizando um substituto, um sedutor e criminoso afamado em vez de Jesus em quem não há razão justa para a condenação. "Soltar um preso na festa (Páscoa) recordava a antiga libertação e simbolizava a sua permanência". Assim, em vez de, simplesmente, libertar um réu, ele propôs uma barganha razoável, assim Pilatos teria conjeturado. Não se sabe, a intenção de Pilatos tinha por propósito libertar a Jesus ou ironicamente incitar as autoridades religiosas. O certo é que, quando Pilatos perguntou: "quereis, pois, que vos solte o rei dos judeus? Bernard (1985, p. 612), comenta que, a vergonha de condenar um que ele cria ser inocente e apela para o costume pascoal. Houve uma reação revoltosa dos judeus que clamaram: "Este não, mas Barrabás" (v.40). Pilatos não havia proporcionado a alternativa, mas eles mesmos determinaram a substituição do Filho de Deus por um salteador e amotinador bem conhecido em Jerusalém, como se fosse 'filho do Diabo'. As autoridades

religiosas e políticas consideraram como mais perigosa a liberdade do Filho de Deus a Barrabás, bandido e homicida famoso.

#### 3.10.4 4ª Cena dentro – Jo 19, 1-3

Não se pode explicar exatamente por que o governador teria mandado açoitar a Jesus se era praxe de preparação para crucifixão ou para provocar comiseração, para última tentativa de apelar pela soltura de Jesus. Morris explica: “Como tendo falhado, tentou outra tática. Ele açoitou, maltratou, zombou, desfilou diante do povo. Isto pode ter sido o meio de apelar para a piedade dos judeus” (MORRIS, 1995, p.710, tradução pessoal). A tentativa de Pilatos era a que ponto uma ideia, uma atitude, uma obsessão poderia chegar. Mas o efeito foi totalmente adverso ao ponto de provocar o grito descontrolado dos altos religiosos - “Crucifica-o”. Barreto (1998, p.752) comenta: “A cruz será a máxima humilhação; não haverá rei com mais opróbrio, mas, ao mesmo tempo, não haverá sinal mais convincente do amor que dá a vida por suas ovelhas, do amigo que dá pelos amigos” (15,13).

#### 3.10.5 5ª Cena fora – Jo 19, 4 – 8

O governador está persuadido de que o réu é inofensivo à sociedade e exhibe a Jesus pela última vez perante as autoridades, como motivo de ridicularizar, que a ideia de um “rei dos judeus” é discrepante e ridiculariza o messianismo judaico. Porém, aos seguidores de Cristo, é uma visão real do “Homem das dores”. Pilatos como o juiz do caso, torna a repetir a asserção da inculpabilidade de Jesus e tenta concluir o julgamento. Mas os chefes religiosos e toda a laia exigem uma sentença infamante – a crucificação. Pilatos passa a manifestar certa indignação pela rejeição, uma seguida de suas tentativas. Quando se refere aos judeus neste evangelho, na maioria das vezes se aplica aos dirigentes religiosos, tais como sacerdotes, saduceus e grupo de fariseus. Este é o momento mais dramático neste evangelho. “Tomai-o vós, e crucificai-o”. É uma ordem insolente, porque eles não tinham poder de efetuar tal condenação. Isto é, como se ele está dizendo, eu não quero nada com isto, faça vocês mesmos, mas os judeus não podiam fazer por eles mesmos. Como se ele estivesse

dizendo: “ele pode ser crucificado, mas a responsabilidade será de vocês, não minha”. Além disso, mesmo que eles executassem a sentença contra Jesus seria por apedrejamento e não a crucificação. Diante da declaração de Pilatos de que “não acho nele crime algum” (v.6), os judeus objetaram respondendo: “Nós temos uma lei, segundo esta lei ele deve morrer, porque se fez Filho de Deus” (v.7). A lei em que se baseava era em Levítico 24,16 “Aquele que blasfemar o nome do SENHOR será morto; toda a congregação o apedrejará; tanto o estrangeiro como o natural, blasfemando o nome do SENHOR, será morto”. Agora os judeus revelaram o verdadeiro motivo da acusação contra Jesus de blasfêmia, porque ele declarou várias vezes ser ele Filho de Deus (5,18; 8,53; 10,33), evidenciando as suas qualidades da pessoa de Jesus Cristo. Pilatos como pagão era naturalmente muito supersticioso, assim, acreditava nas histórias dos deuses ou de seus espíritos que apareciam como seus guias ou homens divinos, e os Imperadores romanos eram aclamados como Deus e quando escuta dos líderes religiosos que Jesus se dizia ser Filho de Deus, teria sido abalado pelo fato de ele ter sido aclamado na ocasião da sua entrada triunfal em Jerusalém.

### 1.1.3 6ª Cena dentro – 19, 9 – 12

A sexta cena inicia-se com a pergunta do governador acerca do lugar, quando Pilatos indaga: “Donde és tu?” Esta pergunta é a razão da origem de Jesus, não do lugar de nascimento, mas a procedência divina desconhecida por Pilatos. Por alguma razão Jesus não esclarece. Esta indiferença de Jesus é o motivo de Pilatos falar da sua autoridade que ele tem de condenar ou libertar. Ao qual Jesus esclarece acerca da autoridade capacitada do alto, isto é, de Deus. Eis a razão porque aquele que se envolveu na prisão e conseqüente condenação resultaria em maior pecado. Em primeiro lugar, eles que não podiam crucificá-lo, manipulam para conseguir. Em segundo lugar, com esta manobra incorre a transgressão do homicídio. Em terceiro lugar, cometem crime contra o Messias enviado por Deus, privando o seu povo de alcançar a redenção e as bênçãos provindas. Finalmente, matar a Jesus é pecado contra Deus. O movimento dos envolvidos, entre dentro e fora, encerra um sentido teológico acidental, em que Pilatos tem acesso com o Salvador, enquanto que os

judeus que rejeitaram por motivo cerimonial foram tomados de ódio contra Jesus e governador Pilatos.

### 3.10.7 7ª Cena fora – Jo 19, 12b – 16

A sétima e última cena ocorre fora do pretório, diante das autoridades judaicas. Pilatos percebe claramente que o libertar ou condenar dependia da sua própria decisão. Apesar de ele ser um romano injusto e pagão, como juiz, percebeu a clara intenção perversa das autoridades judaicas de condenar a Jesus. Ele capta a pressão engenhosa e estratégia das autoridades de tentar convencer e aliciar a Pilatos de decidir na condenação injusta, a fim de eliminar a sua vida. Enquanto, Pilatos argumentava com Jesus várias vezes, e ele percebeu claramente que não era digno da sentença de morte que os judeus incriminavam. Por alguma razão obscura, Pilatos se esforça a agir com justiça e tentar soltar a Jesus. Até agora a denúncia contra Jesus, era de feição religiosa, mas eles mudam a tática da acusação e passam a incriminar politicamente. Assim, eles clamam: “Se soltares a este, não és amigo de César; todo aquele que se faz rei é contra César” (v.12). Assim, posicionam Pilatos num dilema: ser amigo de Jesus ou ser amigo de César. “Amigo de César era título concedido pelo imperador como prêmio pela lealdade e sinal de confiança, que constituíam um círculo exclusivo e o imperador concedia cargos de autoridade” (MATEOS e BARRETO, 1989, p. 763). A chantagem proposta pelos judeus, punha a Pilatos num impasse: soltar a Jesus reconhecendo a acusação injusta dos judeus e incorrer ao crime de “lesa majestade”, em que acarretaria numa punição impiedosa pelo imperador Tibério ou agir de acordo com a justiça, vinculado dentro da sua consciência.

A partir do meio dia, no “parasceve” – Dia da Preparação, começava no Templo a imolação dos cordeiros. Ironicamente estava sendo feito o preparativo para imolar o “Cordeiro de Deus que tira o pecado do mundo” (Jo 1,29). Jesus que veio para tirar o pecado do mundo, este era quem os líderes religiosos queriam eliminar a vida.

Há uma contradição enorme nas declarações das autoridades religiosas diante de Pilatos. A fé judaica sustenta existir uma única autoridade, de acordo com

Isaías 26,13 – “Ó SENHOR, Deus nosso, outros senhores têm tido domínio sobre nós; mas graças a ti somente é que louvamos o teu nome”. Deus era seu Rei (Jz 8,23; I Sm 8,7). A 11ª Bênção judaica diz: “Sê nosso rei, só tu”, baseado em Is 26,13, eles proclamavam “YHWH nosso Deus, outros mestres além de ti dominaram sobre nós, mas só a teu Nome é que reconhecemos”.

Com o propósito de enquadrar num crime de “Lesar Majestade” eles clamam “Se soltares a este, não és amigo de César; todo aquele que se faz rei é contra César” (v.12). Suas vidas mostravam que eles não honravam a Deus. Com isto, eles negam a soberania absoluta de Deus. Ironicamente, os representantes de Israel que clamou: “Não temos rei, senão César” (v.15), foram destruídos e mortos pelas legiões de César, do Império Romano.

Fica uma indagação final: Porque Deus permitiu entregar Jesus ao julgamento e condenação pelo tribunal romano sob o julgamento de Pilatos? Há um diálogo entre Jesus e Pilatos nos versículos 10 e 11, sobre a autoridade, que ajudaria a entender esta questão: “Então, Pilatos o advertiu: Não me respondes? Não sabes que tenho autoridade para te soltar e autoridade para te crucificar? Respondeu Jesus: Nenhuma autoridade terias sobre mim, se de cima não te fosse dada; por isso, quem me entregou a ti, maior pecado tem”. A palavra autoridade é *eksousian*, o termo é composto de duas ideias: certo e poder, e tem o sentido de permissão, direito, liberdade, poder de fazer alguma coisa. Pilatos se vale da autoridade civil e romana, e Jesus está se referindo a autoridade vinda de Deus. O que Jesus está explicando que a crucificação não contraria a vontade e a autoridade de Deus, mas está incorporado no seu plano eterno. Portanto, não é a intervenção de um funcionário do governo romano que executa ou absolve a condenação do Filho de Deus.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Cristo que João apresentou não era o que os judeus aguardavam para vir restaurar o político e social, nem muito menos derrubar o governo romano que subjugava a Israel. A vinda do Cristo, o Messias, tencionava restaurar a vida humana segundo o plano de Deus, por meio do Filho de Deus como seu Salvador e Senhor.

A hipótese deste trabalho fundamentou-se nos capítulos 13 a 17 deste evangelho, conhecido como livro da comunidade. A tese teve início com a introdução do evangelho chamado Prólogo, que era a Gênese do Verbo, que era Cristo, o Filho de Deus. A causa da criação que coexistia com e como Criador. O ponto culminante deste Prólogo era a encarnação do Verbo, o qual posteriormente foi rejeitado pela humanidade. Em seguida, apresentou-se a pessoa do João Batista como precursor do Messias que dignificou a Cristo. O confronto categórico do reino eterno do Messias e do terrestre surgiu na prisão e morte do Batista (por ele ter denunciado a relação ilícita do rei Herodes Antipas, com Herodias). O autor expôs o encontro de Jesus com Natanael, que sucedeu na primeira declaração de fé neste livro, que Jesus era o Rei, quando ele declarou: “Rabi, tu és o Filho de Deus, tu és rei de Israel” (1,49). O assunto que segue é o encontro do Messias com a mulher de Samaria, num clima de hostilidade discriminatória secular, a mulher e os moradores chegaram a declarar ser Jesus, “o Salvador do Mundo”. E Jesus vendo uma grande multidão, operou um espantoso sinal que foi a multiplicação de pães e peixes. Depois que a grande massa de homens, mulheres e crianças comeram até se saciarem, quiseram arrancar Jesus para fazê-lo rei. Naturalmente, o povo quis ter Jesus como seu rei, mas o futuro Messias/Rei retirou-se para o monte a orar, porque ainda não era a hora de se apresentar ao povo como rei.

O autor anexou a cura do cego de nascença que resultou em vários confrontos do cego curado com Jesus e com as autoridades religiosas. No fim, os fariseus é que foram colocados em julgamento e considerados cegos e culpados por Jesus (v.39,40). Em seguida, Jesus realiza outro assombroso sinal, o da ressurreição de Lázaro. Na ocasião o que se destacou além da ressuscitação de um corpo putrefeito, foi uma confissão de fé, a mais completa e mais evoluída; a confissão de fé de Marta. Estando próxima a glorificação do Messias, ele preparou-se para uma manifestação pública diante do povo de Jerusalém com a Entrada Triunfal. Ele quis demonstrar ao povo que o seu reino não se baseia numa marcha vitoriosa como a dos soberanos deste



mundo, mas montado num jumento, com a apresentação de humildade, simplicidade e amor. Enquanto os reis e generais romanos deste mundo nas suas marchas, cheios de arrogância e pompa para ostentar suas vitórias esmagadoras e cruéis nas guerras, que teriam resultado em mortes, saques e destruições, passando através do Arco de Triunfo em Roma, diante da multidão que os ovacionava. Após o jubiloso cortejo com a multidão, Jesus se recolheu para ter a última ceia com os discípulos, ocasião em que ele aplicou uma sublime lição com a prática do lava-pés, ato este que nem mesmo um escravo judeu submeter-se-ia. Mas com esta atitude, Jesus deixou um belo exemplo de humildade e serviço.

O Lava-pés era uma demonstração comovente que serviu de impacto para os discípulos. Em qualquer sociedade secular não haveria tamanha manifestação de humildade como Cristo ordenou. Esta foi uma demonstração incontestável de confronto do reino de Cristo e de César. Sublime oportunidade de Jesus adicionar um novo mandamento. Assim continuou proporcionando últimas instruções aos discípulos, em três temas sobre o amor: uns para com os outros, o amor que é novo e o amor visível e universal.

O mandamento do amor era um ensino básico, um legado para os discípulos e todos os seus seguidores. Este novo mandamento envolveu uma jornada de amor e obediência, em que se iniciou como escravo, depois como servo, em seguida como discípulo, como amigo de Jesus e, finalmente, deve ser difundido sem medida, para com o próximo mutuamente.

Ao aproximar-se o momento de deixar os discípulos, Jesus disponibilizou o Paráclito para permanecer com eles, uma vez que Ele é a garantia da permanência de Jesus através do Espírito Santo para sempre. Veio para ajudar a fortificar a todos na vida diária, viver a vida de discípulo de Cristo e a testemunhar da Palavra. Lamentavelmente o Paráclito não pôde convencer Pilatos a agir de acordo com a sua consciência no julgamento de Jesus, porque “não conhece nem crê em Jesus”. O Senhor arrematou os seus ensinamentos à comunidade com a alegoria da videira, que tinha por objetivo habilitar os membros a entender a necessidade incontestável de manter-se ligado e permanecer na videira e produzir frutos.

O desfecho do ministério terreno do Messias encerrou-se com a oração de intercessão, feita em seu próprio favor, em favor dos discípulos e dos que hão de se congregarem posteriormente. Esta conduta de orar pelos que ficam, era uma postura totalmente oposta dos soberanos do mundo romano, que não se preocuparia com

eles. O autor descreveu o julgamento do Messias/Rei diante do representante do imperador César, Pilatos. Aqui percebemos o antagonismo radical dos dois reinos: o de Pilatos e de qualquer outro rei/governante, em qualquer época, que é definido pela postura do “poder”. O reino de Roma (Pilatos), onde impera o ódio e suas consequências, enquanto que, o reino de Jesus Messias, baseou-se explicitamente no amor, no serviço e na partilha, porque o reino de Jesus não era deste mundo. Ironicamente, o juiz deste século não conseguiu julgar segundo a sua consciência, mas coagido pelos representantes dos judeus religiosos.

Os enfrentamentos entre o reino de Cristo/Rei e o de César/Pilatos, que se constituem como tema desta tese, foram observados ao longo da exposição. O reino de Cristo é pré-existente e o de César surgiu uns 30 anos antes de Cristo. O precursor do reino de Cristo é João Batista, homem extremamente espiritual, enaltecido por Jesus, e foi aniquilado por motivo carnal. Os samaritanos discriminados por judeus reconheceram a Jesus como Salvador do mundo. A multidão que se alimentou dos pães e peixes não entendeu e quis tê-lo como rei terreal. O cego de nascença recuperado da cegueira confrontou as autoridades religiosas. Lázaro, por causa do seu testemunho, depois da sua ressurreição, viu as autoridades religiosas planejarem matá-lo. A Entrada Triunfal de Jesus em Jerusalém foi clara comparação com o desfile vitorioso em Roma. Lava-pés é outra descrição evidente que revelou discrepância entre Cristo e César. O ensino de Jesus sobre o novo mandamento não se igualou com o ensino do mundo. A doutrina do Paráclito não houve como defrontar com qualquer ensino deste mundo. A permanência na videira e frutificação era o tema que os céсарes não estavam interessados. A oração de intercessão era algo que não se praticava entre os infiéis. A atitude do réu diante de Pilatos, de não se defender e permanecer em silêncio, era só de Cristo.

Em conclusão, fazemos uma referência ao “reinado” de Jesus no confronto com o de Pilatos. Percebe-se o antagonismo radical dos dois reinos: o de Pilatos e de qualquer outro rei/governante, em qualquer época, era definido pela postura do “poder”. O reino de Roma (Pilatos) impera o ódio e suas consequências, enquanto que, o reino de Jesus Messias, baseava-se explícito no amor, no serviço e na partilha. Prevaleceu o amor, porque o reino de Jesus não era deste mundo. Desta maneira o objetivo de contrastar o reino de Cristo com o reino de César foi alcançado de maneira proveitosa.

Diante do exposto, apresenta-se uma proposta para promover melhor resultado nas futuras pesquisas: clarificar cada vez mais a mensagem original do Messias descrito nas Sagradas Escrituras. Produzir os comentários e análises bíblicos que mais se aproximem daquilo que foi transmitido e esclarecer melhor o que Ele expôs para os ouvintes da época. Conferir as possíveis incorreções cometidas na hermenêutica e na produção de referidas literaturas, esmerar-se no ensino bíblico/teológico, bem como aprimorar-se na sua proclamação.

## REFERÊNCIAS

- ALLEN, Clifton J. *The Broadman Bible Commentary*. Nashville, Tennessee: Broadman Press, 1970.
- ASHTON, John. *Studying John*. Oxford: Oxford University Press. 1994.
- ASHTON, John. *Understanding the fourth gospel*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.
- BACHMANN, H and SLABY, W.A. *Concordance to the Novum Testamentum Graece*. Berlin: Walter Gruyter, 1987.
- BALZ, Horst and SCHNEIDER, Gerhard. *Exegetical Dictionary of the New Testament*. Grand Rapids: William B. Eerdmans Publishing Company. 1994.
- BARRERA, Júlio T. *A Bíblia judaica e a Bíblia cristã*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.
- BARRETT, C.K. *The gospel according to St. John*. Philadelphia: The Westminster Press, 1978.
- BARTON, Bruce B. *Life application Bible commentary – John*. Illinois: Tyndale House Publishers, 1993.
- BAUCKHAM, Richard and MOSSER, Carl. *The Gospel of John and Christian Theology*. Grand Rapids: William B. Eerdmans Publishing Company, 2008.
- BEASLEY-MURRAY, Georg R. *John-Word biblical commentary*. Nashville: Thomas Nelson, 2000.
- BERNARD, J.H. *Gospel according to John*. Edinburgh: T & T Clark, vol. 1, 1993 e vol. 2, 1985.
- BEUTLER, Johannes. *A Commentary on the Gospel of John*. Grand Rapids: William B. Eerdmans Publishing Company, 2013.
- BROWN, Raymond E. *The gospel according to John*. New York: The Anchor Bible Doubleday, 1970.
- BROMILEY, G.W. Mundo. In: TENNEY, M.C. *Enciclopédia Bíblia*. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2008, vol.4. p.407.
- BROWN, Raymond E. *Evangelho de João e Epístolas*. São Paulo: Edições Paulinas, 1975.
- BRUCE, F.F. *Introdução e comentário – João*. São Paulo: Edições Vida Nova, 1997.
- BULTMANN, Rudolf. *The gospel of John*. Philadelphia: The Westminster Press, 1971.

CARSON, D.A. *The gospel according John*. Grand Rapids: William B. Eerdmans Publishing Company, 1991.

CHAMPLIN, R.N. *O Novo Testamento Interpretado*. Guaratinguetá, SP: A Sociedade Religiosa a Voz Bíblica, s.d.

CULPEPPER, R. Alan. *Anatomy of the Fourth Gospel*. Philadelphia: Fortress Press, 1987.

DODD, C.H. *The interpretation of the fourth gospel*. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.

DODS, Marcus. *The Gospel of St. John*. Michigan: WM. Eerdmans Publishing Company, c. 1876.

FERREIRA, Joel Antônio. O messias/rei Jesus e os messias camponeses de seu tempo. *Revista Caminhos*, Goiânia: v. 13, n. 2, jul./dez. p. 336-352, 2015.

GUTHRIE, Donald. *Teologia do Novo Testamento*. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2011.

HAENCHEN, Ernest. *A commentary on the Gospel of John*. Philadelphia: 1980.

HAUBECK, Wilfrid e SIEBENTHAL, Heinrich von. *Nova chave linguística do Novo Testamento Grego*. São Paulo: Targumim e Hagnos, 2009.

HENDRIKSEN, William. *Exposition of the gospel according to John*. Grand Rapids: Baker Book House, 1973.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Huiass da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva Ltda., 2001.

HULL, William E. *John. The Broadman Bible Commentary*. Nashville: Broadman Press, 1970.

HURTADO, Larry W. *Senhor Jesus Cristo*. São Paulo: Paulus, e Editora Academia Cristã, 2013.

JAUBERT, A. *Leitura do evangelho segundo João*. São Paulo: Edições Paulinas, 1985.

JEREMIAS, Joachim. *Jerusalém no tempo de Jesus*. Santo André, SP: Academia Cristã, 2010.

KEENER, Craig S. *The gospel of John, a commentary*. Grand Rapids, Michigan: Baker Academic, 2003.

KITTEL, Gerhard e FRIEDRICH, Gerhard. *Theological Dictionary of the New Testament*. Michigan: WM. B. Eerdmans Publishing Company, 1975.

KOESTER, Helmut. *Introdução ao Novo Testamento*. São Paulo: Paulus, 2005.

KONINGS, Johan. “*Meu reino não é deste mundo*”: de que se trata ? Petrópolis, RJ: Vozes e São Leopoldo, RS: Sinodal. *Revista de Interpretação Bíblica Latino-Americana/RIBLA*, 1994/1 N° 17, p.54

KÖSTENBERGER, Andreas J. *John*. Michigan: Baker Academic, 2004.

LÉON-DUFOUR, Xavier. *Leitura do evangelho de João*. São Paulo: Edições Loyola, volumes 1,2,3, 1996 e volume 4, 1998.

LIGHTFOOT, R.H. *St. John's Gospel*. Oxford: Paperbacks, 1960.

LOADER, William. *Jesus in John's Gospel* . Grand Rapids, Michigan: William B. Eerdmans Publishing Company, 2017.

LONGMAN III, Tremper & GARLAND, David E. *The expositor Bible commentary*. Michigan: Zondervan, 2007.

MACGREGOR, G.H.C. *The gospel to John*. London: Hodder and Stoughton, 1928.

MALINA, Bruce J. & ROHRBAUCH, Richard L. *Social-science commentary on the gospel of John*. Minneapolis: Fortress Press, 1998.

MATEOS, Juan & BARRETO, Juan. *Evangelho de São João*. São Paulo: Edições Paulinas, 1989.

McGINTY, *apud* TONINI, Enéas. *O período inter-bíblico*. São Paulo: Empresa Batista Editora, 1956.

METZGER, Bruce M. & COOGAN, Michael D. *The Oxford companion to the Bible*. Oxford: Oxford University Press, 1993.

MICHAELS, J. Ramsey. *Novo Comentário bíblico contemporâneo - João*. São Paulo: Editora Vida, 1994.

MICHAELS, J. Ramsey. *The Gospel of John*. Grand Rapids, Michigan: William B. Eerdmans Publishing Company, 2010.

MOLONEY, (1998, p.35) *apud* KÖSTENBERGER, A. J. *John*. Michigan: Baker Academic, 2004, p.27.

MORRIS, Leon. *The gospel according to John*. Michigan: William B. Eerdmans Publishing Company, 1995.

MOUNCE, Robert H. *John*. LONGMAN III, Tremper & GARLAND, David E. (General Editors). *The Expositor's Bible Commentary* Michigan: Zondervan, 2007.

- PEARLMAN, Myer. *João – ouro: para te enriquecer*. Pindamonhangaba, São Paulo: Instituto Bíblico da Assembléia de Deus, 1978.
- REICKE, Bo. *História do tempo do Novo Testamento*. Santo André, SP: Editora Academia Cristã e Paulus Editora, 2012.
- RIDDERBOS, Herman. *The gospel according to John*. Grand Rapids, Michigan: William B. Eerdmans Publishing Company, 1991.
- RIENECKER, Fritz & ROGERS, Cleon. *Chave lingüística do Novo Testamento Grego*. São Paulo: Vida Nova, 1985.
- ROBERTSON, A.T. *Word Pictures in the New Testament*. Nashville: Broadmann Press, 1960.
- ROSSCUP, James E. *Abiding in Christ*. Grand Rapids: Zondervan Publishing House, 1973.
- SANTOS, Bento Silva. *Teologia do evangelho de São João*. Aparecida, SP: Editora Santuário, 1994.
- SCHNACKENBURG, Rudolf. *The Gospel According to St. John*. New York: Crossroad Publishing Company, vol.1, 1990, vol. 2,3, 1987.
- SEGALLA, Giuseppe. *Cristologia do Novo Testamento*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- TENNEY, Merrill C. *Enciclopédia da Bíblia*. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2008.
- TENNEY, Merrill C. *John the gospel of belief*. Grand Rapids, Michigan: William B. Eerdmans Publishing Company, 1976.
- WEISS, K arxe In: BALZ, Horst and SCHEIDER, Gerhard. *Exegetical Dictionary of the New Testament*. William B. Eerdmans Publishing Company, Grand Rapids, Michigan: 1994.
- ZODHIATES, Spiros. *The complete word study dictionary, New Testament*. Chattanooga, TN: AMG Publishers, 1992.